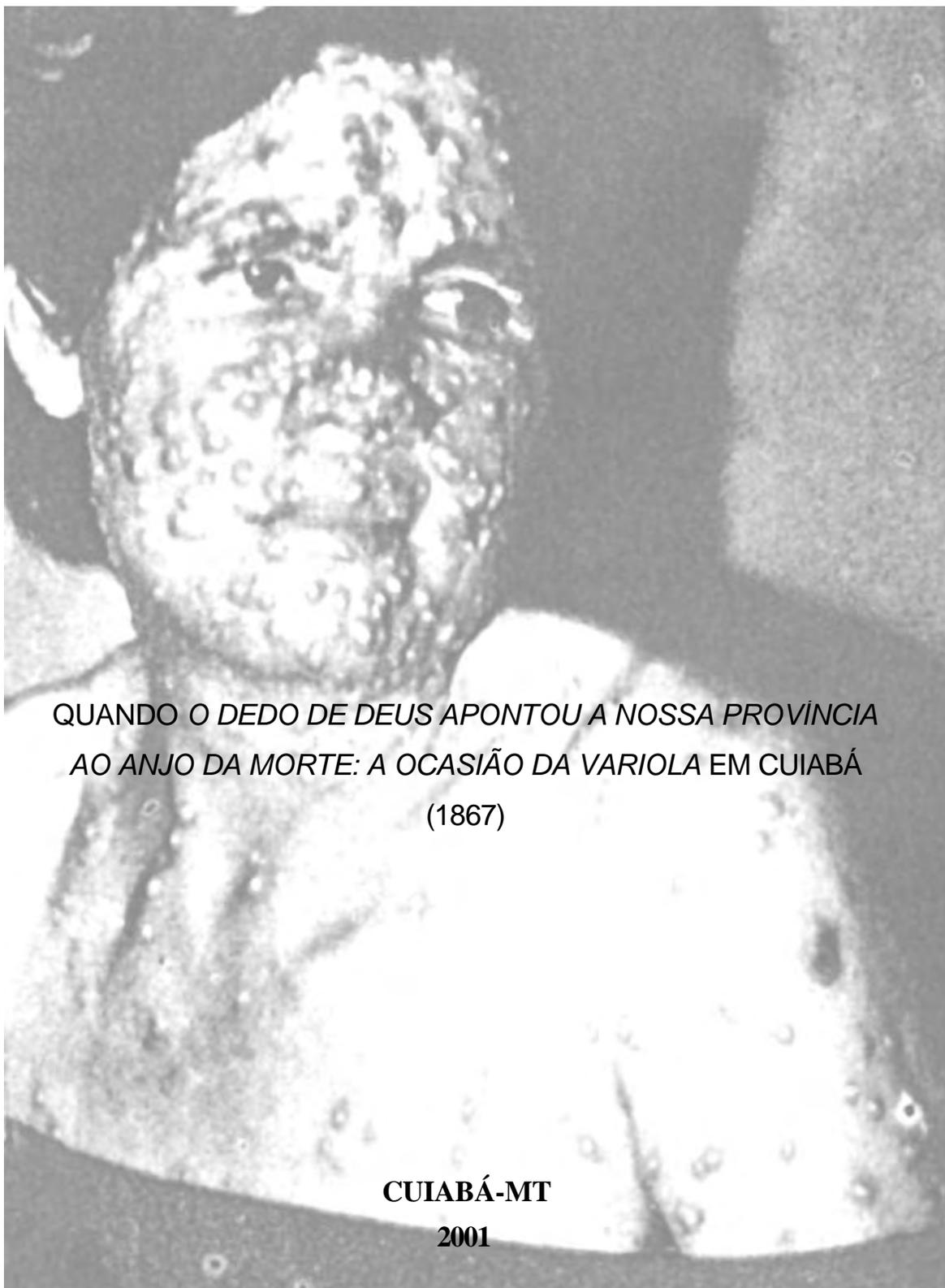


Marlene Menezes Vilela



*QUANDO O DEDO DE DEUS APONTOU A NOSSA PROVÍNCIA
AO ANJO DA MORTE: A OCASIÃO DA VARIOLA EM CUIABÁ
(1867)*

CUIABÁ-MT

2001

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Mulher com varíola, [s.d.:s.l.].

Fonte: AMATO NETO, Vicente. *Doenças Transmissíveis*, p. 600.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

*QUANDO O DEDO DE DEUS APONTOU A NOSSA PROVÍNCIA
AO ANJO DA MORTE: A OCASIÃO DA VARÍOLA EM CUIABÁ
(1867)*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFMT como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História, sob orientação da Profª Drª Maria Adenir Peraro

CUIABÁ-MT

2001

TERMO DE APROVAÇÃO

QUANDO O DEDO DE DEUS APONTOU A NOSSA PROVÍNCIA
AO ANJO DA MORTE: A OCASIÃO DA VARÍOLA EM CUIABÁ
(1867)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre no Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, pela Banca Examinadora formada pelas professoras:

Prof^a Dr^a Hilda Pívaro Stadniky – UEM-PR

Prof^a Dr^a Luiza Rios Ricci Volpato – UFMT/UNIC- MT

Prof^a Dr^a Maria Adenir Peraro – UFMT-MT - Orientadora

Agradecimentos

Gostaria de assegurar, se a memória falhar, que o sentimento de gratidão será eterno para com todos os que nomeados ou não, de alguma forma se fizeram presentes nesta etapa de crescimento e formação. Assim, agradeço,

a D. Bonifácio Piccinini por permitir o acesso à documentação paroquial de fundamental importância para a elaboração deste estudo e cumprimento pela sensibilidade na preservação do acervo documental do ACMC;

a Clementino Nogueira Sousa, diretor do APMT, amigo e interlocutor no diálogo com o século XIX;

a Sandrinha, amiga e exemplo de aplicação ao estudo da história com quem tive o privilégio de contar para ouvir e falar;

aos colegas e amigos do Curso de Pós-Graduação pela convivência e troca de experiências;

ao Departamento de História, cumprimentando-o por reconhecer na capacitação profissional docente um direito, garantindo assim minha saída para o Pós-Graduação;

aos professores do Programa de Mestrado pelas possibilidades novas de olhar meu objeto de estudo e cumprimento pela coragem e dedicação na montagem de um Curso de Mestrado quando as condições oferecidas pela educação pública são tão adversas;

a prof^a Dr^a Luiza Volpato, inspiração fecunda, agradeço pelo interesse em ler, criticar e acima de tudo apontar caminhos para o aprofundamento das reflexões elaboradas acerca desse tema e cumprimento pela presença marcante e fértil na historiografia;

a Prof^a Dr^a Hilda Pívaro Stadniky e agradeço pela paciência em aguardar a versão definitiva deste trabalho e aceitar fazer parte da banca examinadora e cumprimento pelo dinamismo e competência como pesquisadora, orientadora e uma das mentora do Programa de Pós-Graduação em História da UEM/UEL-PR;

a Prof^a Dr^a Maria Adenir Peraro, orientadora e colega de Departamento a compreensão de minhas limitações e a permissão que um diálogo profícuo

pudesse ter se desenvolvido ao longo da pesquisa e cumprimento-a pela seriedade e dedicação à história;

a Dulcinéia, Telma, Silviane, Salatiel e Simone pelo apoio técnico-profissional indispensável nas várias etapas de elaboração da pesquisa;

a Entrelinhas através da Maria Teresa, do Ricardo e do Walter pelo apoio amigo e sensível no ajustes e na editoração desse trabalho em um momento que minhas forças seriam insuficientes para a conclusão e cumprimento pela competência profissional;

por fim, mas não em ordem de importância, minha família. Chego em casa, piso no chão, abro os braços e quero gritar, obrigada por estarem ao meu lado, especialmente Claudio, Guilherme, Daniele, Juliana, Gustavo, Clarice, Maurélio, Sheila, Mário e Antonio Luiz;

Para Antonio Luiz,
companheiro de sempre.

Sumário

Lista de Tabelas	VII
Lista de Gráficos	VII
Lista de Mapas e Plantas.....	VIII
Lista de Figuras.....	VIII
Lista de Siglas e Abreviaturas	IX
Introdução	1
Capítulo I - Na fronteira da vida e da morte: saber, prática e doença na Província de Mato Grosso	20
Capítulo II - Cuiabá envolta em um crepe mortuário: a epidemia de varíola	43
Capítulo III - Cuiabá coberta com o manto da misericórdia: sobreviver após a epidemia	110
Considerações Finais	120
Fontes.....	122
Referências Bibliográficas	140

Lista de Tabelas

Nº 1 – Óbitos na Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá (1865/1874)	68
Nº 2 – Óbitos por mês na <i>ocasião da varíola</i>	70
Nº 3 – Mortalidade civil na <i>ocasião da varíola</i>	74
Nº 4 – Batizados de legítimos e ilegítimos: Paróquia do Senhor Bom Jesus de Cuiabá (1862-1872)	119

Lista de Gráficos

Nº 1 – Óbitos na Paróquia do Senhor Bom Jesus de Cuiabá (1865-1874)	69
Nº 2 – Sepultamentos registrados no Cemitério de Nossa Senhora do Carmo (agosto/setembro/dezembro/1867-janeiro/1868)	71
Nº 3 – Óbitos na <i>ocasião da varíola</i> : comparando fontes	72
Nº 4 – Mortalidade civil e militar na <i>ocasião da varíola</i> : Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá	73
Nº 5 – Levantamento parcial de sepultamentos por condição social: Cemitério Nossa Senhora do Carmo	75
Nº 6 – Locais de sepultamento registrados na Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá (1867)	92
Nº 7 – Movimento do Lazareto dos Indigentes: Cuiabá – 1867	99
Nº 8 – Movimento do Hospital Militar Provisório (17/julho a 28/outubro/1867)	104

Lista de Mapas e Plantas

Planta Nº 1 – Trecho da cidade de Cuiabá com localização do Acampamento Couto Magalhães na margem esquerda do rio Cuiabá	52
Mapa Nº 1 – O caminho da varíola	59
Planta Nº 2 – Cuiabá na <i>ocasião da varíola</i> (1867)	86
Mapa Nº 2 – Cordão sanitário entre os pontos militares de Cassange e São José.....	113

Lista de Figuras

Nº 1 – Variolização na China	36
Nº 2 – Medo e Vacina	37
Nº 3 – Varíola benigna ou discreta	77
Nº 4 – Varíola confluyente ou grave	77
Nº 5 – Pústulas variólicas em processo de secamento.....	79
Nº 6 – Pústulas variólicas em processo de secamento.....	79
Nº 7 – Crostas remanescentes nas palmas das mãos e plantas dos pés	79
Nº 8 – Crostas remanescentes nas palmas das mãos e plantas dos pés	79
Nº 9 – Cicatrizes da varíola	80

Lista de Siglas e Abreviaturas

ACMC – Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá

APMT – Arquivo Público de Mato Grosso

IHGMT – Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

NDIHR – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

UFPR – Universidade Federal do Paraná

USP – Universidade de São Paulo

Introdução

O Sr. Dr. Generoso Alves Ribeiro era uma das brilhantes inteligências da província de Mato Grosso, formado em direito pela Faculdade de São Paulo, onde foi sempre conceituado como bom estudante, era moço possuidor de qualidades apreciáveis. Concluída a sua carreira, retirou-se para Cuiabá, onde pela compleição débil, começou a sofrer dos nervos, moléstia que agravou-se mais tarde em decorrência de alguns desgostos que feriram a sua alma sensível. Um dia, recebeu a visita do Dr. Murinho, médico e amigo, que o encontrou lavado em pranto e preso de grande aflição.

- Por que chora, meu amigo? perguntou o médico.
- Choro sobre a desgraça dos meus infelizes patrícios, respondeu ele entre soluços. E depois de pequena pausa, continuou:
 - Em breve, no mês de agosto, a destruição, a morte e o horror vão pesar sobre o povo cuiabano !... As ruas ficarão coalhadas de cadáveres....As mães chorarão os sofrimentos de seus filhos; os filhos os de suas mães... crianças, velhos, moços, moças vagarão pelas ruas implorando a compaixão publica que será surda aos seus clamores, porque cada um terá de lamentar a própria desgraça...Grave aflição vai oprimir Mato Grosso !
 - Mas, meu amigo, não haverá remédio contra tais sofrimentos, e nem os inocentes serão poupados?
 - Não ! respondeu como inspirado, com os olhos chamejantes, e afagando com uma das mãos a fronte banhada de suor...*O dedo de Deus apontou a nossa província ao anjo da morte*¹: é forçoso que se cumpra a terrível sentença!...Os inocentes, como sempre acontece quando Deus manifesta a sua cólera, hão de sofrer como os culpados!

E novamente debulhou-se em lágrimas.

Então o médico quis dirigir -lhe algumas palavras de consolação.

¹ Esta expressão deu origem ao título desta dissertação: Quando *o dedo de Deus apontou a nossa província ao anjo da morte*: a *ocasião da varíola* e ao utilizá-la procura-se demonstrar na representação construída pelos homens que vivenciaram a epidemia em Cuiabá em 1867, a importância do espaço ocupado pela presença de um Deus irado que castigava inocentes e pecadores. Já a *ocasião da bexiga*, expressão encontrada em inúmeros atestados paroquiais fornecidos após 1867 e arquivados nas caixas números 97 e 102 do ACMC, sugere que a epidemia de varíola foi uma referência para aqueles que a vivenciaram. Neste sentido, ele foi empregado no título e ao longo do texto.

- Não busques doutor, consolar-me, atalhou ele. Serás uma das vítimas da desgraça que profetizo....Não morrerás, mas curtirás uma dor cruel... Tua mulher e teus filhos, vão ser riscados do número dos vivos ! Tu, inocente, pagarás pelos pecadores.....

Nesse momento entrava outra visita, o Sr. Dr. Floriano de Souza Neves. O dono da casa depois de contemplá-lo com tristeza por alguns momentos, abraçou-o e disse:

- Lamento, Neves, pois serás uma das vítimas destinadas ao sacrifício.... morrerás na flor dos anos!

Realizar-se-ia a terrível profecia no prazo marcado pelo moço inspirado? É a pergunta formulada por Joaquim Ferreira Moutinho após descrever o episódio relatado², que ele afirma parecer sobrenatural, mas que é verdadeiro, pois o teria presenciado pessoalmente meses antes de ter-se, segundo o presidente Couto Magalhães, *desenvolvido nesta Capital um surto da varíola com intensidade de que não há exemplo no Império*³.

E quando *o dedo de Deus apontou a nossa província ao anjo da morte*⁴ o presidente, Couto Magalhães, escreveu.: *lutamos aqui com uma medonha epidemia de bexigas, a qual do dia 14 de agosto a 17 do corrente nos arrebatou numero de vítimas superior á 1500, só nesta Capital*⁵.

O epidemia de varíola⁶ prevista pelo Dr. Generoso Alves Ribeiro, segundo Moutinho, e acontecido na província de Mato Grosso em 1867 é o objeto desse estudo. Mais especificamente o que foi para os homens dessa época morrer e sobreviver a este momento de extremas dificuldades ocorrido durante a vigência da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai⁷, o que, aliado às condições históricas de Cuiabá, uma cidade em região de fronteira, contribuiu para que, ao viver a *quadra morbosa*⁸, também o fizesse de forma específica⁹.

² Adaptado do texto original, MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Noticia sobre a Província de Mato Grosso*, p. 95:97.

³ Livros da Secretaria do Governo da Província de Mato Grosso, Livro n.º 229, 23/09/1867, manuscrito, APMT

⁴ MOUTINHO, op. cit., p. 96.

⁵ Livros da Secretaria do Governo da Província de Mato Grosso, Livro n.º 210, 20/09/1867, manuscrito, APMT.

⁶ O termo varíola e bexiga aparentemente eram utilizados no século XIX como sinônimos para nomear a mesma doença, e assim também serão utilizados neste texto, embora, predomine a utilização de varíola, por ser mais conhecido.

⁷ O conflito ocorrido entre o Paraguai e Brasil, Argentina e Uruguai que formaram a Tríplice Aliança, entre 1864 e 1870, também é conhecido como Guerra do Paraguai e Guerra contra o Paraguai.

⁸ Termo utilizado para designar o momento da epidemia em ofício de 13 de agosto de 1867, assinado pelo Major Diretor do Arsenal de Guerra, Luís Francisco Enriques, ao dirigir-se ao Presidente da Província, Couto Magalhães.

Para tanto, um dos caminhos possíveis de análise é desvendar, através das práticas, as representações às vezes conflituosas, que fizeram deste momento a realidade dos homens que a viveram. A análise da documentação permitiu perceber diversas formas de compreensão do surto epidêmico, como a aceitação de previsões e a presença de um Deus irado que, através do anjo da morte, acertou contas com inocentes e pecadores. Em outros momentos, o saber médico, por sua vez, propôs práticas, como a vacinação e medidas sanitárias, partindo da ótica de que, por tratar-se de uma doença, poderia ser controlada.

A preocupação deste estudo será analisar o surto mórbido ou esta *medonha epidemia de bexiga*, de acordo com uma expressão utilizada na época, salientando como os homens e mulheres inventaram e muitas vezes se sujeitaram a uma multiplicidade de formas de sofrer/morrer/sobreviver.

Considerando que a doença provoca a desorganização e reorganização social tornando mais visíveis as articulações e as forças de tensão¹⁰, este estudo fará da ocasião da epidemia um prisma para entender a dinâmica da *configuração social*¹¹ de Cuiabá.

Desde a primeira metade deste século, os historiadores pretenderam fazer da vida um objeto de pesquisa, enumerando, contando, colocando em série os alimentos, profissões, a vida e a morte. Contudo, este procedimento não sendo suficiente para fazer da doença um objeto histórico, qualifica o homem que tem fome, trabalha e morre fazendo aumentar o silêncio do corpo.

As imagens elaboradas na Antigüidade com Tucídides, passando pelos relatos que comentam a peste na idade moderna, até chegar às produzidas atualmente pelos noticiários, podem ser identificadas pelos pontos comuns: uma comunidade recebe de fora um mal e nele deve procurar o remédio. São narrativas que procuram encontrar na história da doença a causa da infelicidade.

Recuperar o entendimento da doença e do doente é possível através de dois enfoques. O primeiro, através de uma história natural da morbidade, segundo a qual cada doença pode ser pensada colocando o homem dentro de limites: peça dentro do sistema de seres vivos sem poder de interferência direta. O segundo, através de uma história antropocêntrica, um

⁹ A ortografia do século XIX, ao longo desse texto, foi atualizada quando não houve risco de mudar o sentido da palavra.

¹⁰ REVEL, Jacques e PETER, Jean-Pierre. O corpo: o homem doente e sua história. In: Le Goff, Jacques e Nora, Pierre (orgs.) *História* novos objetos, p.144.

dos elementos da história social, que possibilita colocar o homem no centro e perceber que, ao dizimar uma população, a doença atingia principalmente os pobres, sendo assim um elemento de estratificação social mesmo quando aparentemente *democrática*.

Esses dois enfoques, embora pareçam opostos, são complementares e dependentes. A história da doença evita seu objeto ao falar do que não é doença. O discurso histórico da medicina e das instituições médicas silencia o doente, reduzindo o corpo ao corpo; convertendo a infelicidade em objeto de observação; reencontrando as regras de distribuição das doenças numa sociedade considerada imutável e que afirma que o homem mesmo doente é um homem. No final do século XVIII e início do XIX, a medicina defende que existem homens e doença e o corpo abre-se para a observação e o saber. Acontece, porém, que o corpo, mesmo silenciado, mostra ao médico que seu objeto não é nem a doença, nem o homem, mas sim o homem doente¹².

O triunfo do cristianismo no Ocidente causou em relação ao corpo uma verdadeira revolução. Desde a Antigüidade, as sociedades privilegiavam o alma, mas não concebiam virtude ou bem que não fosse mediatizado pelo corpo. A encarnação é a humilhação de Deus. O corpo é a prisão da alma. O horror pelo corpo atinge o auge nos seus aspectos sexuais. O pecado original, de pecado de desafio intelectual a Deus, foi transformado pelo cristianismo medieval em pecado sexual. O inevitável encontro do momento fisiológico com o sagrado levou a um esforço de negação do homem biológico. Assim, por exemplo, a vigília e jejum são um desafio para o sono e para a alimentação. O pecado manifesta-se na tara física ou na doença. Doença simbólica e ideológica por excelência da Idade Média, a lepra é primeiro que tudo, lepra da alma. O caminho da perfeição espiritual passa através da aplicação do corpo: o pobre é identificado com o enfermo e o doente.¹³

Construir a história da doença ou de um surto epidêmico é analisar a maneira como a organização e normas culturais de uma sociedade assimilaram e enfrentaram as

¹¹ A utilização o termo *configuração social*, reporta-se ao conceito de Norbert Elias, conforme leitura de CHARTIER. *A história cultural: entre práticas e representações*, p. 91-120.

¹² As reflexões até aqui expostas, norteadoras nesse estudo fundamentam-se no texto de REVEL, Jacques, PETER, Jean-Pierre. op.cit., p. 141-143.

¹³ LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval*, p. 59-60.

interferências do meio natural, possibilitando destacar a problemática social e as formas de relação com o corpo que cada época expressa em seu comportamento biológico¹⁴.

Michel Foucault é o historiador da loucura, da clínica, do mundo do cárcere, da sexualidade, introduzindo novos objetos na história e pondo em evidência, entre o fim da Idade Média e o século XIX, a segregação dos desviados, afirmando que as teorias se constroem sobre um corpo de práticas que são ora normativas, ora jurídicas, constituindo as malhas do poder da ordem capitalista.

O desenvolvimento do capitalismo em fins do século XVIII e início do século XIX tornou o corpo objeto e socializou-o enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos passou a ocorrer por meio dos seus corpos. Para Foucault, a sociedade capitalista investindo no biológico, no somático e no corporal, tornou o corpo uma realidade biopolítica¹⁵.

O *Nascimento da Clínica*¹⁶ é uma obra clássica para os estudos do corpo doente. Para o autor, o desenvolvimento das relações sociais atua diretamente nas condições biológicas e, conseqüentemente, na sobrevivência do homem.

A medicina no início do séc. XIX se apresenta como medicina científica, assinalando no saber médico uma ruptura que não é conceitual nem ocorreu em função do surgimento de instrumentos mais potentes, mas de uma mudança nos seus objetos, conceitos e métodos. A medicina moderna implica no surgimento de novas práticas de conhecimento e novas práticas institucionais.

Conceitualmente, enquanto a medicina clássica está assentada na história natural, a medicina moderna esta assentada na biologia. Institucionalmente, a ruptura fica evidente no hospital, que na medicina clássica era um órgão de assistência ao pobre e de preparação para a morte, enquanto na medicina moderna torna-se local privilegiado de exercício da medicina, tanto do ponto de vista da cura quanto do ensino.

Ocorre também um deslocamento da medicina clássica, que tem como objeto a doença considerada como essência abstrata, para a medicina clínica para a qual o saber se constitui sobre o indivíduo como corpo doente exigindo uma intervenção que dê conta de sua singularidade. Formula-se então o nascimento de uma medicina do espaço social,

¹⁴ BURGUIÈRE, André. A antropologia histórica. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*, p. 140

¹⁵ FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: *Microfísica do poder*.

¹⁶ Id., *O Nascimento da Clínica*.

a doença vista como problema político e o médico como autoridade administrativa fundada na competência de seu saber¹⁷.

O fenômeno da exclusão por meio da doença foi analisado por Foucault na constituição dos leprosários, na alta Idade Média¹⁸. Nesse modelo de organização médica, o leproso era alguém expulso do espaço comum. Esse esquema persistiu até a regressão dessa doença, quando surgiu outra, a loucura, que se tornou o espaço para a aplicação de uma medicina da exclusão. Se, de um lado, o isolamento da doença em um local expressa as preocupações com a cura e proteção dos sadios, por outro lado, pela sua materialidade negativa, possibilita reinterpretações que, nas relações sociais, acabaram definindo práticas como o delineamento do espaço moral de exclusão. Em meados do século XIX, o pobre apareceu como perigo, uma ameaça devido à possibilidade de fomentar revoltas e pelo risco de contágio. O controle médico, frente aos medos políticos e sanitários, se deu por meio de discriminação espacial, isto é, pela divisão do espaço urbano em espaços de pobres e de ricos. As medidas de controle da saúde e do corpo das classes mais pobres transformaram-se em instrumentos para torná-los aptos ao trabalho e menos ameaçadores às classes mais ricas¹⁹.

Em 1990, Jorge Crespo publicou a *História do Corpo*, objetivando examinar as condições que em Portugal, entre final do século XVIII e XIX, permitiram que os corpos se submetessem às limitações infligidas pelo Estado. Analisa o *conjunto de operações e valores em jogo no controle realizado sobre os homens, através de seus corpos, num quadro mental de aparente libertação relativamente a condicionamentos anteriores*²⁰. Sem economizar a consulta a uma documentação numericamente significativa e pertinente, o autor faz exaustiva análise, incluindo a constituição de epidemias, e conclui que, em um quadro composto por múltiplas práticas e representações, desenvolveu-se em Portugal uma experiência responsável pelo nascimento da civilização do corpo, destacando-se entre aparentes contradições a presença do Estado que se utilizou de astúcia ou violência para impor normas. Foi criada uma moral fundamentada na disciplina e na utilidade, traduzida em condutas de austeridade e ponderação. Os responsáveis por essa transformação estavam convencidos de que a ignorância e a morte poderiam ser superadas pelo esforço individual em nome

¹⁷ Id. ib.

¹⁸ Id., *História da Loucura*, p.6-7.

¹⁹ Id., *História da medicina social*. In: *Microfísica do poder*. p. 88:97.

de um mundo de felicidade. Ao longo do texto o autor procurou demonstrar a existência de um processo de tomada de consciência da condição humana em Portugal e da implantação de mecanismos para a modificação da realidade, que implicou em estimular as condutas frias e objetivas para economizar a energia humana e contribuir para o progresso da civilização.

No Brasil, como ocorre em outros países, a maior parte da produção historiográfica da doença é de cunho médico, voltada sobretudo para a evolução do conhecimento clínico e para o desenvolvimento de instituições médico-sanitárias, a exemplo da *Historia geral da medicina brasileira*²¹. Utilizando documentação inédita, seu autor traça uma história da medicina destacando desde a medicina indígena até a medicina científica do século XIX, indo dos profissionais habilitados até a medicina oficial.

Na década de 1970, tendo Michel Foucault como matriz teórica, surgiram trabalhos que objetivaram analisar as vinculações entre saber médico e poder, inspirando-se na redefinição da medicina enquanto prática social, e também as alianças e contraposições entre medicina e o Estado. Nessa vertente, predominam filósofos e sociólogos, entre eles Roberto Machado como pioneiro.

Danação da Norma, obra de uma equipe liderada por Roberto Machado, apresenta o resultado da leitura de uma documentação pertinente, riquíssima e de fundamental importância para entender a constituição do saber médico no Brasil. Faz um percurso que inicia no Brasil Colonial quando há uma arte de curar, chega ao século XIX, analisa as novas relações entre o saber e o poder médico na medicina social deste século e suas implicações prático-teóricas relacionadas com o nascimento da psiquiatria brasileira, objetivo maior da obra. Discute como em um determinado momento histórico se estabelece um discurso sobre a loucura e que a considera doença a partir de uma prática - a psiquiatria - que tem a finalidade de curá-la.

Na linha da demografia histórica, destaca-se, entre outros, o estudo realizado pela historiadora Márcia Terezinha D. Siqueira²² em tese de doutorado, quando prioriza a ótica da relação Estado-sociedade para analisar primeiro a noção de saúde no século XIX, sua manifestação em nível institucional na Província do Paraná e como o Estado

²⁰ CRESPO, Jorge. *A história do corpo*, p. 9

²¹ SANTOS FILHO, Lycurgo. *Historia geral da medicina brasileira* e posteriormente, *Pequena história da medicina brasileira*.

²² SIQUEIRA, Márcia Terezinha D. *Saúde e doença na Província do Paraná (1853-1889)*.

assumiu a organização da saúde na prática. Defende que frente à doença na Província do Paraná havia uma ação efetiva do Estado e outra por parte da sociedade. Em seguida, trata especificamente das doenças epidêmicas que se manifestaram no Paraná provincial e suas múltiplas relações na prática social cotidiana, concluindo que, durante os surtos epidêmicos, a relação teoria-prática alterava-se. Sem apresentar elevadas taxas de mortalidade nos períodos epidêmicos, as atitudes emocionais da população evidenciavam alterações diante das doenças pestilenciais. Ao fazer da história socio-demográfica-sanitária sua ótica, a autora não se propôs e não fez do homem doente seu objeto de análise.

Ao analisar os cortiços e epidemias no Rio de Janeiro do final do século XIX, Chalhoub, na já citada obra *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*, percorre um caminho que faz dos cortiços o objeto de análise histórica quando detecta o surgimento do que chama de ideologia da Higiene. Na segunda parte, faz um estudo da febre amarela, uma das doenças perigosas e alvo da política governamental, e procede a uma análise que perpassa as teorias médicas e chega à ideologia racial na década de 70 do século XIX.. Na terceira parte, Varíola, vacina e vacinophobia, é inquestionável a contribuição do autor para o avanço do estudo do tema. Nela o autor faz um levantamento crítico da historiografia recente sobre a Revolta da Vacina, aborda a prática da variolização e vacinação desde seus primórdios e as raízes da resistência à vacinação na cultura negra e no embate entre o homem, que é ou pode ser um dia varioloso, e a teoria e política das práticas médicas e governamentais. Ao encontrar e demonstrar a lógica de exclusão que preside a sociedade brasileira e está evidenciada no Rio de Janeiro, o estudo avança consideravelmente em relação à percepção das epidemias e doenças no Brasil. Assim são entendidos os esforços dos médicos e autoridades em controlar a febre amarela, identificada como flagelo dos imigrantes, que, no final do século XIX, eram imprescindíveis para suprir a necessidade de mão de obra no Brasil, enquanto se ignorava a tuberculose que aniquilava a população negra, no momento em que a escravidão tinha seus dias contados e os investimentos nos escravos não eram prioridade. Os discursos e as práticas dos higienistas, validados pela ciência, despistaram as decisões político-ideológicas em relação ao pobre, visto como perigoso, perturbador e portador de doenças.

Há também que se destacar a contribuição de Michel Foucault abrindo uma vertente historiográfica que passou a perceber na doença um caráter biopolítico e possibilitou assim, o surgimento de inúmeros olhares que, ligados diretamente ou não ao seu

pensamento, procuraram avançar em relação a sua percepção de que a medicalização da sociedade no século XIX ocorreu acompanhada de um processo de dominação.

Sensível a esta contribuição, o presente estudo também se apropriou das propostas de historiadores como Jacques Le Goff, Jacques Revel, Jean-Pierre Peter e Roger Chartier, entre outros, que despertaram a reflexão dessa pesquisadora para perceber que *a doença pertence não só à história superficial dos progressos científicos e tecnológicos como também à história profunda dos saberes e das práticas ligadas às estruturas sociais, às instituições, às representações, às mentalidades*²³.

Cronologicamente, em Mato Grosso, quem primeiro escreveu sobre a epidemia de varíola ocorrida em 1867 em Cuiabá foi Joaquim Ferreira Moutinho²⁴ na obra, *Notícia sobre a Província de Mato Grosso seguida de um roteiro da viagem da sua capital a São Paulo*, com a proposta, ao escrever estas memórias, de divulgar a Província de Mato Grosso que era pouco conhecida.

Trata-se de um minucioso esquadrinhamento em que Moutinho debruça-se sobre a flora, a fauna, os habitantes, a organização administrativa, econômica e social classificando, descrevendo e conceituando o espaço mato-grossense.

Ao estranhar a cultura do cuiabano e defini-lo como preguiçoso, falador da vida uns dos outros e com possibilidades de tornar-se civilizado à medida que os estrangeiros europeus fossem penetrando na província, Moutinho identifica-se com o olhar do estrangeiro viajante que admirava a riqueza da natureza, porém via o homem mato-grossense como bárbaro e dependente para evoluir, e a Europa como centro irradiador de civilização.

A guerra contra o Paraguai e o surto de varíola são os episódios que Moutinho mais explorou e descreveu com forte dose de emoção, tornando sua obra de suma importância, entre outros aspectos, para o estudo do morrer e viver o surto epidêmico de 1867. De um lado, devido ao fato de ser contemporâneo ao relato que apresenta e, de outro, por não constituir-se em uma fala oficial, já que não exercia nenhum cargo

²³ Le GOFF, Jacques. *As doenças tem história*. p. 8

²⁴ O autor, Moutinho, nasceu em 1833 na cidade do Porto, Portugal, mudou-se para o Rio de Janeiro em 1846 e para em Cuiabá em 1850, permanecendo até 1868. Aqui, casou-se, teve filhos, foi comerciante e viveu a epidemia de varíola, quando perdeu pessoas da família, inclusive uma filha. Estes e outros dados biográficos foram retirados de MESQUITA, José de. *Gente e Coisas de Antanho*, p. 164:168.

público no momento em que eclodiu a epidemia, colocando-se mesmo em oposição à presidência da província exercida por Couto Magalhães²⁵.

A versão construída por ele de um lado reflete o imaginário de quem viveu o surto, por outro, passou a compor o imaginário que se construiu sobre o surto. Assim, por exemplo, entre as lendas cuiabanas²⁶, não por coincidência, as que estão relacionadas ao surto de 1867 constam da *Notícia....* de Moutinho.

No texto de Moutinho, a contaminação da população de Cuiabá foi relacionada de forma quase imperceptível aos militares que, na retomada de Corumbá, teriam em contato com o inimigo paraguaio adquirido a doença e, no regresso, transmitido à população cuiabana.. Seu discurso é ambivalente, pois, por um lado, busca responsabilizar as autoridades provinciais e, por outro, se empenha em preservar o militar, ou seja, as próprias autoridades.

Ao não economizar palavras para responsabilizar Couto Magalhães pelo contágio e mesmo pela incapacidade administrativa de amenizar o sofrimento da população atingida, o texto possibilita uma possível explicação nos laços de amizade, fartamente declarados, de Moutinho com adversários político-partidários²⁷ do presidente da província. Essa possível ligação explicaria a ambivalência constatada?

Em Cuiabá, no século XIX, assim como no Império, o isolamento do doente em lazaretos e a aplicação da quarentena faziam parte do discurso médico, defendido entre

²⁵ As memórias constituem-se importante fonte para a construção da história, a exemplo da *Um diário do ano da peste* de autoria de Daniel Defoe, que quando criança sobreviveu a uma epidemia de peste ocorrida em Londres em 1665 e, mais tarde, a escreveu. Considerando que a primeira edição desta obra é de 1722 e que Moutinho, pelas referências feitas em *Notícia....*, era um leitor profícuo e possuidor de uma biblioteca considerável, é possível que ele tenha tido acesso a obra citada e ter sido influenciado por ela ao escrever suas memórias.

²⁶ Cf. RODRIGUES, Dunga, *Lendas de Mato Grosso*.

²⁷ O exemplo talvez mais contundente seria a amizade e admiração por José Antônio Murtinho, médico formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1839 quando ingressou na clínica militar nomeado cirurgião-mór, no posto de tenente e diretor dos Hospitais Regionais Militares da Província de Mato Grosso, onde apresentou-se em 1840, fixando residência definitivamente. Filiado ao partido conservador, em 1867 desentendeu-se com o presidente da Província Couto Magalhães, que era do partido liberal e ordenou-lhe que se apresentasse ao Ministro da Guerra. Com este propósito encontrava-se no Rio de Janeiro quando iniciou a epidemia de varíola da qual foi vítima sua esposa que faleceu e foi enterrada no Cemitério Nossa Senhora do Carmo. Solicitou a reforma, voltou para Cuiabá, assumiu a posição de crítico do governo provincial. Couto Magalhães deixou a presidência em abril de 1868 e em setembro do mesmo ano, Murtinho a assumiu empreendendo perseguição feroz aos liberais. Estes dados biográficos foram fornecidos basicamente por CORREA FILHO, Virgílio. *Joaquim Murtinho*.

outros pelo Dr. José Antônio Murtinho, quando Inspetor de Saúde²⁸. Este parecer reforçado por Moutinho, ao defender que em: *Em Coimbra deve-se estabelecer um lazareto, e ahi haver um médico que zele pela província, e não deixe passar um só barco sem quarentena, quando por ventura elle seja suspeito de moléstia contagiosa*²⁹

Ao estudar a febre amarela e as teorias médicas em meados do século XIX, Sidney Chalhoub observa que os médicos, na tentativa de explicar a cadeia de transmissão da doença, apontaram a coincidência entre os surtos epidêmicos em cidades como Salvador, Rio de Janeiro e outras portuárias e a chegada de navios estrangeiros, o que resultou na imposição de isolamento em quarentena aos navios que ingressavam nos portos³⁰.

Este procedimento também foi localizado no universo europeu por Foucault, ao afirmar que,

O esquema da quarentena foi um sonho político - médico da boa organização sanitária das cidades, no século XVIII.[...] Na Idade Média, [...] O mecanismo de exclusão era o mecanismo do exílio, da purificação do espaço urbano. Medicalizar alguém era mandá-lo para fora e, por conseguinte, purificar os outros.³¹

Portanto, na Europa e em outras partes do Império brasileiro o isolamento do doente em lazaretos como forma de acabar com a doença era uma prática adotada, e na Província de Mato Grosso essa prática, em nível de discurso, era também proposta pelas autoridades médicas.

Contudo, quando a epidemia de varíola se tornou um perigo para Cuiabá, ou mesmo quando começou, esse procedimento não constou das providências tomadas pelo presidente provincial. Em que pesem os compromissos anteriormente expostos, não estaria o autor de *Notícia...* cobrando uma prática que estivesse coerente com a representação que o saber médico constituía como real?

José de Mesquita, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, escreveu em 1927, o único texto específico sobre a varíola, *O ano das bexigas*³² tendo utilizado como fonte, o texto de Moutinho³³, dois livros de registros de óbitos existentes e ainda hoje

²⁸ Relatório da Inspetoria de Saúde Pública do Inspetor de Saúde Publica Dr. José Antônio Murtinho ao Presidente da Província Conselheiro Herculano Ferreira Pennna.. Cuiabá, 14/1/1863. Documento avulso, Caixa 1863-D, manuscrito, APMT.

²⁹ MOUTINHO, op.cit., p. 258.

³⁰ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*, p. 62:68

³¹ FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: *Microfísica do poder*, p.88.

³² MESQUITA, José de. *O ano das bexigas*.

³³ MOUTINHO, op.cit.

guardados no ACMC e depoimentos orais, pois quando escreveu o texto, sessenta anos após a epidemia, teve oportunidade de ouvir pessoas que haviam vivido *o ano das bexigas*.

Na primeira parte do texto, *A extensão do flagelo*, Mesquita descreveu a dor imposta à população pelo sofrimento, levantou possíveis causas e citou a área atingida nas cercanias de Cuiabá. A influência de Moutinho é flagrante; a origem das informações com facilidade pode ser localizada, mas Mesquita diverge dele em um aspecto: não concorda com a responsabilidade do presidente da Província que teria sido incompetente, como afirma o autor de *Notícia...*³⁴. Na década de 1920, quando Mesquita escreveu, os feitos do Exército eram valorizados pela jovem República e Couto Magalhães, militar, foi reconhecido por suas ações durante a Guerra do Paraguai, inclusive por ter iniciado a navegação a vapor pelo rio Araguaia, dando a esta região do Brasil a possibilidade de outra opção fluvial de ligação com o litoral, importante naquele momento em que a do Rio da Prata encontrava-se impedida pelo bloqueio paraguaio³⁵.

Na segunda parte do texto, *Dados estatísticos*, utilizou como fonte primordial dois livros de registros de óbitos do Arquivo da Cúria, os mesmos cujo levantamento foi feito por este estudo e que abrangem os assentamentos de óbitos referentes aos anos de 1865 a 1873. Mesquita apresenta os números, defendendo a possibilidade de os registros paroquiais não corresponderem ao número real de vítimas, principalmente a partir de setembro quando morreu o Cura encarregado dos assentos. Com base nessa informação deduz e defende que o auge da epidemia teria sido em setembro, enquanto Moutinho afirma ter sido em agosto.

Ao discordar de Moutinho quanto à competência administrativa de Couto Magalhães e quanto ao período de auge epidêmico, José de Mesquita, dedicado à pesquisa de fontes históricas, acredita estar habilitado *senão a fazer uma reconstrução segura dos fatos, pelo menos a contribuir com ligeiros mas inéditos subsídios*³⁶

Os textos escritos por autores ligados ao Instituto Histórico³⁷, após *o ano das bexigas* citam-no e repetem-no exaustivamente. Se, por um lado, a quase inexistência de trabalhos específicos pode demonstrar desinteresse pelo tema, por outro, a presença do

³⁴ Ao afirmar no texto em epígrafe, na p. 19, [...] *Sem entrar a discutir as medidas acertadas ou não do Governo Couto Magalhães, análise que este ensaio não comporta e ulteriormente se fará*, [...], MESQUITA informa sobre o livro que publicaria fazendo a defesa do então presidente da província, *Um paladino do nacionalismo*: Couto Magalhães. Cuiabá: Esc. Prof. Salezianas, 1930, o qual não foi localizado.

³⁵ LEVERGER, Augusto. *Vias de comunicação em Mato Grosso*.

³⁶ MESQUITA, *O ano das bexigas*, p. 19

texto de Moutinho, perpassando todas as produções que tratam o tema tangencialmente, contribui para demonstrar a importância do seu discurso. Uma reflexão historiográfica que considere a fala, quem fala, de onde fala e por que fala, ajudará a perceber a participação do pensamento e obra de Moutinho e Mesquita na construção da memória acerca *da feição trágica de uma hecatombe*³⁷

No início da década de 90, a historiadora Luiza Volpato publicou sua tese de doutorado³⁸ e, ao *evidenciar o estado de profundo sofrimento vivido pela população na segunda metade da década de 1860*⁴⁰, destacou como uma das razões o surto epidêmico de 1867. Para tanto, utilizou como fonte principal Moutinho, mas, ao contrário dos que abordaram este tema até então, transcrevendo o texto *Notícia...* como um depoimento praticamente incontestável, a autora se debruçou sobre uma vasta documentação que incluiu Relatórios de Presidentes da Província, Relatórios policiais, Relatórios da Inspeção de Saúde, correspondência militar, médica, policial e também a produção historiográfica para dialogar com Moutinho⁴¹.

A maior contribuição dessa historiadora para o avanço na construção da história do surto epidêmico de 1867 em Cuiabá foi ter percebido a tênue separação entre duas posturas perante a varíola, *A visão da varíola como peste coloca o surto epidêmico ocorrido em Cuiabá, em 1867, em contato com um imaginário que liga doença a castigo divino e que tem suas raízes em épocas bastante remotas*⁴²

E, por outro, a *de que pelo menos as autoridades sabiam que em diversos momentos a população estivera ameaçada de se contaminar e que apenas medidas profiláticas poderiam impedir a propagação da doença*⁴³

Assim, a autora evidenciou a possibilidade de viver a varíola como peste, contra a qual os homens, a ciência, não tinham poder e como doença, em cuja debelação medidas profiláticas e, portanto, o saber científico, poderiam interferir.

Essa evidência é o ponto de partida das reflexões desse estudo, para na tentativa de avançar, procurar perceber a diversidade das representações que, às vezes conflitantes,

³⁷ Entre outros, CORREA FILHO, Virgílio, *A história de Mato Grosso*, p.550:551.

³⁸ MESQUITA, op. cit., p. 17.

³⁹ VOLPATO, Luiza R. R.. *Cativos do Sertão: vida cotidiana em Cuiabá em 1850 - 1888*.

⁴⁰ Id.ib., p.57.

⁴¹ Id.ib., p.72-81.

⁴² Id.ib., p.76.

⁴³ Id.ib.,p.76-77.

deram origem às práticas culturais de tempo de epidemia que se tornariam a lente através da qual seria possível visualizar o universo social em estudo.

A análise documental contou com o levantamento realizado em três locais: Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá, Arquivo Público de Mato Grosso e Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional.

No **Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá**, (ACMC), encontra-se uma preciosa documentação eclesiástica referente a Mato Grosso que remonta ao século XVIII⁴⁴. Neste arquivo, primeiramente, foi feito um levantamento preliminar em todas caixas de forma rápida, com objetivo de localizar documentos extraviados naquelas que não se referem à década de 60 do século XIX e também fazer um levantamento rigoroso das caixas do período citado, tornando possível constatar que não há correspondência arquivada entre pessoas da comunidade ou párocos e o bispo durante ou após o surto epidêmico.

Todavia existe uma quantidade significativa de atestados de óbitos e 3 livros de registro de óbitos referentes ao 1º Distrito (Freguesia da Sé) e que compreendem o período de março de 1864 a fevereiro de 1876, encontrando-se todos na caixa de número 97. O estado geral dos dois primeiros livros de registro é bom e o terceiro está incompleto. Contudo as folhas estão rubricadas, a letra é legível e, embora sofrendo o desgaste natural de mais de 100 anos em ambiente precário, o trabalho de leitura foi relativamente fácil.

No referido Distrito (Freguesia da Sé) o assento de óbitos de escravos e livres era feito em um único livro, enquanto no 2º Distrito, Freguesia de São Gonçalo de Pedro II, era feito em livros separados. Esses também foram localizados, porém, no período do surto, há uma lacuna de registros justificada em atestados fornecidos posteriormente, *por ser época da bexiga e não ter pároco*⁴⁵. Dessa forma ficou inviabilizado o levantamento dos óbitos no 2º Distrito, no período epidêmico. Não chegou contudo a inviabilizar o levantamento no 1º Distrito, o mais antigo e populoso da área urbana de Cuiabá.

⁴⁴ No ano de 1986, o Prof. Dr. Otávio Canavarros, responsável pelo arranjo documental deste acervo, elaborou um catálogo que se encontra disponível em xerox, oferecendo um painel do acervo e da metodologia utilizada, útil para dar início ao trabalho com esses documentos. Atualmente esse acervo encontra-se em fase de microfilmagem como parte de um convênio feito entre a Cúria Metropolitana, UFMT e FAPEMAT, sob orientação da Profª Drª Maria A denir Peraro.

⁴⁵ ACMC. Caixa 102, Paróquia de São Gonçalo, Certidões de Óbito (1870/1910)

Feita esta constatação, abriu-se a possibilidade de fazer um levantamento das mortes registradas. Inicialmente foi elaborada uma ficha para onde foram transcritos manualmente todos os dados do registro de óbitos⁴⁶. Num segundo momento, foi feita uma análise de sistema e criado um programa de computador que possibilitou a entrada de todos os dados dos assentos do período abrangido pelos registros de óbitos. As informações que constam nos registros de óbitos são as seguintes: data do óbito, nome, sexo, idade, origem, estado civil, condição, sacramentos recebidos ou não, cônjuge, pais, cemitério, cura/pároco, além de informações esporádicas como, se o morto é filho legítimo, nome do proprietário da mãe quando se trata de criança escrava. Concluído o levantamento, o sistema possibilitou o cruzamento dos dados e a elaboração de tabelas.

A prática, bastante difundida na América católica, especialmente no Brasil, de registrar em livros os óbitos ocorridos nas paróquias, obedece às normas vigentes nas Constituições do Arcebispado da Bahia de 1707 e que vigoraram até o final do Império Brasileiro.

Os atestados de óbitos permitiram penetrar na intimidade das pessoas, revelando facetas do seu comportamento cotidiano, a multiplicidade de informações obtidas nos registros pretendem analisar melhor o objeto em estudo e devem ser vistas como ponto de partida para levantar perguntas ou mesmo hipóteses.

O diálogo com essa fonte possibilitou por um lado, *conversar* com e sobre os mortos da varíola, mas, por outro, *ouvi-los, perguntar* dos parentes, amigos, amantes e desafetos que sobreviveram. E ainda sobre aqueles que tiveram a varíola, porém não morreram e passaram a carregar no corpo, especialmente no rosto, a marca do bexiguento. Aqueles que não tiveram, não morreram, não carregaram as marcas visíveis da cicatriz no corpo, mas por terem vivido a *ocasião*, passaram a carregar a cicatriz na alma. Era preciso explorar outras fontes para *encontrá-los*.

No **Arquivo Público do Estado de Mato Grosso**, (APMT), encontra-se o maior acervo documental do Estado e são alvo do presente estudo: os *Relatórios de Presidentes de Província*, os *Livros da Secretaria de Governo da Província de Mato Grosso* e a *Documentação Avulsa*.

⁴⁶ A elaboração da ficha a partir de modelos de ficha localizados na obra DAUMARD, Adeline; BALHANA, Altiva Pilotti et al. *História social do Brasil: teoria e metodologia*.

Uma parte dos *Relatórios de Presidentes da Província de Mato Grosso* encontra-se microfilmada e foi realizado seu levantamento. Foi feita uma leitura rápida do texto completo de todos os Relatórios e um levantamento mais criterioso com transcrição de todas informações relativas à saúde e doença no período de 1835, data do primeiro relatório, até o apresentado em 1879.

Os relatórios constituíam-se nos textos oficiais lidos pelo presidente da província na abertura das sessões da Assembléia Legislativa provincial⁴⁷. Era uma espécie de prestação de contas que o presidente elaborava a partir da compilação dos relatórios parciais entregues pelos responsáveis de cada repartição, por exemplo, Chefe de Polícia ou Inspetor de Saúde Pública e incluídos no corpo do relatório, às vezes referindo-se ao autor das informações e às vezes sob a forma de anexos.

Embora a elaboração e apresentação dos Relatórios tivesse como objetivo apresentar um panorama de toda a Província, as dificuldades de comunicação, a extensão territorial considerável, e, no caso específico da saúde, a inexistência de profissionais com formação nas localidades além da capital, representaram fatores que contribuíram para restringir o conteúdo destes Relatórios a Cuiabá, onde estavam presentes as autoridades co-autoras.

Tais relatórios são fonte inesgotável para os mais variados temas e recortes e, para este estudo, abrem possibilidades para perceber, a partir das práticas oficiais, a representação que os governantes construíram e, portanto, o sentido que deram ao viver e morrer nesta região de fronteira.

Por sua vez, os *Livros da Secretaria de Governo da Província de Mato Grosso*, registro de correspondência do governo provincial, apresentam estado geral de conservação razoável, alguns estão sem capa, mas geralmente completos, legíveis e com termo de abertura e encerramento. Um catálogo digitado oferece como informações: número do livro, período contemplado e o nome da repartição que expediu ou recebeu a correspondência.

Foi feita primeiramente a localização de todos livros do período relativo à guerra do Paraguai (1865/1870). Em seguida, feita uma leitura cuidadosa com a catalogação de todos os ofícios expedidos ou recebidos, na ou para a província de Mato Grosso, durante o período citado.

⁴⁷ Exceção ao relatório apresentado 1865 que a partir do título: Relatório apresentado ao Ilmo e Exmo Snr. Chefe de Esquadria Augusto Leverger, vice-presidente da província de Mato Grosso pelo

Não sendo volumosa, mas nem por isso menos importante, essa correspondência propiciou visualizar as múltiplas possibilidades de locais e tratamentos destinados ao varioloso, o que nem sempre foi definido pela categoria social a que ele pertencia.

Já os *Documentos Avulsos*, de origem variada, estão na quase totalidade acondicionados em latas e classificados por ordem cronológica, e sem dúvida representam a maior parte dos documentos que dão suporte às reflexões desse estudo. O desgaste do tempo sobre uma documentação que está sendo impropriamente manuseada há décadas reflete o estado em que ela se encontra hoje. Alguns documentos estão incompletos, com folhas ressecadas pela desidratação, mas a maioria encontra-se em bom estado. O levantamento consistiu na leitura criteriosa de todos documentos das latas referentes a 1867 e 1868 e uma leitura rápida dos documentos das latas a partir da década de 50 do século XIX, com ênfase nos relativos a saúde e doença, resultando em um arrolamento apresentado no final deste estudo.

São relatórios e ofícios de origem variada: de autoridades médicas, militares e policiais; da presidência da província para autoridades civis e militares; e de autoridades dos mais variados escalões dirigidos ao presidente da Província de MT; fazendo exposições, denunciando situações, encaminhando pedidos, enfim prestando contas.

Entre os documentos localizados e inéditos foi encontrado, para exemplificar, o *Diretório para guia do povo no tratamento das bexigas, feito pelo Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, por ordem do Ilmo. Sr. Presidente da Província*. Trata-se de um documento impresso, em bom estado de conservação, que caracteriza a doença e prescreve tratamento com múltiplas informações sobre regras, normas e saber médico.

Também destacou-se na análise, a ata assinada pela Junta Militar que se reuniu para dar um parecer sobre as providências necessárias quando a varíola surgiu entre os militares que se encontravam no Baixo Paraguai e era uma ameaça para a população cuiabana. A Junta formada por médicos militares defendeu, como medida necessária para combater a doença, mecanismos de isolamento como o estabelecimento de um lazareto e quarentena, tornando perceptível o alinhamento do discurso médico na província de Mato Grosso com o da capital do Império.

A variedade de documentos permite uma multiplicidade de falas e olhares e o volume bastante expressivo oportunizou inúmeras pistas que foram perseguidas neste e em outros acervos pesquisados, aproximando as informações.

No **Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional**, (NDIHR), a hemeroteca foi alvo de um minucioso levantamento que compreendeu a leitura dos microfilmes de jornais publicados nas décadas de 1860 e 1870, às vezes de existência efêmera. A coleção microfilmada encontra-se incompleta.

Nessa época em Cuiabá, os jornais às vezes assumiam a função de um diário oficial transcrevendo relatórios, publicando leis, regulamentos e resoluções governamentais, ao mesmo tempo em que se afastavam desta função para descortinar as práticas cotidianas da cidade.

Não há nenhum jornal microfilmado do ano da varíola, embora nos anos seguintes eles apareçam construindo a memória acerca do momento em que o *anjo do extermínio andava de porta em porta ferindo aos incircuncisos da vacina*⁴⁸.

Essa dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro, *Na fronteira da vida e da morte: saber, prática e doença na Província de Mato Grosso*, objetiva estabelecer uma relação entre o geral e o particular através do estudo do saber médico e das práticas das doenças em outros lugares e na Província de Mato Grosso para perceber o conceito de saúde, doença e prevenção construído em uma região de fronteira distante do centro político-econômico.

O segundo, *Cuiabá envolta em um crepe mortuário: a epidemia de varíola*, faz um percurso que inicia com a participação de Mato Grosso na Guerra contra o Paraguai, onde ocorreu a contaminação da varíola, procurando demonstrar a especificidade do surto e do contágio. Em seguida, aborda a transformação de Cuiabá em cidade epidêmica, contextualizada pelas dificuldades vividas naquele momento de guerra. Nesse item são apresentados alguns dos números da varíola, através de tabelas e gráficos que anunciam tendências e apontam possibilidades do viver/morrer a epidemia. A descrição das características e tratamento da varíola é feita através da análise do *Diretório para tratamento*, documento elaborado e distribuído na época. Em seguida, é feita a análise da quebra da liturgia da morte utilizando uma crônica publicada após a

⁴⁸ NDIHR. *O Porvir* Cuiabá, 01/01/1878, microfilme.

epidemia de 1867 que reproduz o enterro de um varioloso,. Também outros aspectos da *ocasião da varíola* são explorados evidenciando práticas epidêmicas e não epidêmicas, construindo o cotidiano da população. Nesse capítulo é privilegiada também a análise dos locais de tratamento, especialmente o Hospital Militar e o Lazareto dos indigentes, e por último é destacada a família na cidade epidêmica como uma possibilidade de aproximar-se dos homens e mulheres para perceber um pouco do que foi viver, morrer e sobreviver à epidemia de varíola.

No terceiro e último capítulo, *Cuiabá coberta com o manto da misericórdia: sobreviver após a epidemia*, procura-se perceber como a população sobrevivente, nas esferas pública e privada, encontrou formas de reorganizar-se passada a epidemia, que por não ter sido um momento apenas de dor, abriu possibilidades de reconstrução das trajetórias individuais e coletivas.

Neste momento, com o objetivo de submeter à Banca Examinadora este estudo, a ansiedade frente a um processo de avaliação não diminui a expectativa de colaboração trazida por outros olhares a este texto

Capítulo I

Na fronteira da vida e da morte: saber, prática e doença na Província de Mato Grosso

Entre o final do século XVIII e início do XIX, enquanto ocorria o desenvolvimento do capitalismo, paralelamente nascia uma medicina social em decorrência da socialização do corpo enquanto força de produção e trabalho. Para Foucault, o controle da sociedade se faz através da consciência, mas começa pelo corpo, pois foi no biológico que a sociedade capitalista investiu, percebendo no corpo uma realidade bio-política, e na medicina uma estratégia bio-política⁴⁹.

A medicina social pode ser considerada como um importante instrumento de um amplo processo de medicalização da sociedade, que, transformando hábitos e atitudes das populações urbanas, as adaptou às necessidades da ordem burguesa em construção⁵⁰.

Para Roberto Machado⁵¹, no Brasil, o processo de implantação de uma medicina social foi assumido a partir de 1829, quando foi criada a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. Ancorada na influência francesa e nas condições históricas da sociedade brasileira, essa Sociedade médica traçou como objetivos: a saúde pública e a defesa da ciência médica.

Para alcançar o primeiro objetivo, a saúde pública, foi necessário lutar pela criação e aplicação, por parte de médicos, de regulamentos sanitários, de mudanças de costumes, de intervenção em hospitais, prisões e outros lugares públicos, de estudos das epidemias, endemias e doenças contagiosas. Nesse sentido, uma das suas Comissões Permanentes, a de Salubridade Geral, mostrou eficiência ao apresentar, já em 1830, um relatório apontando problemas de higiene e, medicina legal, a exemplo do sepultamento dentro das igrejas, falta de hospitais, necessidades de esgoto, abastecimento de água e

⁴⁹ FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: *Microfísica do Poder*, pp. 79-80.

⁵⁰ A legitimidade da medicina social no Brasil é objeto de controversas. Defendida por uma vertente da historiografia brasileira, com a qual este estudo se alinha e representada entre outros por MACHADO, Roberto et.al. *Danação da Norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*; LUZ, Madel T, *Medicina e ordem política. Políticas e instituições de saúde (1850-1930)*; COSTA, Jurandir F. *Ordem médica e norma familiar*; opõe-se a outra vertente que inclui PATTO, M. Helena Souza *Teoremas e cataplasmas no Brasil monárquico: o caso da medicina social que sustenta que a medicina social seria um exemplo de distorção ideológica das idéias européias transplantadas para o ambiente imperial e escravista brasileiro do século XIX*.

⁵¹ MACHADO, Roberto et. al.. *Danação da Norma*. medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil., p. 213-214.

dessecamento dos pântanos. Enfim, esse relatório estabelecia um programa de intervenção médica, defendido desde o início do século XIX e baseado na interferência e controle do espaço urbano para garantir o funcionamento ordenado da cidade.

Quando, em 1832, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro promulgou um Código de Posturas baseado no Regulamento de 1828, evidenciou uma das interferências do corpo médico, ou seja, a criação de uma legislação que explicitava e garantia o projeto de medicina social defendido pela Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro.

Em relação ao segundo objetivo do projeto da medicina social, a defesa da ciência médica, a principal realização foi a elaboração, através de uma Comissão Temporária, do projeto das Faculdades de Medicina, que foi discutido e aprovado pelo Parlamento. A lei de 3 de outubro de 1832 instituiu as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, que passaram a controlar o exercício da profissão, fazendo os exames e conferindo os títulos, enquanto as Câmaras Municipais registravam e davam licença para o exercício profissional.

Pensar as faculdades de medicina no Brasil do século XIX deve levar às condições históricas vigentes, ou seja, às transformações ligadas à hegemonia burguesa no mundo ocidental, e mais especificamente, à afirmação de um saber através da medicina social.

Até a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil e implantação dos dois cursos médicos -cirúrgicos em 1808, o estado dos serviços médicos no Brasil era insuficiente e realizado de forma pouco profissional. Grande parte da atividade médica era desenvolvida por curandeiros “herbalistas”, herdeiros de conhecimentos africanos e indígenas, ou por práticos que tinham suas atividades fiscalizadas pelos “cirurgiões-mores” do Reino. Em 1772, o cirurgião-mor foi substituído pela junta perpétua do Proto-Medicato, formada por deputados e enfermeiros diplomados em Coimbra e que tinham como função policial o exercício de qualquer atividade ligada à cura, além de habilitar com “cartas de autorização” todos aqueles que quisessem praticar tal “arte”. Para obtenção da licença eram necessários apenas: um certificado comprovando o aprendizado junto a outro profissional e um exame sumário feito diante da junta que, na maioria dos casos, acabava aprovando todos os candidatos⁵².

⁵² Cf. SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*, p.192

No entanto, práticos e proto-medicatos eram iniciantes da arte de curar, geralmente mestiços, analfabetos, e cuja atuação não levava a qualquer posição de maior prestígio social. Juntavam-se à grande quantidade de curandeiros, parteiras, boticários, dentistas e sangradores que assumiam as atividades ligadas às doenças e cura, dada a ausência de médicos e cirurgiões.

A ausência de profissionais não era, porém, aleatória. As dificuldades em seguir a carreira médica no Brasil eram grandes: os livros franceses tinham a entrada proibida no Brasil, assim como era difícil o acesso à bibliografia médica em geral, além do que até 1800 a profissão era vedada aos brasileiros. Só a partir de 1º de maio deste ano que um édito real autorizou que quatro estudantes, designados pelo município do Rio de Janeiro, dessem continuidade a seus estudos em Coimbra. Desse modo, a prática médica não autorizada foi de tal volume que permitiu a constituição de pequenas especializações: recebiam a alcunha de *endireitas* os que ajudavam nos casos de fraturas ou luxações, enquanto eram chamados de *barbeiros* todos os que fizessem pequenas operações como sangrias⁵³, extrações de dentes e outras atividades cirúrgicas⁵⁴.

Com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil, essa situação ficou ainda mais complicada devido à chegada de um contingente de europeus, implicando no aumento dos problemas sanitários e higiênicos, enquanto a Metrópole, ocupada pelas forças francesas, encontrava-se impedida de despachar especialistas de Coimbra.

A solução foi instalar escolas para formar profissionais na própria colônia, agora sede da Monarquia portuguesa. Instaladas em 1808, a Escola Cirúrgica da Bahia e a do Rio de Janeiro formariam cirurgiões, enquanto Coimbra continuava a diplomar em medicina, mantendo dessa forma o controle em todos os vastos domínios de Portugal.

Em 1813, as escolas cirúrgicas foram reorganizadas e se transformaram em academias médico-cirúrgicas: a do Rio, instalada ainda em 1813, e a da Bahia, em 1815. Isto implicou em uma maior institucionalização dos cursos médicos. O programa foi reformulado, ampliado e novas regras implantadas. A mais importante foi a referente ao estatuto profissional dos alunos recém-formados: terminados os exames do quinto ano, os aprovados recebiam uma carta de *cirurgião aprovado*, sendo que os que desejassem

⁵³ A sangria constituía uma prática utilizada desde a Antiguidade e era praticada quando os humores estavam em desequilíbrio devido ao excesso de sangue. Podia ser feitas nas artérias, veias ou vasos capilares, com a utilização de bisturis, lancetas, sanguessugas ou ventosas sarjadas.

⁵⁴ SCHWARCZ, Lília M., op.cit. p.193

repetir as matérias do quarto e quinto anos receberiam a graduação de *formados em cirurgia*, que correspondia a uma espécie de bacharelado na área.

Apesar das mudanças, a precariedade das escolas resultava em inúmeras reclamações, além dos profissionais, numericamente, não conseguirem suprir a demanda. Era evidente a necessidade de reformar as academias⁵⁵.

O processo de consolidação da medicina através da profissionalização dos médicos, em oposição à atividade até então praticada por barbeiros, sangradores e práticos, levou à fundação, em 1829, da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, cuja ação resultou, inclusive, na apresentação de um projeto de criação de duas faculdades de Medicina, efetivado em 1832, como já exposto anteriormente.

Uma vez criadas, as faculdades continuavam a sofrer com a falta de recursos e a desorganização. No entanto, à medida que a profissão médica se valorizava, o perfil sócio-econômico dos alunos tendia a se alterar, principalmente a escola carioca, freqüentada por uma clientela privilegiada em termos econômicos. Na Bahia, a situação parecia mais complicada, faltava material didático, os lentes eram poucos e não se destacavam pela assiduidade⁵⁶.

Em 1850, as atribuições da Câmara Municipal em relação à medicina passaram para a Junta da Higiene Pública, o que representou uma diminuição do poder da Câmara. Por outro lado, era uma vitória para a medicina, que passava a ter o controle e influência desse órgão sobre as decisões que lhe dissessem respeito, inclusive o registro e licença profissional.

Ficavam então institucionalizados os aspectos fundamentais da medicina social – higiene pública e normalização da medicina – o que não era fortuito, mas resultado de um longo processo de construção de um poder – o poder médico – cuja interferência na sociedade estaria garantida a partir de então.

Os médicos que atuavam na província de Mato Grosso na época da Guerra do Paraguai e, portanto, também da epidemia de varíola, eram formados pelas Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, únicas instituições no Brasil que expediam diplomas autorizando o exercício da profissão de médico e cuja implantação foi capítulo de uma medicina social que se constituía.

A legislação era destinada a todo Império e a eficiência da centralização monárquica garantia sua aplicação. É preciso, contudo, refletir se a constituição da medicina aconteceu ao mesmo tempo e da mesma forma em todo império, especialmente em Mato Grosso, objeto desse estudo.

Em 1856, na Província de Mato Grosso, em função da eminência de uma epidemia de cólera morbus, o Dr. José Antonio Murtinho, ocupando o cargo de Provedor da Saúde Pública, elaborou as *Instruções para a quarentena.....*⁵⁷. No ofício que encaminha este documento ao então presidente da Província, Augusto Leverger, chama a atenção, entre outras informações, primeiro, a autoria do texto, um médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e segundo, as fontes consideradas por ele como as que embasaram a elaboração do texto, ou seja *autores que tem escripto sobre a matéria e o trabalho do Presidente da Junta Central de Higiene Publica*⁵⁸.

A análise do documento citado permite perceber que, de alguma forma, elementos constitutivos da medicina social estavam presentes na Província de Mato Grosso. A centralização monárquica garantia que uma mesma orientação, no caso emanada da Junta de Higiene Pública, fosse estendida a todas províncias, e no exercício do poder, o Estado contasse com homens como o Dr. Murtinho, que, investidos da autoridade outorgada pelo saber adquirido em uma Faculdade de Medicina, ao exercerem funções públicas, fossem consultados. Contudo, o fato de ter sido consultado, iniciando inclusive o documento de encaminhamento da *Instruções para a quarentena.....* afirmando *apressei-me, seguindo as ordens que tenho de V. Exa., em formular umas instruções...*⁵⁹ demonstra que ele não possuía poder político que lhe permitisse decidir.

Contudo o Dr. Murtinho era um homem afinado com as idéias e o saber do seu tempo. Lia jornais, acompanhava as notícias da existência de epidemias em outras províncias, e, nas *Instruções para a quarentena...*⁶⁰ assume uma postura que poderia ser

⁵⁵ Idem, p.195

⁵⁶ Idem, p. 196-197.

⁵⁷ *Instruções para a quarentena que se vai estabelecer no Salto Augusto, ou regimen sanitário para preservar esta Província da invasão da cólera morbus, pelo lado do Pará e Amazonas, acompanhada da descrição dos symptomas da moléstia, do seo methodo curativo, e dos meios de desinfecção das pessoas e cousa*, Documento avulso, Lata 1856-A, manuscrito, APMT

⁵⁸ *Instruções para a quarentena.....* Documento avulso, Lata 1856-A, manuscrito, APMT.

⁵⁹ Ofício da Provedoria de Saúde Publica de Cuiabá ao Presidente da Província, Augusto Leverger, Documento avulso, Lata 1856-A, 18 de fevereiro de 1856, manuscrito, APMT.

⁶⁰ Este documento é de primordial importância para o estudo das doenças em Mato Grosso, especialmente as *pestilenciais*, como nomeadas na época, e prescreve as medidas que deverão ser tomadas na manifestação da cólera morbus, como fazer a desinfecção de pessoas e coisas, além de

identificada com o paradigma contagionista, mas que ao mesmo tempo parece mais atrelado ao paradigma miasmático.

A formação médica nas faculdades de medicina durante o século XIX foi marcada pelos paradigmas contagionista e infeccionista⁶¹ que pretendiam explicar as causas e formas de propagação das doenças epidêmicas.

O primeiro paradigma, o contagionista, baseava-se no contágio, *propriedade que apresentavam certas doenças de se comunicar de um ao outro indivíduo diretamente, pelo contato, ou indiretamente, através do contato com objetos contaminados*⁶² e o segundo, infeccionista, baseava-se na infecção entendida como a *ação exercida na economia por miasmas mórbidos [...] à ação que substâncias animais e vegetais em putrefação exerciam no ar ambiente*⁶³.

Os contagionistas, portanto, defendiam que o surgimento de uma doença ocorria devido a um veneno específico que se reproduzia no doente e se propagava na comunidade independente das condições atmosféricas. A varíola era exemplo de doença contagiosa, sendo que a vacina era transmitida por contágio. Já os infeccionistas defendiam que a origem e possibilidade de transmissão da doença, reconhecida como possível, não ocorria pelo contato, mas porque o doente alterava o ar ambiente fazendo exalar os miasmas mórbidos. A malária era uma doença considerada infecciosa, mas sobre o cólera e a febre amarela havia controvérsias e os dois paradigmas muitas vezes se combinavam para explicar, no século XIX, a etiologia e transmissão tanto de uma como da outra.

Em decorrência desses pressupostos, enquanto a teoria contagionista defendia como forma de impedir as epidemias as quarentenas e o isolamento em lazaretos, a

defender o isolamento em quarentena, orientar sobre o tratamento dos doentes, e também descrever os sintomas, a dieta e o tratamento com detalhamento das substâncias medicamentosas de todas as formas de manifestação da doença.

⁶¹ Os termos *infecção e contaminação* não possuíam significado médico quando começaram a ser usados na Antiguidade. *Infectar significava primitivamente tingir, colorir, impregnar de alguma substância visível. O ar infectado seria portanto, uma atmosfera colorida, tingida ou impregnada de algo visível (vapores, bruma, poeira): mas daí veio, por analogia, a concepção de que o ar carregado de substâncias ou germes nocivos estaria também infectado....A palavra contaminar, por sua vez, vem do latim contaminare, que significa "sujar, poluir, misturar, uma impureza". (...)*Essa palavra adquiriu um significado amplo de transmitir uma impureza, nos sentidos religioso, ético e material [...] a impureza era algo que se transmitia de uma pessoa para outra. MARTINS, Roberto de Andrade. *Contágio: história da prevenção das doenças transmissíveis*, p. 52

⁶² CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*, p. 168.

⁶³ Id. p. 169.

infeccionista defendia e esteve na base das reformas urbanas que ocorreram entre final do século XIX e início do XX, a exemplo do Rio de Janeiro.

Ir além do significado de cada uma das teorias, procurando perceber seus respectivos sentidos políticos é um caminho percorrido por Sidney Chalhoub⁶⁴ e que pode ser um ponto de partida para as reflexões propostas acerca da epidemia de varíola em Cuiabá em 1867.

Chalhoub localiza a primeira análise do sentido político das teorias médicas, *O anticontagionismo entre 1821 e 1867*, de autoria de Erwin Ackernecht, escrito em 1948, e destaca como principal contribuição desse autor ter evidenciado que a maior aceitação do paradigma infeccionista na Europa Ocidental e Estados Unidos estaria além do debate teórico, ou seja, relacionada aos aspectos políticos e sociais. Ainda na leitura feita por Chalhoub, dado o desconhecimento que embasava as duas teorias, contagionista e infeccionista, os médicos acabaram se posicionando a partir de suas convicções, experiência, ligações políticas e visões de economia. Como a maioria atrelava-se à ideologia liberal, foi assegurada a predominância do paradigma infeccionista ou anticontagionista, tendo para tal contribuído o fato da base da teoria contagionista estar nas quarentenas, fonte de prejuízo para comerciantes e industriais. As reclamações eram gerais e em todas partes, a exemplo da correspondência de José Joaquim de Carvalho que escreveu ao presidente da província de Mato Grosso, reclamando da quarentena estabelecida pelo Comandante Militar de Vila Maria no Ponto das Onças por *ocasionar sérios embaraços ao nascente comercio que pelos esforços e proteção de V. Ex^a progride com entusiasmo*⁶⁵.

Para Chalhoub, Ackernecht tem o mérito de ter iniciado a discussão de que o debate entre contagionistas e infeccionistas estava inserido nas tensões e disputas pelas quais passava o mundo na época. A abertura da discussão oportunizou que Roger Cooter⁶⁶, retomando-o, chegasse a duas observações consideradas por Chalhoub fundamentais.

Na primeira observação, quando Cooter propôs que a explicação das causas das doenças e sua propagação não era o aspecto principal no paradigma infeccionista e, assim,

⁶⁴ Id. pp.170:180

⁶⁵ Correspondência de José Joaquim de Carvalho ao Presidente da Província de Mato Grosso, S. Rafael, Bolívia, 04/04/1867, Documento avulso, Lata 1867 -A, manuscrito, APMT.

⁶⁶ COOTER, Roger. *Anticontagionism and history's record*. In: Wright, Peter, e Treacher, Andrew. *The problem of medical knowledge: examining the social construction of medicine*, Edinburgh, 1982, pp.87-108, APUD CHALHOUB, Sidney, op. cit. pp. 171:172

extrapolando o debate epidemiológico, sugeriu que em uma organização social cada vez mais complexa, o paradigma infeccionista, através do conceito de atmosfera, elaborou principalmente a idéia de que as relações entre as pessoas e coisas são ambíguas, difusas, indeterminadas, não uniformes, diversificadas ao máximo.

Na segunda observação Cooter afirmou que a teoria infeccionista seria constitutiva das mudanças nas relações de trabalho de uma sociedade que se estruturava como capitalista “avançada”. Ou seja, embora por um lado essa teoria faça oposição à contagionista, por outro ela participava da expropriação de conhecimentos e práticas dos trabalhadores e portanto de sua sujeição real na produção e outras esferas da vida. O saber popular que explicava como surgiam as doenças e como combatê-las passou a ser desqualificado em nome do saber científico que, de forma abstrata, monopolizava conhecimentos agora acessados apenas por parte dos médicos.

Assim, Chalhoub, mesmo apontando limitações no pensamento de Cooter, reconhece que seu principal mérito, assim como o de Ackerknecht, foi o de contribuir para pensar as metáforas políticas presentes nas teorias médicas do século XIX que foram construídas e sobreviveram como integrantes de um determinado momento histórico.

É justamente neste momento de sua análise que Chalhoub permite pensar que as relações diferenciadas em épocas e lugares específicos possibilitaram por sua vez respostas diferenciadas não destoantes ou contraditórias, mas que, ancoradas em metáforas políticas, expressavam relações de poder. Princípio que este estudo pretende aplicar na análise do conceito de saúde e doença construído em Mato Grosso no século XIX, e presente no momento em que aconteceu a epidemia de varíola em 1867.

Na capital do Império, Roberto Machado⁶⁷ registra que *o poder colonial assume como um dos objetivos da própria administração a questão da recuperação do estado de saúde de seus habitantes.(...) se atribui a tarefa, visando a uma intervenção sobre a cidade, de conhecer as causas de doença do Rio de Janeiro.*⁶⁸

Devido essa preocupação, entre outras medidas, é feita pela Câmara Municipal, em 1798, uma consulta a três médicos sobre as causas da insalubridade do Rio de Janeiro. A resposta classifica as causas em: naturais e produzidas pelo homem. O clima, devido ao calor, umidade e variação de temperatura, causaria a *ruptura de equilíbrio da*

⁶⁷ MACHADO, Roberto et. al, op. cit. pp.142:149

economia animal e faria do ar o responsável pelas doenças. A direção das ruas, tipo de construção das casas, lixos na cidade também seriam responsáveis pela corrupção do ar e exemplos de causas não naturais. Assim, no final do século XVIII, a partir da possibilidade de degeneração do ar, surge um projeto de urbanização que prevê interferências considerando as *características naturais* e a *cidade como construção do homem*.

A construção de um conceito de doença, por ser histórico, assume nuances diferentes e específicas, como ocorreu em Mato Grosso. O trânsito entre o geral, aqui pensado como o conhecimento científico tal como está se constituindo na Europa, Estados Unidos e na assimilação feita na capital do Império, e o particular, a província de Mato Grosso, explicaria a especificidade e garantiria o não isolamento⁶⁹.

Nesse sentido, os relatórios presidenciais representam uma fonte primordial e, de maneira geral, evidenciam uma aproximação com a teoria médica infeccionista, quando se trata de explicar a origem das doenças e formas de transmissão, e com o discurso médico oriundo da medicina social, ao propor interferências higiênicas e sanitárias no meio urbano.

A possível aproximação com os paradigmas e a medicina social surge da constatação de que, pertencentes a uma elite dirigente, os presidentes eram designados pelo poder central e olhavam para os problemas da província com as respostas que traziam do Rio de Janeiro, impregnadas do discurso proposto pela medicina social.

A ameaça representada pela doença que muitas vezes, sob a forma de epidemia, dizimou parcelas consideráveis da população de outras províncias e possivelmente de Mato Grosso também, transparecia na preocupação constante manifestada nos relatórios presidenciais em vários momentos: na constatação da inexistência de médicos e cirurgiões, na necessidade de contratar um botânico para organizar um jardim com plantas medicinais, na urgência de fazer a vacinação antivariólica e no empenho para ser feito o treinamento de candidatos que pudessem atender na botica, entre outros.

⁶⁸ Idem, p. 142.

⁶⁹ A constante apropriação das idéias que transitavam na capital do Império impede a possibilidade de isolamento, idéia alinhada à análise que aponta a existência na historiografia de um mito do isolamento, cuja construção serviu para explicar porque a região mato-grossense não teria acompanhado o ritmo de crescimento de outras partes do Brasil. Cf. VOLPATO, Luiza R. R. *A conquista da terra no universo da pobreza*, p.15-16.

Nos relatórios presidenciais datados entre 1835 e 1845, as causas naturais das doenças são ligadas diretamente ao surgimento das doenças. Assim, *o começo das águas*⁷⁰ seria o responsável pelas febres em Vila Bela, as inundações no rio Guaporé são apontadas como causa das febres na mesma Vila Bela, só que desta vez com vítimas fatais⁷¹, como também chamam a atenção da autoridade⁷² as febres remitentes em Cuiabá, enquanto os *dias caniculares* são registrados com a ressalva de que, apesar do calor, o clima é sadio e não tem epidemias⁷³.

Em um primeiro momento, fica evidenciado, na fala dos presidentes, que a natureza, quando em desequilíbrio, é a responsável pelo surgimento das doenças que seriam transmitidas pelo ar. Contudo o desequilíbrio podia existir, por exemplo, devido ao excessivo calor, e o clima ser sadio. Na impossibilidade de explicação, uma vez que as causas naturais continuavam existindo, surge, por parte do presidente que faz o relato, uma admiração e entra em cena a *Providencia Divina*, demonstrando a força de um Deus que tanto pode castigar pela doença como premiar pela sua ausência, mas principalmente, e nas duas situações, ser responsável pelas explicações que o saber dos homens não dava conta naquele momento.

Os Relatórios dos presidentes de Mato Grosso até o ano de 1845 ressaltam apenas as causas naturais das doenças, mas, a partir de então, passam a destacar também as causas produzidas pelo homem como possíveis de provocar as exalações miasmáticas, defendendo que é preciso estabelecer normas de higiene e sanitarismo para controle dessas ações.

Os princípios defendidos até então, fatores naturais como calor, chuva e vento em excesso causando as doenças continuam presentes:

⁷⁰ Discurso recitado pelo Exmo presidente da Província de Mato Grosso, José Antônio Pimenta Bueno na abertura da primeira sessão da segunda legislatura da Assembléia Provincial, no dia 1º de março de 1835, microfilme, APMT.

⁷¹ Discurso recitado pelo Exmo Presidente da Província de Mato Grosso, José Antônio Pimenta Bueno, na abertura da terceira sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, no dia 1º de março de 1837, microfilme, APMT.

⁷² Fala presidencial apresentada na sessão extraordinária de 6 de Maio de 1841 pelo Presidente Cônego José da Silva Guimarães, Acervo: Relatórios Falas e Mensagens Presidenciais, Livro – 02, manuscrito, Ano: 1841 – 1851, APMT.

⁷³ Discurso com que o Exmo. Snr. Presidente desta abriu a sessão d'Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de Março de 1844. Cel. Zeferino Pimentel Moreira Freire, Relatórios Falas e Mensagens Presidenciais, Livro – 01 - manuscrito, APMT.

Em quase todos os pontos habitados da Província, especialmente nesta Capital, cujo clima, alias apesar de quente, sempre passou por sadio, grassarão fortemente de Maio a Novembro do ano passado, sobretudo em Setembro e outubro, pleurizes pulmonias e febres catarrais, que os facultativos atribuem a excessiva seca e aturado calor, que então reinou, e as súbitas e passageiras mudanças de temperatura produzidas pelo vento sul e su-sueste⁷⁴.

Mas também esse relatório registra que é possível interferir nos fatores naturais e corrigir os desequilíbrios causados pela própria natureza: *A dessecação dos pântanos mais vizinhos das povoações, a conservação das arvores e arbustos nas cabeceiras dos córregos e ribeiros, que por descobertos costumam a secar durante a força do estio, a plantação de arvores nas praças e ruas mais espaçosas*⁷⁵,

Principalmente, e a partir de então, os relatórios serão cada vez mais enfáticos na ligação entre as ações humanas e as causas das doenças:

.....asseio das Vilas e Cidades e finalmente o estabelecimento dos cemitérios, que a Lei recomenda, a proibição ou ao menos a limitação dos enterros nas Igrejas, verdadeiros focos de exalações pestíferas, pela acumulação de cadáveres na terra já impugnada das matérias oleosas, que podem até certo ponto concorrer para diminuir no futuro a intensidade daquelas molestais, ou evitar que elas se tornem epidêmicas.⁷⁶

O mesmo presidente, Ricardo José Gomes Jardim, no ano seguinte, destacou o surgimento das febres intermitentes e apresentou a defesa do estabelecimento de cemitérios, o asseio dos currais e matadouros públicos⁷⁷. Quer dizer, os miasmas exalam do meio ambiente, tanto o natural quanto o social, provocados por alterações que seriam de responsabilidade do homem ou da natureza e por isso, as intervenções propostas voltam-se para interferências na natureza e nos costumes, a exemplo da defesa feita por João José da Costa Pimentel em seu relatório presidencial, quando propunha o estabelecimento de Cemitérios e a plantação de árvores⁷⁸. Augusto de Leverger, ao discorrer sobre o estado da saúde na província igualmente, reforça as *medidas*

⁷⁴ Discurso recitado pelo Exmo Presidente da Província de Mato Grosso Ricardo José Gomes Jardim, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 1º de março de 1845, microfilme, APMT.

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ Discurso recitado pelo Exmo Presidente da Província de Matto Grosso, Ricardo José Gomes Jardim na abertura da Sessão ordinária da Assembléia Provincial em 10 de junho de 1846, microfilme, APMT.

⁷⁸ Falla dirigida a Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso, na abertura da sessão ordinária em 3 de maio de 1850, pelo Exmo. Sr. Presidente da província Coronel João José da Costa Pimentel, manuscrito, APMT.

higiênicas propostas pelos seus antecessores⁷⁹, e dois anos depois ele volta a defender que,

(...)não deve ser tal a confiança na salubridade do clima que se julguem dispensáveis as providências higiênicas que foram indicadas em diversos Relatórios dos meus antecessores na Presidência como sejam o estabelecimento de Cemitérios, afim de por termo aos enterramentos nas Igrejas, o de secamento ou esgotamento dos depósitos de águas estagnadas na vizinhança das povoações, medidas policiais para a limpeza e asseio destas. A falta de tais providências, favorecendo o desenvolvimento das afecções de caracter maligno, pode ter funestas conseqüências,⁸⁰.

Em fevereiro de 1856, João Baptista Prudêncio Delegado de Polícia de Diamantino, *certo de que o governo tem de tomar medidas preventivas contra a introdução do Cólera morbus nesta Província no caso de ser importada pelas canoas que tiverem de vir da Província do Pará*⁸¹, escreveu ao Doutor Antonio Joaquim Monteiro Sampaio, Chefe da Polícia da Província de Mato Grosso, relatando as providências tomadas, além de solicitar o envio de recursos para a aquisição de medicamentos e a montagem de uma estrutura julgada necessária, que seria estabelecida em um ponto estratégico no caminho fluvial que ligava a Província de Mato Grosso à do Pará⁸².

Entre as providências, o delegado de Polícia de Diamantino solicitou e o Tenente Benedito José da Silva França, que acabara de fazer o trajeto fluvial Santarém-Diamantino, em atendimento escreveu-lhe⁸³, respondendo aos quesitos colocados por este, noticiando que em toda a Província do Pará surgiram casos de febre amarela, além de fazer um minucioso relatório da viagem e dar sua opinião sobre a possibilidade da Província de Mato Grosso ser atingida pelas doenças que ameaçam outras partes do Império e poderiam entrar através da comunicação com o norte. E em relação a este

⁷⁹ Discurso recitado pelo Exmo. Snr. Presidente da Província de Mato Grosso o Capitão de fragata Augusto Leverger na abertura da Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa Provincial em 10 de Maio de 1851, Relatórios Falas e Mensagens Presidenciais, Livro – 01 - manuscrito, APMT.

⁸⁰ Relatório Presidencial, Provavelmente referente a 1853 e 1854 quando governava a Província Augusto Leverger, Relatórios Falas e Mensagens Presidenciais, Livro 03, manuscrito, APMT

⁸¹ Ofício dirigido Doutor Antônio Joaquim Monteiro Sampaio, Chefe da Polícia da Província de Mato Grosso por João Baptista Prudêncio, Delegado de Polícia de Diamantino, Documento avulso, Lata 1856-D, 25 de fevereiro de 1856, APMT.

⁸² A partir de 1812 foi regularizada a navegação pelo sistema Arinos-Tapajós, garantindo a ligação com a Província do Pará e viabilizando relações de comércio.Cf. ROSA, Carlos. *O processo da independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana*, p.20. A descrição desse comércio é feita com detalhes que abrangem, importância, produtos comercializados, descrição das embarcações fluviais, tempo da viagem, acidentes geográficos, por BRANDÃO, Jesus da Silva, *História da Navegação em Mato Grosso*, p.22-26.

⁸³ Carta de Benedito José da Silva França a João Baptista Prudêncio, Delegado de Policia de Diamantino. Documento avulso, 24 de fevereiro de 1856, Lata 1856-D, APMT.

aspecto, afirma que *não parece-me provável que um vento pestilencial suba as imensas serras e rompa as sem numero de voltar do rio Juruena*,⁸⁴ embora levante a possibilidade de alguma embarcação contagiada em Santarém poder espalhar a febre amarela.

Também em resposta à solicitação feita pelo mesmo delegado, o Dr. Medardo Rivani, médico italiano residente em Diamantino, escreve⁸⁵ expondo sua opinião sobre as medidas que deveriam ser tomadas na eminência de uma epidemia de cólera morbus, afirmando não crer que o cólera seja *moléstia contagiosa e puramente um princípio deletério que se acha misturado ao ar*⁸⁶, defende a necessidade de desinfecção das embarcações, pessoas e coisas que entrarem na província de Mato Grosso oriundos do norte, detalha sobre os produtos que devem ser utilizados e coloca à disposição os que possui.

No mês seguinte, Antonio Joaquim Monteiro Sampaio, Chefe de Policia em Cuiabá, acusa o recebimento e responde ao Snr. João Baptista Prudêncio, Delegado de Policia do termo do Diamantino. Aprova as medidas tomadas até então e sugere outras e anexa as *Instruções tanto para a desinfecção dos objetos vindos nas canoas e das pessoas, como para a aplicação os remédios aos doentes, fornecidos pelo Dor. Provedor da Saúde*⁸⁷

A análise dessa correspondência permite visualizar práticas e portando perceber pistas esclarecedoras para entender como, em meados do século XIX, os homens que viveram nessa região percebiam a doença, as distâncias com outros centros, as relações de poder, enfim, uma das facetas do sentido de viver.

Na eminência de uma ameaça, ou seja, de doenças contagiosas temidas e presentes em outras regiões, a autoridade que se mobiliza e toma as providências é o delegado que se comunica com o Chefe da Polícia da Província de Mato Grosso, demonstrando que as atribuições dos chefes e delegados definidas e ampliadas na reforma do Código de

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ Carta do Dr. Medardo Rivani a João Baptista Prudêncio, Delegado de Polícia de Diamantino. Documento avulso, 24 de fevereiro de 1856, Lata 1856-D, APMT

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ Trata-se provavelmente das *Instruções para a quarentena, que se vai estabelecer no Salto Augusto ou regimen sanitário para preservar esta Província da invasão do cólera morbus, pelo lado do Pará e Amazonas, acompanhada da descrição dos sintomas da moléstia, do seu método curativo, e dos meios de desinfecção das pessoas e cousas* elaboradas pelo Provedor de Saúde Publica da Província de Mato Grosso, Dr. José Antônio Murtinho em 18 de fevereiro de 1856.

Processo Criminal em 1841⁸⁸ incluem também as questões pertinentes à doença e à saúde. Em uma primeira instância, o poder encontra-se com o Delegado que toma providências, faz inquéritos, enfim, toma as medidas que julga necessárias embora ouvindo o viajante que traz notícias e o médico que tem o conhecimento.

A ameaça aqui não vinha do estrangeiro, mas de outras partes do Império. As canoas que navegavam pelos rios e garantiam a comunicação, nesse caso com a região norte do Império, eram as portadoras dos jornais que traziam notícias, dos homens que contavam casos, dos remédios, da pólvora, do guaraná, de outras coisas mas sobretudo da doença, do perigo. E dado o desconhecimento do agente transmissor das doenças, o homem era visto como perigoso, ele deveria ser isolado durante as quarentenas, como previam as Instruções de 1856 da Provedoria de Cuiabá.

Mas, se as doenças pestilenciais e temidas como a febre amarela, o cólera morbus e outras encontravam-se no litoral, no norte, enfim, em outros lugares, possivelmente para o homem da Província de Mato Grosso esse fosse o lugar da não-epidemia, ou melhor da não- peste. E nesse sentido, a distância que separava Mato Grosso de outros centros, com as dificuldades de comunicação inerentes ao sistema da época, poderia ser vista como razão de tranqüilidade e uma forma *natural* de defesa.

A partir de 1857, com a abertura da navegação pelo rio Paraguai, estimulando o contato de Mato Grosso com os países platinos e outras partes do Império, é reforçada a intranqüilidade pela possível *importação* das bexigas. Essa é uma preocupação constatada em afirmações como.....*Estando porem franca a navegação, e de receiar que nos sejam importadas as bexigas, e é tanto mais de temer isto que não temos o preservativo do pus vacinico*⁸⁹.

E também nessa: (...) *me inquietava a circunstancia de não haver na Província pus vacinico para preservativo da bexiga, que com a franqueza da navegação do rio Paraguai poderia ser nos importada(...)*⁹⁰

⁸⁸ Cf. MATTOS, Ilmar R. *O tempo saquarema* a formação do estado Imperial, pp. 211:217.

⁸⁹ Relatório do Vice-Presidente da Província de Mato Grosso, o Tenente Coronel Albano de Sousa Osório na Abertura da Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa Provincial em 3 de Maio de 1857, Acervo: Relatórios Falas e Mensagens Presidenciais, Livro 03-A, manuscrito, APMT.

⁹⁰ Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, o Chefe de Divisão Joaquim Raimundo de Lamare na abertura da Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa Provincial em 3 de maio de 1858, microfilme, APMT.

Esses presidentes, cujos olhos estão voltados para o litoral, onde os portos são o centro da atenção das autoridades na tentativa de estabelecer controle, vigilância e até repressão,⁹¹ já que é o lugar por onde entra o estrangeiro visto como responsável pelo contágio, agem como se a província estivesse até a abertura da navegação pelo rio Paraguai isolada e, portanto, protegida de doenças tidas como pestilenciais, a exemplo da varíola, cólera morbus, febre amarela.

A defesa da construção de um lazareto no Baixo Paraguai tem por base a idéia de que a doença vem do estrangeiro e pode ser isolada,⁹² o que aparece defendido pelos presidentes da província, que ignoravam a fluidez da fronteira do Império com os países platinos, pois desde o período colonial oferecia múltiplas possibilidades de comunicação.

Contudo a defesa da construção do lazareto não significou que a partir daquele momento os presidentes estivessem eliminando dos discursos oficiais a teoria infeccionista, que continuou predominando. Mesmo porque o isolamento era adotado pelos higienistas defensores das interferências urbanas e alinhados com uma postura infeccionista, por acreditarem que o doente, embora não transmitisse a doença, causava alterações no meio ambiente. Nesse mesmo relatório⁹³ em que aparece a preocupação do presidente com o contágio da bexiga, aparece também a denúncia das águas estagnadas, do lixo e a defesa de um Cemitério, o que revela uma nítida posição infeccionista.⁹⁴

No ano seguinte, 1860, surgiram casos de bexiga no sul da Província, e em *hum lazareto provisório estabelecido defronte de Coimbra, ali se circunscreverão e extinguirão elas*⁹⁵. Por um lado é reforçada a idéia de que a varíola é contagiosa, mas, por outro, o

⁹¹ Cf: SIQUEIRA, Márcia Terezinha A.D., *Saúde e doença na Província do Paraná*, CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*, BERTOLLI FILHO, Cláudio. *Epidemia e sociedade: a gripe espanhola no município de São Paulo*, MACHADO, Roberto et. al. *Danação da Norma: medicina social e constituição da psiquiatria*.

⁹² Cf. REVEL, Jacques e PETER, Jean-Pierre, op.cit. p. 148; DUBY, Georges. *Ano 1000 ano 2000*. p. 80:86.

⁹³ Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, o Chefe de Divisão Joaquim Raimundo de Lamare na abertura da Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa Provincial em 3 de maio de 1858, microfilme, APMT.

⁹⁴ Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso o Chefe de Divisão Joaquim Raimundo de Lamare na abertura da Assembléia Legislativa em 3/5/1859, microfilme, APMT

⁹⁵ Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso o Coronel do Corpo de Engenheiros Antônio Pedro de Alencastro na Abertura da Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa Provincial em 3/5/1861, microfilme, APMT.

relator acreditava que a medida, o isolamento, já conhecida, preconizada e colocada em prática, foi eficiente e responsável pela *circunscrição e extinção* da doença naquele momento.

Em 1864, o relatório do presidente Alexandre Manoel Albino de Carvalho enfatizava com riqueza de detalhes as influências naturais e as provocadas pelo homem como perniciosas à saúde, ao mesmo tempo em que defendia a necessidade de estabelecer um Lazareto no Baixo-Paraguai e adotar medidas sanitárias e de higiene pública como cemitérios, matadouro, açude.⁹⁶

Também chama a atenção, nesse mesmo relatório, a afirmação que, entre pessoas *de vida pouco regular e entregues aos vícios*⁹⁷, teriam ocorrido os casos de morte por doenças epidêmicas, evidenciando que as causas morais faziam parte do conceito construído para a doença.

Até esse momento, início da Guerra contra o Paraguai, o conceito de doença formulado pelas autoridades provinciais e principalmente evidenciado nos relatórios dos presidentes de província encontrava-se em consonância com o saber médico e com predominância do paradigma infeccionista ou miasmático. O discurso de administradores e médicos defendia medidas de saneamento e higiene pública, que por sua vez estavam atreladas à instituição da medicina social que, naquele momento, acontecia na capital do Império.

A vacina antivariólica foi a primeira iniciativa bem sucedida no controle das doenças infecciosas, algumas das quais causaram aos homens e ainda causam devastações e sofrimentos. Até sua erradicação na década de 70 do século XX, a varíola foi uma dessas doenças e destacou-se no quadro epidemiológico, tanto pela quantidade de vítimas como pelas marcas físicas e sociais⁹⁸.

O caminho percorrido pelas tentativas de controle da varíola, até o século XIX, provavelmente teve início na China, onde a varíola era conhecida desde tempos remotos e o processo desenvolvido consistia em fazer um preparado com cascas secas das feridas da varíola, misturá-las a uma planta fazendo um pó que era soprado na narina de

⁹⁶ Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso o Brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na abertura da Sessão ordinária de 3 de Maio de 1864, Relatórios Falas e Mensagens Presidenciais, manuscrito, APMT.

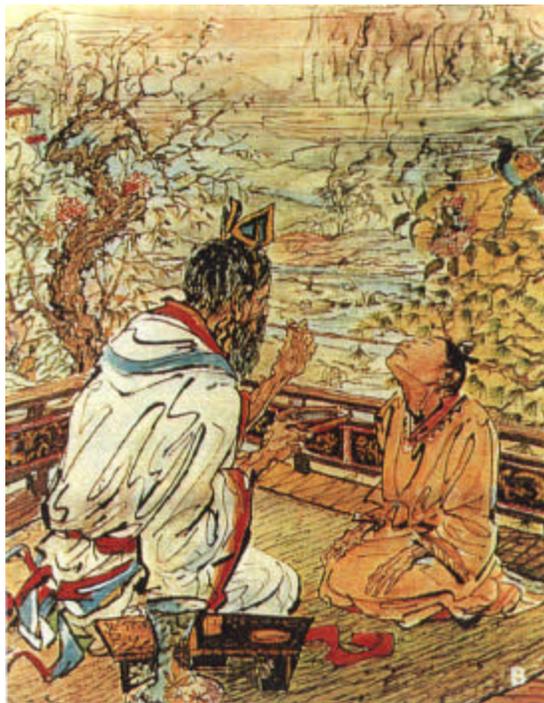
⁹⁷ Idem.

⁹⁸ Cf. FERNANDES, Tânia Maria. *Vacina Antivariólica: ciência, técnica e o poder dos homens*, p.11.

crianças sadias. O princípio, portanto, era provocar um ataque brando da doença, para conseguir a imunização.

Figura nº 1

Gravura ilustrando a variolização na China, sem data.



Fonte CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Na Europa, a partir do século XVI, há registros que informam a utilização e conhecimento de técnicas empíricas de inoculação da própria doença, pela variolização, até a descoberta das duas primeiras vacinas, a jenneriana e a animal⁹⁹.

Edward Jenner, médico inglês, observou que algumas pessoas adquiriam proteção contra a varíola ao entrar em contato com animais bovinos que possuíam uma doença similar, o cow-pox, o que o levou a desenvolver uma série de testes experimentais em pessoas sadias.

Em 1798, Jenner, a partir da pústula desenvolvida na vaca, obteve um produto que passou a chamar de “vacina”, que, ao ser inoculado no homem, fazia surgir no local

erupções semelhantes à varíola. Dessas erupções era retirada a linfa ou pus variólico, utilizado para novas inoculações. Formava-se então uma cadeia de imunização entre os homens na qual o cow-pox da vaca funcionava como um primeiro agente imunizador. Essa era a vacina jenneriana ou humanizada.

A vacina jenneriana foi recebida inicialmente no meio médico com descrédito, e entre as pessoas medos fundados e infundados eram divulgados e dificultaram desde o início a vacinação. Entre os medos presentes no imaginário da época, a ilustração abaixo demonstra o de que a aplicação da vacina poderia *bestializar* as pessoas.

Figura nº 2

Medo e Vacina na Inglaterra (1802)



Fonte: CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*.

Todavia a vacina acabou difundindo-se por todo o mundo, chegando ao Brasil nos primeiros anos do século XIX, provavelmente em 1804 quando foram enviados a Lisboa alguns escravos e um especialista a fim de transmiti-la de braço a braço.

A constatação, alguns anos após sua invenção, de que com o tempo a vacina perdia seu efeito, levou a novas discussões e experiências que resultaram em uma nova etapa da imunização antivariólica, com a utilização da vacina retirada diretamente da pústula da vaca e inoculada no homem. Era a vacina animal que chegou ao Brasil em 1887¹⁰⁰.

⁹⁹ Nesse texto as partes referentes à história da vacina antivariólica estão baseadas em: FERNANDES, Tânia Maria, op.cit.,p.17-27

¹⁰⁰ FERNANDES, Tânia Maria, op. cit., p 21.

A distribuição da vacina foi feita a partir de 1811 pela Junta Vacínica da Corte, cuja criação marcou a implantação no Brasil da prática médica como ação estatal¹⁰¹. Já na estrutura monárquica em 1846, a criação do Instituto Vacínico do Império substituiu a Junta Vacínica, e foi o órgão encarregado de distribuir a vacina em todo território. Durante o período tratado neste texto tratava-se na vacina jenneriana.

Na Província de Mato Grosso, no ano da epidemia, a correspondência proveniente do Instituto Vacínico era volumosa, demonstrando que houve uma constante comunicação tanto para encaminhar as doses de vacina, como para esclarecer dúvidas e também fazer as mais variadas recomendações.

A localização de um texto que instruía como deveriam ser usadas as lâminas dão uma idéia completa de como funcionava a vacina jenneriana:

Para se inocular a linfa vacinica, já dessecada, das laminas de vidro, basta abri-las com uma faca, lançar sobre cada uma ténue gota d'água pura, a fim de dissolver com a mesma agulha de vacinar ou com qualquer lanceta (que não tenha servido para qualquer operação cirúrgica, condição esta a que se deve muito atender) a vacina seca, e proceder imediatamente a inoculação, levando para isso na ponta do instrumento suficiente quantidade do liquido obtido pela dissolução da vacina seca, e fazendo o penetrar sob a pele sem que excite efusão de sangue.

Para usar os tubos, quebram-se uma depois da outra, as extremidades dos mesmos tubos, com a unha do dedo polegar de encontro ao dedo indicador – coloca-se uma das extremidades entre os lábios, segurando o tubo com os dedos, e assopra-se o fluido sobre uma lamina de vidro, que se mantém com a outra mão em posição própria a recebe-lo e procede-se imediatamente a inoculação, tirando – o da lamina com a ponta do instrumento que tem de servir para a operação. Como a linfa vacinica exposta ao ar desseca-se mui prontamente, se isto acontecer por morosidade do vacinador, pode-se proceder ainda neste caso do mesmo modo indicado para o uso das laminas.¹⁰²

Em outro texto, a preocupação era orientar como empregar a vacina:

Quanto porem aos meios de dar vigor a vacina, quando já enfraquecida pela distancia ou pelo tempo a ciência não conhece algum modo, entretanto observar que o meio mais seguro de conservar a integridade da vacina é propaga-la constante e progressivamente de braço a braço, logo que ela chega ao seu máximo desenvolvimento, que costuma ser ao 8º dia de inoculação, preferindo-se sempre a vacina dos indivíduos de mais tenra idade, e melhor saúde.¹⁰³

¹⁰¹ Cf. MACHADO, Machado et. al., op. cit.

¹⁰² Correspondência do Instituto Vacínico, Indicação para o uso das lâminas e tubos de vacina, Documentação avulsa., Lata 1867-B. APMT.

¹⁰³ Ofício do Instituto Vacínico do Rio de Janeiro, datado de 7 de novembro de 1867, ao presidente da Província de Mato Grosso, Documentação avulsa, Lata 1867-A, manuscrito, APMT.

Enquanto outro explicava como ocorria o transporte:

(...)tenho a honra de remeter a V. Ex^a duas caixinhas contendo uma 24 pares de laminas, e outra 12 tubos capilares mergulhados em água de cal dentro de dois tubos de vidro. A vacina vai acondicionada do modo mais conveniente para a preservar da ação da luz e do calorico, modo pelo menos, o mais empregado na Europa para a conservação deste preservativo,¹⁰⁴

Em 1840, o presidente da Província, Estevão Ribeiro de Rezende, em relação à vacinação anti-variólica, fazia sua apologia e lamentava a indiferença das pessoas em relação ao antídoto¹⁰⁵, argumento comum em muitos relatórios.

Em 1841, o então presidente da província, José da Silva Guimarães, tecendo comentários sobre o andamento da vacinação, avia liava, que apesar da medida acertada tomada por ele, obrigando pais, amos e tutores de vacinar seus filhos, pupilos e escravos, muitos se recusavam e também a qualidade do pus enviado não era boa e portanto havia dificuldade de propagar a vacinação..¹⁰⁶

Em 1846, o presidente da província de Mato Grosso temia a possibilidade de uma epidemia de varíola, porque o *preservativo da Vacina é quase desconhecido na Província, e que não era possível fazer-se aqui desenvolver o pus seco, que vinha em lâminas do Rio de Janeiro ou da Europa*¹⁰⁷.

Em 1851, Augusto de Leverger, em relação à vacina e vacinação, preocupado com possibilidade de um surto de varíola, dado o desconhecimento da vacina, ordenou que fossem vacinados os praças dos Corpos Militares, da Companhia de Imperia is e Marinheiros, da Companhia de Aprendizes Menores, e os sentenciados a galés numa tentativa de reverter o quadro de descaso que poderia acarretar grande prejuízo à Província¹⁰⁸.

¹⁰⁴ Ofício do Instituto Vacínico do Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1867, Lata 1867-A, manuscrito, APMT.

¹⁰⁵ Discurso que recitou o Exmo Snr. Doutor Estevão Ribeiro de Rezende, presidente desta Província na ocasião da abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 1º de março do corrente ano, microfilme, APMT.

¹⁰⁶ Discurso recitado pelo Exmo Presidente da Província de Mato Grosso Cônego José da Silva Guimarães, em 1º de Março de 1841, Relatórios Falas e Mensagens Presidenciais, manuscrito, APMT.

¹⁰⁷ Discurso recitado pelo Exmo Presidente da Província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, na abertura da Sessão ordinária da Assembléia Provincial em 10 de junho de 1846, manuscrito, APMT.

¹⁰⁸ Discurso recitado pelo Exmo. Snr. Presidente da Província de Mato Grosso o Capitão de fragata Augusto Leverger, na abertura da Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 10 de Maio de 1851, Relatórios Falas e Mensagens Presidenciais, manuscrito, APMT.

A preocupação com a possibilidade da província ser atingida pelas bexigas, sobre as quais havia notícias de que estavam presentes nos países limites, e contra as quais a eficiência da vacina não era tranquilizadora¹⁰⁹, foi alvo do relatório que também reclamava da qualidade do material que vinha do Rio de Janeiro.

Os presidentes de Província pareciam ter assumido a defesa da vacina, imbuídos da sua eficácia como forma de prevenção, e para tanto não mediram esforços, enviando correspondência para a capital e para outras províncias, solicitando o envio das doses, e chegando a receber de outros países, como atesta o relatório do presidente Joaquim Raimundo De Lamare¹¹⁰.

A defesa da vacinação anti-variólica no discurso das autoridades e a forma como as pessoas reagiam a ela também contribuiu para a análise do sentido da doença para uns e outros.

Luiza Volpato aponta que a utilização da vacina, enquanto medida profilática, era defendida pelas autoridades, numa visão da varíola enquanto doença e portanto passível de ser impedida por meio da ciência, já a resistência da população seria um sinal de descrédito por parte daqueles para quem a varíola, sendo um castigo de Deus, não poderia ser impedida pelos homens¹¹¹.

Sem contradizer esta interpretação, ao analisar outro contexto histórico, o Rio de Janeiro entre final do século XIX e início do XX, Nicolau Sevcenko levantou reflexões sobre as razões de resistência à vacinação. Entre elas destacou a apontada por Barbosa Lima que, segundo o autor, lembrava o horror que seria *ver suas mulheres, mães, irmãs, tias, avós terem expostas e manipuladas por estranhos partes íntimas do corpo, cuja simples menção em público vexava e constrangia a todos: braços, coxas, nádegas*. Já a razão da resistência de Rui Barbosa passava pela acusação de que o governo, com a obrigatoriedade da vacina, cometia um crime ao *me envenenar, com a introdução no meu sangue, de um vírus sobre cuja influência existem os mais bem fundados receios de que seja condutor da moléstia ou da morte*¹¹².

¹⁰⁹ A defesa da vacina como forma de prevenção, mas também a denúncia de sua ineficácia é praticamente unânime nos relatórios presidenciais pesquisados a exemplo do de Joaquim Raimundo de Lamare na abertura da Assembléia Legislativa em 3/5/1859, microfilme, APMT.

¹¹⁰ Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, o Chefe de Divisão Joaquim Raimundo de Lamare na abertura da Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa Provincial em 3 de maio de 1858, microfilme, APMT.

¹¹¹ VOLPATO, *Cativos do Sertão*: vida cotidiana em Cuiabá em 1850 - 1888, p. 74-76.

¹¹² SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*, p. 13-17.

Já Chalhoub, aprofundando o entendimento das razões que contribuiriam para explicar a resistência popular à vacina antivariólica, fez uma incursão às concepções africanas e afro-brasileiras sobre a doença e cura, tendo como objetivo específico a varíola e seu orixá, Omolu.¹¹³

Se todas essas razões e outras não levantadas podem dar conta de uma parte da diversidade de razões que moviam os homens de então na direção de um sentido de resistência à vacina, é interessante levantar possíveis especificidades que na Província de Mato Grosso poderiam ter se juntado às primeiras.

Começando pelo fator demográfico, é preciso considerar que nessa província, distante do centro político e com uma população pequena comparada à da capital do império, as epidemias não se manifestavam com o mesmo furor. As epidemias são um fenômeno urbano e, embora tenham existido em todos os tempos, desde a Idade Média, tornaram-se mais frequentes e preocupantes com o crescimento das cidades na Idade Moderna. Por outro lado, também, a proximidade com o perigo, ou a convivência com a epidemia, a vivência com o sofrimento da dor e das perdas, acabam fazendo as pessoas acreditarem na eficiência dos mais variados tipos de antídotos, inclusive a vacina, e, como em Mato Grosso os casos de varíola anteriormente à epidemia de 1867 eram esporádicos, ao contrário, aconteceu um descaso para com a vacina.

Na expectativa de uma repetição aqui do que viam em outras partes do Império, os presidentes da Província de Mato Grosso utilizaram o termo *repugnância* para apontar o sentimento que explicaria para eles porque a vacina não tinha a aceitação desejada.

A distância e os aglomerados urbanos menos significativos numericamente acabaram de alguma forma *protegendo* a província, mas dificultando a vacinação, exceto, para aqueles a quem o dedo da obrigatoriedade podia apontar. Ficava dessa forma evidenciado o caráter paternalista e portanto autoritário da sociedade provincial ao repetir a legislação emanada do Rio de Janeiro, e fazendo recair sobre as crianças pobres do Arsenal de Guerra, as escravas, os sentenciados e soldados a obrigatoriedade da vacina.

Considerando as razões específicas e as limitações da medicina oficial que comprometiam a eficácia da vacina daquele momento como imunizadora contra a

¹¹³ CHALHOUB, Sidney, op. cit. p. 102.

varíola, talvez fosse possível entender a dificuldade de convencer as pessoas a submeterem-se a uma experiência que, imposta pelas autoridades, figurava para elas sem sentido em uma região de fronteira onde as experiências vivenciadas propiciavam a construção de uma representação própria da doença e da prevenção.

Capítulo II

Cuiabá envolta em um crepe mortuário: a epidemia de varíola

2.1. A guerra e a contaminação: especificidade do surto e do contágio

Entre 1864 e 1870, o Brasil, juntamente com a Argentina e o Uruguai, esteve em guerra contra o Paraguai, e foi nesse período, mais precisamente no segundo semestre de 1867, que Cuiabá e outras localidades da Província conviveram com a epidemia de varíola.

Objeto de estudo de historiadores das mais variadas vertentes, essa Guerra é também objeto da obra *Guerra do Paraguai: 130 anos*¹¹⁴, onde Leslie Bethel a considera *como a mais longa, mais sanguinolenta e mais destrutiva das guerras que assolaram a América do Sul no século XIX*¹¹⁵.

No entanto, a análise do significado dessa e das outras guerras implica abrir um leque de dimensões, a princípio todas possíveis, dependendo da perspectiva de quem analisa. Assim, por exemplo, na mesma obra, Eduardo Silva, a propósito das razões que levariam um civil a engajar-se nas forças brasileiras, afirma que *a declaração de guerra contra o Paraguai foi a primeira comoção verdadeiramente nacional, desde a independência, 43 anos antes*¹¹⁶, o que explicaria em muitos casos o envolvimento tanto de pretos livres como de rapazes provenientes da elite.

Já o historiador Fernando Novaes¹¹⁷ desenvolve a idéia de que a partir da emancipação política do Brasil instalou-se uma contradição no Estado imperial, já que a escravidão garantia a unidade territorial e o apoio à monarquia, mas ao mesmo tempo impedia ao Estado brasileiro o monopólio da força, uma vez que ela estava assentada na violência dos senhores sobre os seus escravos. Por outro lado, essa mesma sociedade escravista, por suas características, não propiciou a formação de um exército que pressupunha a universalidade do recrutamento e a hierarquia do oficialato com base no mérito, e criou,

¹¹⁴ Trata-se de uma coletânea de textos que apresentam aspectos variados sob diferentes prismas da Guerra, da Tríplice Aliança contra o Paraguai, sem a pretensão de fazer análises profundas, mas serem pontos de partidas. MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.). *Guerra do Paraguai: 130 anos depois*.

¹¹⁵ BETHEL, Leslie. *A Guerra do Paraguai*, p. 22

¹¹⁶ SILVA, Eduardo. *O Príncipe Obá, um Voluntário da Pátria Idem*, 72.

¹¹⁷ NOVAIS, Fernando. *O significado da “Guerra do Paraguai” na História do Brasil. Idem*, p.79 -81

em 1831, a Guarda Nacional. Contudo, a Guerra contra o Paraguai exigiu a organização de uma força militar que garantisse a defesa das fronteiras e, terminada a Guerra, não tendo como desfazer-se do exército, desfez-se da Monarquia. Para Novais, a importância da guerra não estaria em tê-la vencido, *mas participar dela, porque ela expôs as contradições, tornou pública e trouxe à tona a questão central da política brasileira da época*¹¹⁸.

Não menos interessante é o olhar que Francisco Alambert lança sobre a literatura, ao perceber, nas representações criadas a respeito da guerra, o confronto entre civilização e barbárie¹¹⁹. Proposta até certo ponto partilhada por Fernando Novais, quando afirma que no período monárquico teria sido defendida a idéia de que, enquanto a monarquia seria a civilização, a república seria a barbárie. O autor vai além ao apontar que na formação da Tríplice Aliança, o Império brasileiro, ao unir-se às duas repúblicas, portanto à barbárie, para vencer outra república, desnudou-se uma contradição¹²⁰.

Outras análises evidenciando outras perspectivas não menos interessantes talvez pudessem ser representados pelo pensamento de Leslie Bethel, ao afirmar que *a guerra teve um impacto profundo sobre os assuntos econômicos, sociais e políticos de todos os quatro países envolvidos*¹²¹.

A província de Mato Grosso, embora distante geograficamente do centro político administrativo, Rio de Janeiro, e às vezes com extrema dificuldade de comunicação, como ocorreu durante a Guerra do Paraguai, tinha com esse centro político um trânsito de homens e de idéias que lhe possibilitava estar integrada ao sentido mais geral da guerra contra o Paraguai.

No entanto, condições específicas permitem levantar alguns pontos que fariam desse momento uma experiência única, partindo da perspectiva de que no trânsito entre o geral e o particular, as semelhanças, mas principalmente as diferenças, podem construir a realidade, no caso desse estudo, na província de Mato Grosso. As diferenças remontam a um período anterior à Guerra, ou seja, na relação construída entre a

¹¹⁸ Id. p.81

¹¹⁹ ALAMBERT, Francisco. *Civilização e Barbárie, História e Cultura: representações literárias e projeções da Guerra do Paraguai nas crises do Segundo Reinado e da Primeira República*. Idem, p.86

¹²⁰ NOVAES, Fernando. op. cit., p. 81.

¹²¹ BETHEL, Leslie. op. cit p. 22.

Capitania/Província de Mato Grosso com o fato de localizar-se em uma região de fronteira, o que constituiria uma condição definidora desde o início da colonização.

Luiza Volpato em *A conquista da terra no universo da pobreza*¹²², ao analisar a capitania de Mato Grosso, destaca o caráter militar de sua administração, ao mesmo tempo que afirma que o ônus da defesa e garantia da fronteira foi assumido pela população sob diferentes formas, ou seja, financiando despesas, garantindo os efetivos militares e também vivendo em constante insegurança propiciada pela eminência de um ataque espanhol ou indígena.

Nesta espacialidade de fronteira, os laços de interdependência que uniam homens e mulheres estavam também marcados pela heterogeneidade proporcionada pela proximidade de inúmeras etnias e também pelo sistema escravista.

No século XIX, na administração provincial, continuava o acentuado caráter militar. Na quase totalidade, os presidentes destacados pelo governo imperial eram militares e, não por coincidência no período anterior, durante e após a Guerra do Paraguai todos foram militares.

Avançando nos estudos feitos por Luiza Volpato, Maria Adenir Peraro¹²³, na tese de doutorado *Farda, saia e batinas: a ilegitimidade na Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá (1853-1890)*, ao analisar a questão da ilegitimidade entre as famílias cuiabanas, aponta a itinerância da população masculina, a alta porcentagem de militares necessários para a defesa e uma possível inversão de papéis homem/mulher, devido às contínuas ausências do homem, como pistas para perceber a especificidade das relações sociais estruturadas em uma área de fronteira.

Embora o estopim da guerra contra o Paraguai tenha sido aceso no sul da Província de Mato Grosso, quando as forças paraguaias apreenderam o vapor mercante brasileiro Marquês de Olinda, em novembro de 1864, durante a guerra as contínuas reclamações efetuadas pelas autoridades provinciais para a Corte fazem crer que os recursos financeiros e o apoio destinados não estavam à altura do que as circunstâncias exigiam. Efetivamente, as províncias do sul tornaram-se o foco privilegiado da guerra e para onde era carregada a quase totalidade dos recursos. Era necessário que a Província se

¹²² VOLPATO, Luiza R. R. *Mato Grosso: ouro e miséria no antemural da colônia (1751-1819)*

¹²³ PERARO, Maria Adenir. op. cit., especialmente o capítulo Os homens do Rei, p. 26-42.

preparasse para viver a difícil situação de tempo de guerra¹²⁴, e mais uma vez ela organizou-se, armou-se, às vezes enfrentou, em outras esperou o inimigo paraguaio, acentuando a evidência de que a Província deveria arcar com o ônus da guerra.

Marcada então pelo sentido da fronteira, uma das condições específicas da relação de Mato Grosso com a guerra do Paraguai talvez possa ser encontrada, por um lado, na situação de território ocupado¹²⁵. Uma das primeiras ações militares empreendidas pelo Paraguai, em dezembro de 1864, foi a invasão e ocupação da parte meridional da Província de Mato Grosso. Sem resistir, ou resistindo precariamente, porque despreparadas militarmente, entre outras, as localidades de Forte Coimbra, Corumbá, Miranda, Dourados, Nioac, Coxim e Bela Vista entregaram-se às forças paraguaias. A província passou então a viver a nova experiência, o que implicava em dimensionar a fragilidade de uma defesa ineficiente, o que possivelmente contribuiu para que, no imaginário do cuiabano, fosse real a possibilidade do inimigo atacar a capital. Embora as forças paraguaias também tenham invadido a província do Rio Grande do Sul, ainda no primeiro ano da guerra, obrigadas pelas forças aliadas retiraram-se, permanecendo apenas na Província de Mato Grosso.

Outra alteração acarretada pela guerra foi a dificuldade na comunicação de Mato Grosso com o restante do Império. Desde o período colonial, a distância com os centros políticos e econômicos dificultava a comunicação, levada a efeito, principalmente, através da navegação fluvial com canoas em rios de corredeiras e quedas d'água¹²⁶, mas também pelo caminho terrestre de Goiás, utilizando as tropas de mulas¹²⁷, o que, nos dois caminhos, implicava em meses de riscos e aventura. No século XIX, a navegação fluvial, utilizando rios da bacia Amazônica e ligando Diamantino a Santarém na Província do Pará foi utilizada no abastecimento e comunicação, tendo projeção e

¹²⁴ VOLPATO, Luiza Rios R. *Cativos do Sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*, p. 59.

¹²⁵ Tendo como objeto de estudo a presença da violência em Mato Grosso, o historiador Valmir B. Correa, *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso*, reconhece como condições específicas da guerra contra o Paraguai a ocupação e isolamento do território.

¹²⁶ A respeito desse trajeto v. Formas Provisórias de Existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações, IN: *História da Vida Privada no Brasil*:1, p.56:67 de Laura de Mello e Souza que entre outros aspectos descreve a viagem fluvial feita por D. Antonio Rolim de Moura Tavares em 1754 com destino a Mato Grosso. Também de Maria Fátima Costa, *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*, pp.179:205, quando faz uma primorosa descrição das viagens monçoeiras que ligavam São Paulo às minas do Cuiabá desde o século XVIII.

¹²⁷ Um relato detalhado desse roteiro é feito por Joaquim Ferreira Moutinho utilizando as memorais da viagem que fez, em 1868, quando mudou-se de Cuiabá, v. *Notícia sobre a Província de Matto Grosso seguida d'um roteiro da viagem da sua capital a'S. Paulo*.

importância até a regularização da navegação a vapor pela bacia platina, após a Guerra do Paraguai.

A partir de então, a navegação a vapor passou a ser um dos símbolos da civilização que, assoprado da Europa, encurtava distâncias, riscos e custos e garantia maior rapidez na comunicação. Para viabilizar essa possibilidade, ligando a Província de Mato Grosso à Corte, seria necessário garantir a livre navegação dos rios platinos, dependendo para tanto da autorização do Paraguai, o que foi conseguido em 1856 pelo *Tratado de Aliança, Comercio, Navegação e Extradicação*¹²⁸.

A primeira hostilidade praticada pelas forças paraguaias, em 1864, ao desencadear a guerra, foi justamente o ataque a um navio brasileiro que fazia o trajeto referido, e a partir de então foi impedida a comunicação pela Bacia Platina, impondo ao território mato-grossense extrema dificuldade de comunicação e abastecimento.

Neste sentido, as condições específicas vivenciadas pela Província de Mato Grosso durante a guerra contra o Paraguai, ou seja, a ocupação do sul do território, a possibilidade de invasão do restante e a dificuldade de comunicação teriam evidenciado a fragilidade da Província e contribuído para que a possibilidade de reverter a situação fosse entregue às forças militares. Nesse momento, estaria sendo acentuado um processo de valorização que já teria sentido em uma região de fronteira, que até então sobrevivera do enfrentamento com o inimigo, estivesse ele vestido de índio, espanhol, paraguaio ou boliviano¹²⁹.

A composição e garantia dos efetivos militares no Brasil foi um problema a exigir medidas e soluções já assinaladas desde o período colonial¹³⁰, e que estendeu-se ao longo do século XIX, para só ser resolvido no período republicano, com o alistamento obrigatório¹³¹. Fernando Novaes¹³², ao afirmar que a sociedade escravista brasileira

¹²⁸ As negociações diplomáticas que visavam obter a autorização encontravam-se atreladas pelo Paraguai à definição da fronteira que conservava áreas de litígio desde o período colonial. Porém, neste ano, foi liberada a navegação e ambos países assumiram um compromisso de dentro de 6 anos concluírem o acordo referente à divisa territorial. Cf. CORREA FILHO, Virgílio, *História de Mato Grosso*, p. 535.

¹²⁹ Manifestações sociais e o reconhecimento da autoridade provincial ao conceder a militares recompensas em terras, títulos e dinheiro já evidenciariam uma tendência a reconhecer a importância dos militares o que seria visível já no período colonial, mas também ao longo século XIX de acordo com a análise de PERARO, Maria Adenir. *Farda, saias e batina: a ilegitimidade na Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá (1853-1890)*, p. 43-51

¹³⁰ MELLO E SOUZA, Laura C. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*, p. 83.

¹³¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico, Tomo II, 4º Vol., p..296.

bloqueava um dos fundamentos da constituição de um exército moderno, ou seja, a universalidade do recrutamento, uma vez que os proprietários detinham o poder sobre os escravos em quem o recrutamento não recaía, evidencia que o recrutamento foi um problema que não se esgotava na legislação, porque refletia as contradições da própria sociedade.

Por outro lado, refletindo as relações clientelísticas constitutivas da sociedade monárquica, o recrutamento foi utilizado tanto como arma de controle social como mecanismo coercitivo de manutenção das hierarquias sociais além de ser também uma maneira pela qual os livres pobres poderiam distinguir-se entre os que tinham e os que não tinham honra¹³³.

A participação na Guerra contra o Paraguai exigiu um aumento substancial do efetivo militar e, portanto, do recrutamento. Além do apelo ao patriotismo, em muitos casos foram colocados em prática recursos que variavam entre o recrutamento obrigatório e aprovação, e aplicação de uma legislação que objetivava tornar mais atrativa a vida militar, ao mesmo tempo que garantia a extensão do universo dos possíveis recrutas aos escravos que poderiam receber alforria ao serem adquiridos pelo Exército, ou engajados em nome do seu proprietário¹³⁴.

Contudo, a entrada de maior número de homens não garantiria um efetivo militar numeroso se os soldados não tivessem sua presença garantida no campo de batalha. A ameaça poderia surgir de duas frentes: deserção e doenças.

Uma análise do significado da deserção na Província de Mato Grosso, poderia, avançando posições já firmadas, evidenciar contradições e tensões existentes nas relações sociais que ultrapassariam possivelmente as condições de vida do soldado, que, sem dúvida, eram bastante difíceis. Mas a repressão destinada aos desertores, e garantida por uma severa legislação que os considerava criminosos, e, portanto, sujeitos a julgamento e penas, sinaliza também sobre a importância de manter o efetivo militar.

¹³² NOVAES, Fernando. op. cit., p. 79-80

¹³³ O desmonte da idéia de que o recrutamento foi uma imposição de um Estado forte sobre uma sociedade recalcitrante, e a proposta de que ele teria sido moldado pelas relações patrono-cliente entre o Estado, classe senhorial e pobres livres é defendida por KRAAY, Hendrik *Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial*. In: Diálogos: Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, p. 114-143.

¹³⁴ A respeito do recrutamento ver SOUZA, Jorge Prata, *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*, pp. 55:90.

Além da deserção que ameaçava a composição das forças disponíveis para a luta, também a doença era um perigo manifestado, tanto no caráter precário de saúde do efetivo militar com a incidência de doenças como a sífilis, tuberculose e outras, mas especialmente no aparecimento de epidemias de cólera, sarampo e varíola que colocavam em risco a sobrevivência das tropas ao dizimar, em determinados episódios, um número maior de soldados do que as frentes de batalha¹³⁵.

Um ofício do Comandante Hermenegildo Portocarrero solicitando autorização para *tornar obrigatória a internação no Hospital Militar de todos oficiais que eram muitos e fazem falta, que derem parte de doentes porque ao permanecerem em suas casas é impossível dar conta dos abusos*¹³⁶ assinala para a possibilidade da doença *inventada* também ser alvo da preocupação dos superiores militares.

Refletir mais especificamente sobre o sentido da Guerra contra o Paraguai na Província de Mato Grosso é uma oportunidade para compor um quadro que, coerente com análises já produzidas pela historiografia mato-grossense, apontam a fronteira como elemento diferenciador na formação histórica dessa região.

A partir dessa premissa, este estudo propõe que, enquanto região de fronteira, a Província de Mato Grosso teria apresentado na Guerra contra o Paraguai uma fragilidade que reforçou o poder militar como garantia da sobrevivência, e possivelmente influenciou na opção tomada pelo governo provincial ao priorizar o atendimento dos militares que regressavam de Corumbá, não decretando o isolamento.

O cronista Joaquim Ferreira Moutinho na obra *Notícia sobre a Província de Mato Grosso seguida d'um roteiro de viagem de sua capital a S. Paulo*, escreveu a primeira versão contando como teria ocorrido a contaminação que deu origem ao surto epidêmico de varíola que, tendo iniciado em julho/67, estendeu-se pelo menos, até janeiro/68, quando em Cuiabá, de 12.000 habitantes, teria sido dizimada metade da população¹³⁷.

¹³⁵ Exemplificando, ver, GUEDES, Max Justo. *A Guerra: uma análise*. p. 62, que resumindo as perdas da Marinha durante a guerra contra o Paraguai afirma que teriam sido *mortos em combate ou em consequência deles, 170 homens, em acidentes vários, 107; por doenças em serviço 1450, número praticamente igual à soma das tripulações dos 11 encouraçados e seis monitores que se achavam no teatro de operações*.

¹³⁶ Ofício do Quartel do Comando das Armas Interino no Acampamento Couto Magalhães ao Presidente da Província Dr. José Vieira Couto Magalhães, Cuiabá, 09/08/1867, Documentos avulsos, Lata 1867-D, manuscrito, APMT.

¹³⁷ MOUTINHO, Joaquim F. op. cit., p.

Em 1867, ao assumir a presidência da Província, José Vieira Couto Magalhães¹³⁸ investiu em dois projetos: tornar viável a comunicação de Mato Grosso com o norte do Império através da navegação a vapor pelo rio Araguaia e organizar a expedição militar que retomaria Corumbá¹³⁹.

A organização da expedição militar é um dos episódios da Guerra contra o Paraguai, mais especificamente dos esforços no sentido de expulsar do sul da Província os paraguaios que, como já visto anteriormente, o estavam ocupando desde o início do conflito. A ofensiva contaria com duas forças, uma em direção a Miranda e outra em direção a Corumbá.

A primeira formou-se, tendo partido de São Paulo, em abril de 1866, seis meses após juntou-se a uma Brigada mineira em Uberaba¹⁴⁰ e deslocou-se para Coxim, onde reuniu-se ao contingente goiano e rumou para a área ocupada, chegando a Laguna, em território inimigo. A retirada do território paraguaio foi um dos maiores insucessos militares da Guerra contra o Paraguai, com um índice de mortalidade elevado devido à fome, privações e epidemia de cólera.

A segunda, objetivando a retomada de Corumbá, seria responsabilidade da guarnição mato-grossense, e foi então organizada e comandada por Couto Magalhães que, tendo tomado posse em 2 de fevereiro de 1867¹⁴¹, iniciou as providências para organizar uma expedição militar, criando, em março de 1867, abaixo do Porto Geral, segundo Moutinho¹⁴², um acampamento militar. Para este acampamento, que levou seu nome, foi

¹³⁸ Para o estudo da biografia de Couto Magalhães é interessante a obra organizada por MACHADO, Maria Helena P.T. a obra: *José Vieira Couto Magalhães* : diário íntimo, onde foi publicada parte de um dos seus diários. Componente das elites políticas, delas partilhou tanto na formação intelectual quanto no perfil político sendo um monarquista liberal. O documento publicado é original na historiografia e suas anotações “*expressam um emaranhado íntimo de sentimentos, pulsões e pensamentos que refletem, de maneira bastante arguta alguns dos desafios com os quais se defrontaram as elites do Império brasileiro em face do advento da modernidade.*” Para Maria Helena Machado uma das ambigüidades estaria presente em uma das questões que o Diário... ressalta como fundamental, a preocupação com a saúde, cujos norteadores oscilam entre princípios da medicina hipocráticas uma certa sensibilidade, antes do aparecimento da psicanálise, em reconhecer a importância dos sonhos para a compreensão da vida mental e dos estados emocionais das pessoas.

¹³⁹ A respeito da descrição dos investimentos na navegação do Araguaia e retomada de Corumbá ver: CORREA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*, p.546:551

¹⁴⁰ *A junção desses dois Corpos havia originado em 9/12/1865 o 21º Batalhão de Infantaria Quando terminou o estado de beligerância com o Paraguai este Batalhão ficou aquartelado em Corumbá, transformando-se sucessivamente em 13º Regimento de Infantaria e 16º Batalhão de Caçadores, no ano de 1920, quando transferiu a sua sede para Cuiabá, na região do Porto. [...] Em 1978 passou a Ter a denominação de 44º Batalhão de Infantaria Motorizado.* MOREIRA, Cel. Reinaldo Correa, O Batalhão Laguna: 21º BI- 16º BC-44º BIMTz, p. 915.

¹⁴¹ Idem, p. 717.

¹⁴² MOUTINHO, Joaquim F. op. cit., p.85

nomeado para comandante o Coronel Hermenegildo Portocarrero, responsável pelo Forte Coimbra quando da invasão paraguaia no início da guerra¹⁴³.

Até esse momento a data de fundação do Acampamento Couto Magalhães foi razão de controvérsias, uma vez que tida como 15 de maio de 1867 por Ubaldo Monteiro¹⁴⁴, não convencia, por se tratar justamente da data da saída de Cuiabá da primeira turma da expedição militar que dirigiu-se a Corumbá com objetivo de retomá-la dos paraguaios. Como a fundação do Acampamento ocorreu justamente para organizar as forças militares da Província com esse objetivo, ela deveria ser anterior a 15 de maio. No entanto, a localização de um documento, que registra uma *importância dispendida com o jantar que teve lugar no dia 25 de Março, por ocasião da inauguração do acampamento Couto Magalhães e Forte S. José*¹⁴⁵, possibilita, com mais coerência, afirmar que esta seria a data que oficializou a fundação do Acampamento Couto Magalhães.

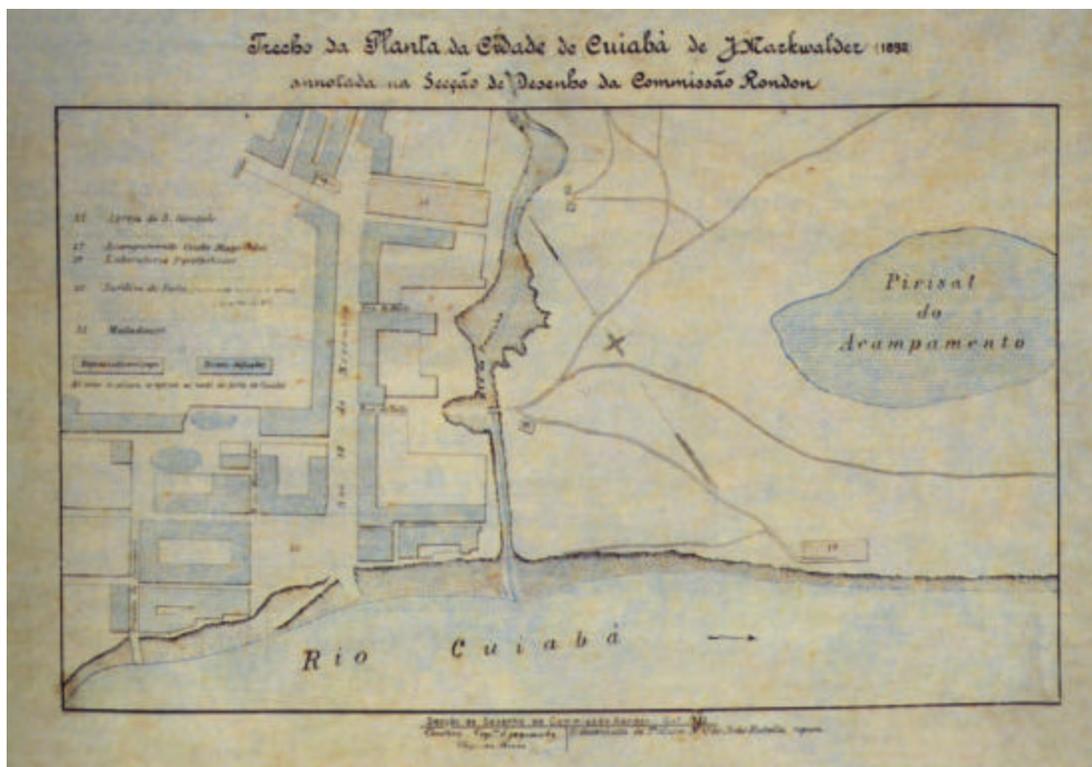
A importância deste acampamento está ligada ao fato de ter sido o centro de comando das ações que definiram a participação de Mato Grosso na Guerra contra o Paraguai. A exigüidade do tempo entre a chegada do Presidente e a inauguração do acampamento aponta para o empenho da administração no sentido de montar uma estrutura que desse apoio para a ação militar naquele momento prioritária.

¹⁴³ Existem controvérsias sobre a localização do Acampamento Couto Magalhães. Enquanto BRANDÃO, Jesus da Silva. *Cuiabá: desenvolvimento urbano e sócio-econômico*, CAMPOS, Eva Gonçalves, *Acampamento Couto Magalhães: espaço de conflitos e de abrigo (1867-1890) localizam-no na margem esquerda do Rio Cuiabá, abaixo do Porto Geral*, MONTEIRO, Ubaldo, *Várzea Grande – passado, presente, confrontos* e CARULHA, Elina, *O Acampamento Couto Magalhães: das estratégias de uma guerra ao nascimento de uma cidade*, defendem a localização no lado oposto do Porto e sua ligação com a origem da cidade de Várzea Grande. No entanto, a construção da espacialidade de Cuiabá enquanto cidade epidêmica e em guerra alicerçada em fontes documentais não deixa dúvida quanto à localização do Acampamento na margem esquerda do rio Cuiabá, abaixo do Porto Geral.

¹⁴⁴ MONTEIRO, Ubaldo. *Várzea Grande: passado, presente, confrontos*. Cuiabá: Policromos, 1997.

¹⁴⁵ Balanço Provisório da Receita e Despesa da Província de Mato-Grosso do Exercício de 1867. Documento avulso, Lata 1868-A, manuscrito, APMT.

Planta nº 1
Parte da planta da cidade de Cuiabá com destaque para o rio Cuiabá e
Acampamento Couto Magalhães na margem esquerda



Fonte: COSTA, Maria de Fátima et DIENER, Pablo. *Cuiabá: rio, porto, cidade*. Cuiabá: Secretaria Municipal de Cultura, 2000, p. 21.

A vasta documentação existente composta de relatórios e ofícios, principalmente das várias repartições públicas para o Presidente, da Província e do Presidente para essas repartições, torna perceptível que, durante o período da guerra, quando a Província passou a ter um papel concreto na retomada do território ocupado pelos paraguaios, o Presidente que já acumulava o cargo de Comandante das Armas teve no acampamento um centro logístico com um comandante interino que agindo em seu nome, dava-lhe conhecimento de todos os detalhes que aconteciam, assim como pedia anuência para tomar todas as decisões.

Em 15 de maio de 1867, com um efetivo de 2.000 homens, partiu de Cuiabá uma expedição com destino a Corumbá.¹⁴⁶ O plano estratégico que previa a retomada de

¹⁴⁶ Cf. CORREA FILHO, Virgílio, op. cit., p. 548-549.

Corumbá contava com toda disponibilidade militar da Província, incluindo os contingentes de Poconé, Cuiabá e Vila Maria, e, no dia 13 de junho, este primeiro grupo, composto das forças de Cuiabá e Poconé, retomava Corumbá, rendendo os paraguaios que a estavam ocupando. Neste mesmo dia, partia de Vila Maria outra expedição que, distribuída em canoas, de acordo com o planejamento, encontrou-se na desembocadura do rio São Lourenço com a frota que, tendo saído de Cuiabá no dia 10 de junho¹⁴⁷, levava a bordo o presidente da Província, Couto Magalhães, e que a partir desse local levou as canoas a reboque até Corumbá.

O significado da participação do contingente de Vila Maria e também das forças da Província pode ser percebido na análise da descrição da viagem que se tornou de fundamental importância para esse estudo¹⁴⁸. Desde a *partida desta Villa no dia 13 do dito mez de Junho depois de ter com o Contingente ouvido a Missa do Glorioso Santo Antonio*, a emoção do encontro com a frota do Presidente da Província, quando *o rebuliço que causava nas aguas da grande baccia que ahi forma essa Bahia, fazendo balançar as canoas em suas ondas por effeito do forte vento sul que soprava, com as vozes de Viva o Contingente de Villa Maria, endereçadas por S. Ex^a. o Commandante da Flotilha*, para em seguida expressar a gratificação sentida *fui a bordo, o contentamento do Ex.mo Presidente ao ponto de manifestar-me, o quanto se achava penhorado pelo aspecto bisarro, e aparato bellico que observava na força sob meu Commando, fez-me nesse momento conceber a esperança de obter com ella um dia de gloria para o Paiz, e para V.S., que durante perto de anno e meio, as educar com os principios da obediencia e disciplina.*

Seguindo viagem pelo rio Paraguai, no dia 20 de junho, esta expedição que levava o Presidente da Província e rebocava o contingente de Vila Maria, recebeu notícia de que Corumbá havia sido retomada. No dia 23 a viagem se completa, e no dia seguinte é expedida a ordem de abandono de Corumbá.

¹⁴⁷ Cf. Ofício do Capitão de Fragata, Antonio Claudio Soido, Comandante Interino da Flotilha de Mato Grosso, a bordo do vapor Antonio João, surto no Bananal, ao Presidente da Província, José Vieira Couto de Magalhães, em 30 de junho de 1867. APMT, Lata 1967-C.

¹⁴⁸ Relatório do Major João Carlos Pereira Leite, Comandante do Contingente Militar de Vila Maria ao Tenente Coronel Luis Benedicto Pereira Leite, Comandante do Distrito Militar, Vila Maria, s/d. Documentação avulsa, Lata 1867-C, manuscrito, APMT.

O documento que ordena a referida ação¹⁴⁹ afirma que o Presidente, ao tomar a decisão, está *Considerando impossível a manutenção dos pontos desta fronteira sem o apoio de uma vigorosa armada que não possuímos: Considerando finalmente os recursos da Província que sabiamente dirige...*¹⁵⁰ Dessa forma, a retomada de Corumbá não implicou na expulsão dos paraguaios e posterior permanência das forças brasileiras no local. Ao contrário, diante da impossibilidade alegada de manutenção do ponto conquistado, foi ordenada a retirada das forças brasileiras que começaram então, no dia 24 de junho o caminho de volta.

A construção desse episódio pelos seus contemporâneos demonstra como ele ficará registrado no imaginário dos cuiabanos:

considerando restabelecida a reputação bellicosa dos Matogrossenses com a tomada da praça fortificada de Corumbá.(.....). considerando que este feito d'armas justifica perante o imperio que a innação em que estivemos por 30 meses vendo placidamente o pavilhão Paraguay tremular no territorio da Província não se compadecia com o nosso character, sendo outras causas que a aturarão para uma tal apathia.¹⁵¹

Destacar a participação de Mato Grosso na retomada de Corumbá é abrir a possibilidade de analisar este momento como o único em que a província teve uma participação efetiva, embora efêmera, no confronto com o inimigo paraguaio. Também perceber igualmente a representação que constituiu a realidade vivida para então localizar o surgimento da epidemia de varíola de 1867, sem o que não seria possível perceber um dos aspectos de sua dimensão e significado.

Estudando em socie dades européias atingidas pela peste como foi respondida a pergunta: *de quem é a culpa?*, Jean Delumeau aponta três possibilidades. A primeira, formulada pelos eruditos, que atribuiriam a epidemia a uma corrupção do ar ou emanações pútridas, ou ambos fatores. A segunda, formulada pela multidão, que acusava os semeadores de contágio, pois espalhavam a doença voluntariamente e era preciso encontrá-los e puni-los. A terceira, formulada pela Igreja, atribuía a culpa a um

¹⁴⁹ Ordem do dia nº 2., Acampamento das forças expedicionárias do 2º Corpo de operação ao sul da Província no Barrote, 24/06/1867. Documento avulso, Lata 1867-B, manuscrito, APMT.

¹⁵⁰ Ordem do dia nº 2., Acampamento das forças expedicionárias do 2º Corpo de operação ao sul da Província no Barrote, 24/06/1867. Documento avulso, Lata 1867-B, manuscrito, APMT.

¹⁵¹ Ordem do dia nº 2., Acampamento das forças expedicionárias do 2º Corpo de operação ao sul da Província no Barrote, 24/06/1867. Documento avulso, Lata 1867-B, manuscrito, APMT.

Deus, que irado com os pecados da população, teria resolvido vingar-se, e para acalmá-lo era preciso fazer penitências¹⁵².

Outras análises¹⁵³ concluíram que, na impossibilidade de explicar a causa das epidemias, e na busca de um culpado, a resposta encontrada pelo europeu medieval foi a acusação do estrangeiro, identificado como inimigo e portador de doenças, o que tornou os portos verdadeiros locais de controle¹⁵⁴. No Brasil, vários estudos analisam também os portos como alvo de uma legislação e vigilância que visa impedir a entrada do inimigo, geralmente estrangeiro, portador das doenças¹⁵⁵.

Responder à pergunta, *de quem é a culpa*, como geralmente acontece nas epidemias, fez parte das indagações dos homens que viveram a de 1867 em Mato Grosso, afinal...*Encontrar as causas de um mal é recriar um quadro tranquilizador, reconstruir uma coerência da qual sairá logicamente a indicação dos remédios.*¹⁵⁶ As respostas foram múltiplas, muitas vezes coexistiram, o que mostrou que nenhuma oferecia absoluta margem de segurança, ao mesmo tempo que oportuniza a essa análise perceber o sentido, o significado da resposta para aqueles que a construíram.

O Relatório elaborado pelo comandante do contingente de Vila Maria, João Carlos Pereira Leite¹⁵⁷, registrou que a *bexiga epidemicamente grassava na força de Cuiabá*, e Moutinho, contemporâneo aos acontecimentos ao relatar o episódio da retomada afirma que os soldados brasileiros *foram contaminados da varíola que grassava n'aquela ponto com bastante intensidade*¹⁵⁸, ofereceram uma versão que acabou predominando na historiografia, ao responder que a culpa era do soldado paraguaio.

Embora os relatórios presidenciais analisados anteriormente, em várias oportunidades afirmassem que a Divina Providência preservava a Província do flagelo das bexigas,

¹⁵² DELUMEAU, Jean. *Historia do Medo no Ocidente (1300-1800)*, p.138.

¹⁵³ Cf. REVEL, Jacques e PETER, Jean-Pierre, op. cit., p.148; DUBY, Georges. *Ano 1000 ano 2000*. p.80:86, FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: *Microfísica do poder*. p.79:98.

¹⁵⁴ Cf. REVEL, Jacques, PETER, Jean-Pierre, op. cit., p.148; DUBY, Georges. *Ano 1000 ano 2000*. p.80:86, FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: *Microfísica do poder*. p.79:98.

¹⁵⁵ Entre outros: SIQUEIRA, Marcia Terezinha A.D., *Saúde e doença na Província do Paraná*, CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*, BERTOLLI FILHO, Claudio. *Epidemia e sociedade: a gripe espanhola no município de São Paulo*.

¹⁵⁶ DELUMEAU, Jean, op. cit., p. 138.

¹⁵⁷ Relatório do Major João Carlos Pereira Leite, Comandante do Contingente Militar de Vila Maria ao Tenente Coronel Luis Benedicto Pereira Leite, Comandante do Distrito Militar, Vila Maria, s/d. Documentação avulsa, Lata 1867-C, manuscrito, APMT.

¹⁵⁸ MOUTINHO, Joaquim F. op. cit., p. 99.

não permitindo que ocorressem epidemias na escala conhecida, e sofrida em outras partes do Império, casos de bexiga eram registrados vez ou outra.

Em 1860, um vapor aportou em Corumbá trazendo um varioloso que foi internado no Hospital local, e logo em seguida apareceu outra pessoa contagiada, o que causou preocupação e medo¹⁵⁹. Em 1861 é assinalado *que também as bexigas, ou varíola, atacaram o Distrito do Baixo Paraguay, onde ceifarão três ou quatro victimas*¹⁶⁰. Também Antonio Guedes, em 2 de setembro de 1860 escreve do Forte de Coimbra afirmando *Participo a V. Ex. Rma. Que Graças a Divina Providencia, acha-se restabelecido o último enfermo dos aqui acometidos das bexigas, consta-me que do vapor de Guerra, que esteve estacionado na Marinha faleceram alguns...*¹⁶¹

Marcia Terezinha A. D. Siqueira ao estudar a varíola na Província do Paraná, afirma que

A epidemia de maiores proporções no período provincial, provocando temor na população e fazendo grande número de vítimas, ocorreu nos anos de 1863 e 1864, prolongando-se até 1867, com o aparecimento sucessivo de casos esporádicos. Tratava-se de uma epidemia a nível nacional, atingindo desde o Rio Grande do Sul, até províncias do Norte do país¹⁶²

Considerando que outras epidemias, como a de cólera morbus, que atingiu entre 1856 e 1857 várias províncias, foram acompanhadas e temidas na Província de Mato Grosso, possivelmente a afirmação citada anteriormente também foi divulgada nesta Província onde circulavam as idéias e notícias de outras partes do Império.

Estas constatações permitem pensar que a pergunta *de quem é a culpa?*, não teria como resposta obrigatória o soldado paraguaio, uma vez que ele não tinha o monopólio da varíola. Contudo, abrir outras possibilidades seria contraditório à representação vivida e construída naquele momento de Guerra contra o Paraguai, em que o sentimento de nacionalismo era reforçado, e para tal era necessário diferenciar, *o eu*, brasileiro, defensor da Pátria, e *o outro*, inimigo, invasor e agora responsável pela transmissão da varíola. Responsabilizar o paraguaio pela *culpa*, pode ter contribuído para reforçar a necessidade de *encontrá-los e puni-los*, repetindo Jean Delumeau.

¹⁵⁹ A Imprensa de Cuiabá, Corumbá 5/6/1860, Microfilme, NDHIR.

¹⁶⁰ Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso o Coronel do Corpo de Engenheiros Antonio Pedro de Alencastro na Abertura da Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa Provincial em 3/5/1861, APMT, microfilme.

¹⁶¹ Correspondência recebida e expedida, Caixa 61, ACMC.

¹⁶² SIQUEIRA, Marcia Terezinha A. D. *Saúde e Doença na Província do Paraná (1853-1889)*, p. 256.

A retirada de Corumbá deu início a uma viagem cheia de percalços. As condições certamente eram precárias. Perseguidos pelas forças paraguaias, tendo ocorrido inclusive um combate no rio Alegre, e com acomodações insuficientes, pois além dos militares a expedição trazia os civis de Corumbá, além de inúmeros doentes por ferimento, casos de varíola e outras doenças. Ao referir-se ao estado sanitário da tropa de Cuiabá, o Relatório de Vila Maria afirma que havia *centenares de doentes, de ferimentos e outras molestias, entre as quaes se via bexiga que epidemicamente grassava na força de Cuiabá*¹⁶³. O contágio havia ocorrido, e a viagem não era apenas a do regresso do soldado feito herói, mas também a da bexiga, a da epidemia.

Entre Cuiabá e a área até então ocupada pelos paraguaios, havia durante a guerra um intenso trânsito de homens, navios de guerra a vapor, barcos a remo, que transitavam pelos rios e tinham como ponto de apoio fazendas e Pontos militares de observação, como o de Cassange, Melgaço e São José.

Havia os locais próprios para abastecimento de lenha e de carne, sendo que, durante a guerra, em várias oportunidades, fazendeiros fizeram doações de gado para alimentação da tropa, a exemplo de João Carlos Pereira Leite, que comandava o contingente de Vila Maria e relatou que

Tendo marchado toda a noite do referido dia 13 fui abicar as 6 horas da manhã do dia 14 no porto de minha fazenda denominada Cambará para receber a carne secca que mandei fazer dos cem bois que offereci ao Governo para as despezas da guerra cujo produto de setenta e oito bois, dos cem offerecidos faço recolher a Thesouraria de Fazenda na quantia de 2:394\$687 ½ ficando ainda vinte e dois bois paraserem utilizados do melhor modo que o Governo determinar¹⁶⁴.

O perigo do avanço paraguaio muitas vezes contribuiu para que fazendas fossem abandonadas e famílias inteiras procurassem refúgio na segurança de cidades, como Poconé e Cuiabá, o que, contudo, não constituiu regra geral. A área não foi despovoada, mas militarizada, havendo uma convivência entre militares e civis com troca de apoio. Ilustra essa possibilidade a solicitação de remessa dos

¹⁶³ Relatório do Major João Carlos Pereira Leite, Comandante do Contingente Militar de Vila Maria ao Tenente Coronel Luis Benedicto Pereira Leite, Comandante do Distrito Militar, Vila Maria, s/d. Documentação avulsa, Lata 1867-C, manuscrito, APMT.

¹⁶⁴ Relatório do Major João Carlos Pereira Leite, Comandante do Contingente Militar de Vila Maria ao Tenente Coronel Luis Benedicto Pereira Leite, Comandante do Distrito Militar, Vila Maria, s/d. Documentação avulsa, Lata 1867-C, manuscrito, APMT.

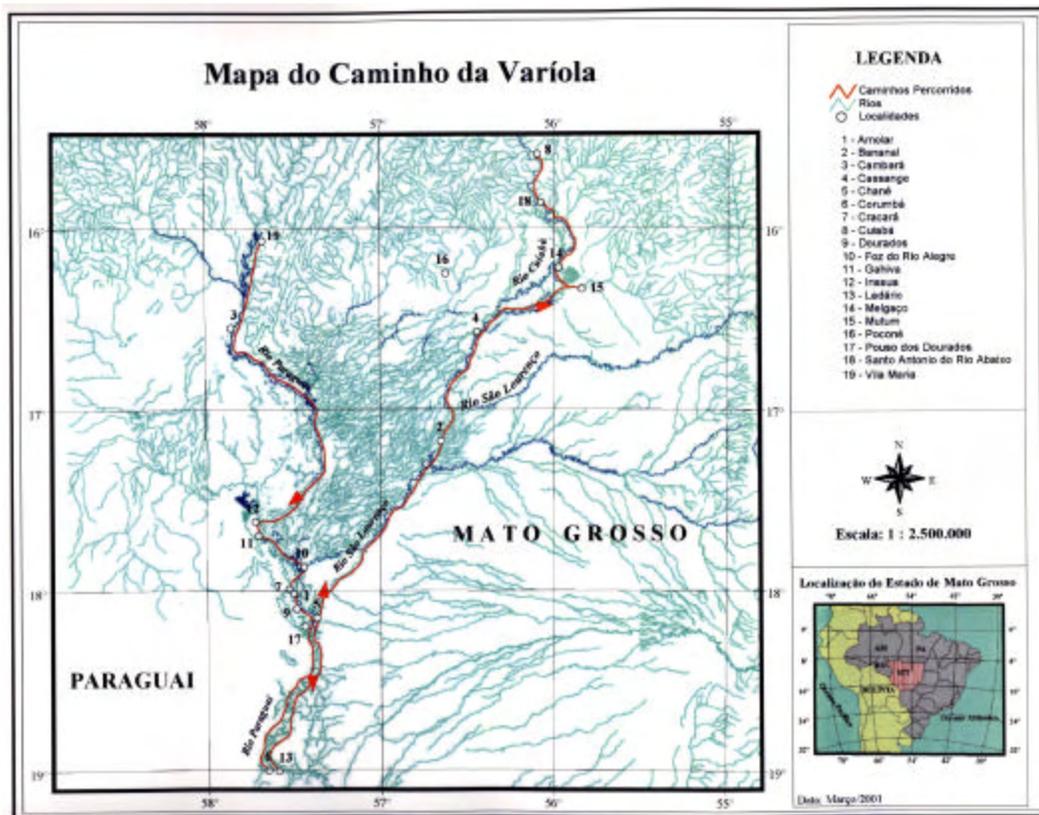
medicamentos convenientes para o ponto onde se achar o Tenente Cel Antonio Maria Coelho, a quem ja providenciei sobre a entrega de uma pequena ambulancia tirada dos medicamentos que existião a bordo deste vapor, depositando-a na Fazenda da D. Francisca com 100 \$000 do meu bolso para serem dados a quem se encarregasse da entrega¹⁶⁵.

Entre os pontos militares, o do Cassange é o que parece ter tido uma importância estratégica que lhe garantiu uma infraestrutura mais consistente. Localizado na margem direita do Rio Cuiabá, 40 léguas de Cuiabá, possuía mais de 200 homens destacados entre componentes do 1º Corpo de Caçadores a Cavalos e o 5º Batalhão de Artilharia a Pé. A distribuição das várias dependências, como casa do comandante, enfermarias, praça onde se praticavam exercícios, enfermaria, galpão para alojamento, casas de oficiais e outros, obedecia a critérios estratégicos e disciplinares, o que dá uma idéia da estrutura militar montada durante a guerra na área que seria percorrida pela expedição que voltava de Corumbá.¹⁶⁶

¹⁶⁵ Correspondência do Comandante do Cassange ao Presidente da Província de Mato Grosso, Cassange, 13/07/1867 Documento avulso, Lata 1867-A, manuscrito, APMT

¹⁶⁶ A localização e descrição das instalações do Ponto do Cassange foram retiradas do *Relatório do que diz respeito ao Ponto do Cassange*, Documento avulso, Lata 1868-A, manuscrito, APMT.

Mapa nº 1



Fonte: IBGE, DSG, Carta do Estado de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas sob direção geral do Gel. de Divisão Cândido Mariano da Silva Rondon, 1952 e Relatório do Major João Carlos Pereira Leite, Comandante do Contingente Militar de Vila Maria, Vila Maria, [s.d.]. Documentação avulsa, Lata 1867-C, manuscrito, APMT.

A correspondência militar expedida durante o regresso de Corumbá, expedida principalmente para o Presidente da Província mas às vezes deste para os Comandantes em ação, permite visualizar uma área em constante movimento, onde convivem a varíola e a guerra. Tanto uma como a outra exigem medidas e ações que são tomadas concomitantemente, derrubando a idéia de que o grupo de militares e civis, ao abandonarem Corumbá, tivesse feito um único trajeto, com sentido também único.

A possibilidade de serem perseguidos pela frota paraguaia, forçando um enfrentamento que deveria ser evitado, fez com que as embarcações imprimissem a velocidade possível, muitos acomodados em barcos e igarités a remo. Como as possibilidades de caminhos são múltiplas devido a área ser pantanosa, muitas embarcações menores, ao tentarem encurtar caminhos, ou mesmo despistar o inimigo, acabaram se extraviando, o que exigiu muitas viagens de resgate. O trânsito era intenso, e a correspondência militar

evidência que os comandantes tinham o controle da situação e, paralelamente ao atendimento dos variolosos, são desencadeadas ações, como por exemplo, desencalhar o vapor Jauru¹⁶⁷, que demandou envio de equipamentos e especialistas de Cuiabá, ou providenciar a denúncia ao Ministério da Guerra de que a tripulação do vapor Jauru havia abandonado o combate do Rio Alegre quando brasileiros e paraguaios se defrontaram. Era tempo de guerra e de epidemia.

A partir dos primeiros dias da partida de Corumbá, a documentação demonstra que a varíola sob a forma de epidemia foi se alastrando entre os vários batalhões e pontos militares. O Coronel Hermenegildo Portocarrero comunica que no dia 25 de julho, no Ponto do Cassange, *as bexigas continuam a atacar varias praças do Corpo*¹⁶⁸. No dia 3 de agosto, o vapor Alpha vai para a barra do rio Mutum *afim de receber as praças extraviadas que atacadas da varíola se achavam no antigo acampamento dos voluntários*¹⁶⁹. No dia 31 de julho, o músico Joaquim Procópio e os Guardas Lino Alves da Cunha e Pedro da Costa e Arruda se apresentaram no Acampamento Couto Magalhães e declararam que abandonaram os vapores da Flotilha em Melgaço *por temerem-se das bexigas e sezões que naquelle ponto grassavão*¹⁷⁰.

A varíola manifestou-se sob a forma epidêmica¹⁷¹ primeiro entre os que compunham a expedição que voltava de Corumbá, civis e militares e os destacamentos dos vários pontos militares, ao mesmo tempo que apareciam os primeiros casos em Cuiabá, para em agosto também assumir a forma epidêmica¹⁷².

A varíola deve-se a um vírus e a incubação é de mais ou menos 12 dias, quando não são perceptíveis os sinais de contágio. Ela é transmitida por contato direto ou indireto, e os modelos epidemiológicos mostram que em grupos humanos restritos, como pequenas cidades, ela não se mantém. As grandes aglomerações urbanas foram, até sua

¹⁶⁷ Ofício do Comando da Flotilha de Mato Grosso, bordo do Vapor Antonio João surto no Melgaço, ao Presidente da Província. Documento avulso, Lata 1867-D, manuscrito, APMT.

¹⁶⁸ Ofício do Comando Interino das Armas de Mato Grosso. Documento avulso, Lata 1867-D, manuscrito, APMT.

¹⁶⁹ Ofício do Comando da Flotilha de Mato Grosso. Documento avulso, Lata 1867-C, manuscrito, APMT.

¹⁷⁰ Ofício do Comando das Armas interino de Mato Grosso no acampamento Couto Magalhães. Documento avulso, Lata 1867-D, manuscrito, APMT.

¹⁷¹ Quando o surto ocorre esporadicamente, propagando-se com rapidez e atingindo grande parte da população em um espaço de tempo limitado a dias ou meses.

¹⁷² A epidemia atingiu outras localidades da Província como Guia, Brotas, Rosário, Diamantino, Rio Abaixo e Serra Acima além de Vila Maria, único lugar onde foi efetuado um isolamento dos

erradicação¹⁷³, os únicos repositórios de vírus permanentes. O limite da população aglomerada, suscetível de manter a moléstia, variava entre 20.000 a 30.000 habitantes, e em populações menores, segundo Biraben, a varíola tendia a extinguir-se, e sua reintrodução do exterior dependeria da frequência das trocas¹⁷⁴.

Essas considerações, que são gerais, levariam a crer que não haveria possibilidade de ocorrência epidêmica na época, ou seja a epidemia de 1867 em Mato Grosso, no entanto, condições específicas teriam facilitado o surgimento da epidemia.

Possivelmente as condições, precárias de transporte dos civis e militares que, durante toda viagem, ficaram mal acomodados em embarcações insuficientes para o transporte de todos, impondo uma proximidade e ao mesmo tempo submetendo-os a condições de higiene e limpeza, também insatisfatórias, provavelmente facilitou o contágio e tornou uma grande maioria dos que fizeram parte da expedição agentes de disseminação do vírus da varíola.

Também o índice de imunização causado por infecção variólica anterior era baixo, uma vez que não havia ocorrido, até então, epidemias de grande vulto, e por vacina também era pequeno devido, por um lado, à relutância das pessoas a aceitarem a vacinação e, por outro, pelo desempenho da própria vacina, nem sempre satisfatório.

Enquanto na Europa, perante a eminência de uma epidemia fosse comum a fuga para os campos ou mesmo fora do país,¹⁷⁵, em Mato Grosso a documentação analisada não permite propor que esse tenha sido um movimento predominante mesmo entre os mais abastados. Há que se considerar também que a crescente insegurança causada pela guerra em curso, ataques indígenas, proliferação de quilombos e presença de desertores¹⁷⁶ poderiam ter causado uma tendência a aumentar em Cuiabá a presença de pessoas que em outras épocas estariam em suas chácaras ou fazendas. No início do surto epidêmico, quando foi tomada a decisão de criar um Hospital Militar Provisório, o

suspeitos na Fazenda da Caiçara, e ao que consta, foi atribuído a ele o pequeno número de contagiados.

¹⁷³ Segundo a Organização Mundial de Saúde, no ano de 1980 a varíola havia sido erradicada no mundo todo.

¹⁷⁴ BIRABEN, Jean-Nöel. Epidemias na História da População. IN: MARCILIO, Maria Luiza.(org.) *População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais...*, pp.126-136.

¹⁷⁵ Entre outros que analisaram o comportamento em tempo de epidemia, DELUMEAU, *Jean, História do medo no Ocidente (1300-1800)*,pp.119-120, demonstra que em vários momentos e lugares “*um par de botas*” *constituiu o mais seguro dos remédios*.

¹⁷⁶ Cf. VOLPATO, Luiza R. R. *Cativos do Sertão*, p.

Major d'Engenheiros Pedro Dias Paes Leme cedeu sua chácara, nas margens do rio Coxipó para sua instalação, mudando-se para a cidade ¹⁷⁷.

Ao analisar a saúde e a doença na Província do Paraná, Marcia Teresinha A. D. Siqueira oferece argumentos que possibilitam entender as condições aqui expostas:

Para que uma epidemia seja evitada, sabe-se que a população não precisa ser vacinada na sua totalidade. No caso da varíola, a sua difusão é bloqueada se 40% da população não for receptiva, e não se espalha se essa proporção atingir 60%.. Assim, com esses índices, a concentração demográfica é insuficiente para assegurar um contágio efetivo. Todavia, surge um problema: na realidade, nem todas as pessoas ficam imunizadas com a vacina. Desta forma, para atingir a casa dos 60%, é necessário vacinar pelo menos 80 a 90% da população ¹⁷⁸.

A peculiaridade das condições daquele momento contribui para entender como ocorreu, na Província de Mato Grosso, uma epidemia medonha e devastadora, como foi definida pelos contemporâneos.

Em setembro de 1867, ao relatar ao Ministro dos Negócios da Guerra a extinção da varíola entre as forças militares que voltavam de Corumbá, Couto Magalhães afirmou que a *bexiga levou só nessas forças cerca de 350 vítimas* ¹⁷⁹. Considerando o levantamento dos óbitos ¹⁸⁰ realizado no ACMC que resultou, entre outras, na informação de que 390 seria o número de sepultamentos realizados no campo ¹⁸¹, é possível que o número citado pelo presidente seja um indício representativo das perdas de vidas militares ao longo do caminho da varíola.

Ao tomar a informação de Moutinho a respeito do efetivo militar da província de Mato Grosso de que *a força composta de praças do exército e guarda nacional, segundo o mapa era de 3.974 homens. Adicionemos a este numero mais 1.200 homens de que se compunha mais ou menos a brigada de que falamos, e termos uma força de 5.174 homens* ¹⁸², a perda de 350 soldados tendo como causa a varíola, e não o campo de batalha foi significativa.

¹⁷⁷ Ofício do Comando das Armas interino, ao Presidente da Província de Mato Grosso, Cuiabá, 23/julho/1867. Documento avulso, Lata 1867 -A, manuscrito, APMT.

¹⁷⁸ SIQUEIRA, Marcia Terezinha A.D, op. cit., p.96

¹⁷⁹ Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso ao Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios da Guerra. Livros da Secretaria da Província, nº 228, manuscrito, APMT.

¹⁸⁰ O registro dos óbitos de militares desde as mortes por ferimento na Retomada de Corumbá, foi realizado na Paróquia da Sé e considerando a precisão do controle militar sobre a vida e morte dos soldados é possível deduzir a sua representatividade.

¹⁸¹ A relação entre os sepultamentos no campo e no Cemitério Nossa Senhora do Carmo é objeto do Gráfico número 8.

¹⁸² MOUTINHO, Joaquim F, op. cit., p. 119.

2.2. Cuiabá: cidade epidêmica

Durante a Guerra contra o Paraguai, as condições de vida em Cuiabá tornaram-se mais difíceis por razões independentes da guerra, ou a ela ligadas diretamente ou indiretamente.

A suspensão da livre navegação pelo rio Paraguai, promovida por Francisco Solano Lopes, interrompeu o fluxo comercial que, através de navios a vapor, tanto abasteciam como escoavam a produção da província. Todavia, o comprometimento do setor agropastoril não ocorria só pela dificuldade de escoamento da produção, mas também porque, a partir de 1865, por ordem do presidente da província de Mato Grosso, foram aumentados os efetivos militares para impedir o avanço paraguaio sobre a capital e defender a Província. Parte dos homens engajados era proveniente de outras partes do Império, mas também de Mato Grosso, acarretando duas ordens de dificuldades: diminuição da mão de obra responsável pela produção e aumento da demanda por alimentos para abastecer os armazéns militares.

A escassez de alimentos passou então, nesse momento, a ser constante, decorrente da retração da produção, da dificuldade no abastecimento e do aumento na demanda.

Uma alternativa encontrada para contornar a dificuldade de abastecimento foi a retomada dos caminhos terrestres já conhecidos e utilizados desde a época colonial e realizado em tropas de mulas. Provenientes de São Paulo ou Rio de Janeiro, as tropas convergiam para Uberaba em Minas Gerais, de onde seguiam para Goiás e, finalmente, Cuiabá. A longa distância e os altos riscos de perdas acarretavam custos elevados que eram repassados para o preço da mercadoria, assim inviabilizando a utilização do caminho terrestre.

Entre os fatores que não estavam ligados à guerra mas que somaram-se para tornar esse um momento de extrema dificuldade, destacou-se a enchente provocada pelo rio Cuiabá nos dias 2 e 3 de fevereiro de 1865, causando inundações do bairro do Porto e arrasando roças e plantações, agudizando as condições de vida da população ribeirinha¹⁸³.

¹⁸³ O quadro que compõe a crise vivida pela população cuiabana durante a guerra foi construído a partir da análise feita por VOLPATO, Luiza R. R. *Cativos do sertão*, p. 56-72.

Nesse contexto de dificuldade de abastecimento e de encarecimento dos gêneros alimentícios que afetou as possibilidades de resistência às doenças por parte de todos, mas especialmente dos mais pobres, e portanto com menores chances de abrirem brechas para alcançar a recuperação, foi que surgiu o primeiro caso registrado de varíola.

Um ofício encaminhado ao Presidente da Província no dia 1º de julho noticiava que:

No dia 29 do mez passado falleceo no Hospital Militar desta Cidade o Soldado do Batalhão de Voluntário da Pátria nº 5 Antonio Felix, com todos os symptomas de haver succumbido victima de varíola. Este soldado é um dos que vierão ultimamente em diligencia de Corumbá, onde segundo consta grassava tão terrível mal. Reunidos em conferencia no Hospital os Facultativos aqui existentes tomarão as providências que o caso exigia, e reclamão outras, bem como a de quarentena para as pessoas que subirem de Corumbá...¹⁸⁴

Estava assim registrada a primeira morte por varíola em Cuiabá: um militar, atendido no Hospital Militar, e, no momento, já era proposta a quarentena, com o objetivo de impedir que outros doentes ameaçassem a população..

Não sendo tomada nenhuma medida efetiva para proibir a entrada das pessoas provenientes de Corumbá, certamente portadoras do vírus da varíola, as primeiras levas foram chegando. Entre esses possivelmente o presidente da Província e sua comitiva, considerando que ele também esteve em Corumbá e foi um dos primeiros a chegar¹⁸⁵.

*O estado assustado em que se acha a população desta Capital*¹⁸⁶, quando atenta aos fatos da guerra e inteirada da Retomada de Corumbá tomou conhecimento dos casos de varíola, seria também, na opinião do Chefe de Policia, Firmo José de Matos, uma justificativa para ser criado no Ponto Militar do Melgaço ou no do Cassange um lazareto para colocar em quarentena as forças militares e os civis provenientes do Baixo Paraguai.

No dia 6 de julho, uma Junta Militar de Saúde, formada por três médicos, Dr. Francisco Antonio de Azevedo, Dornevil José dos Santos Malhado e João Adolpho Josetti,

¹⁸⁴ Ofício do Coronel Hermenegil Portocarrero ao Presidente da Província. APMT, Lata 1867-D, manuscrito.

¹⁸⁵ Possibilidade levantada com a leitura da *Relação Nominal dos que no Arsenal da Guerra da Província concorrerão para os festejos á volta de Corumbá do Ilmo. Sr. Do utor José Vieira Couto de Magalhães*, Cuiabá 06/07/1967. Documento avulso, Lata 1867 -D, manuscrito, APMT.

¹⁸⁶ Correspondência do Chefe de Polícia, Firmo José de Matos ao presidente da Província de Mato Grosso, Cuiabá, 04/07/1867. Documento avulso, Lata 1867-B, manuscrito, APMT.

reuniu-se para dar um parecer sobre a ameaça, concluindo unanimemente e de forma coerente com o discurso médico corrente em propor o estabelecimento de isolamento em um lazareto que estabeleceria quarentena, em um local o mais afastado da capital, de forma a dificultar que os soldados contagiados entrassem na cidade.

O Comandante Hermenegildo Portocarrero, Comandante Interino das Armas em Mato Grosso, ao encaminhar o parecer da Junta ao presidente, aproveita para emitir sua

.... opinião racional visto não sér profissional, peço venia a V. Ex^a. para dizer: que julgo exagerado os receios da junta, maxime se, na Força e na squadrilha, não tiver apparecido outro caso, alem daquelle único, de que V. Ex^a. me falla em sua carta de 3 do corrente. Assim pois entendo que, se ate o Melgaço a Força e a Esquadrilha, chegarem sem variolosos, julgo que deve-se considerar a propria viagem a verdadeira quarentena¹⁸⁷.

Sua discordância em relação à opinião da Junta possivelmente estava atrelada à sua condição de militar, e concordar com o isolamento poderia ser prejudicial às forças que regressavam de Corumbá. O presidente da província, a quem cabia a decisão, não decretou o isolamento. Assim, os soldados continuaram o regresso e entraram em Cuiabá, transformando-a em uma cidade epidêmica.

Um dia após encaminhar o parecer da junta médica sugerindo o isolamento, o mesmo Comandante Interino, Hermenegildo Portocarrero, comunica ao presidente que:

Tendo chegado ao meo conhecimento que no ponto do Melgaço em consequencia das alternativas das cheias e vazantes do Rio Cuyaba, tem-se desenvolvido em grande escala as febres intermitentes havendo crescido numero de doentes, entre os quaes se encontram o Tenente Coronel Comandante e o Major do 5º Batalhão d' Artilharia a pé e o Pharmaceutico Damião José Soares, único encarregado do curativo dos doentes; convem que se retire do mesmo ponto o referido 5º Batalhão d' Artilharia até, para o que rogo a expedição das ordens de V.Ex^a para que sejam ministradas as necessarias embarcações para o transporte do mesmo Batalhão para esta Capital.

Não só o isolamento não foi decretado como havia um movimento contrário, Cuiabá se tornava o *grande lazareto*, no sentido de ser o local para onde se destinavam os doentes.

Quando a epidemia tornou-se realidade e Cuiabá transformou-se em um *grande lazareto*, invertendo a orientação passou a *fechar* a cidade para a entrada de militares não vacinados ou que não estivessem imunizados por terem adquirido a varíola, como a exemplo da orientação enviada para o comando das forças no sul da Província:

¹⁸⁷ Ofício do Comandante interino das Armas da Província de Mato Grosso ao Presidente da Província, Cuiabá, 07/07/1867. Documento avulso, Lata 1867-B, manuscrito, APMT.

Tendo-se desenvolvido nesta Capital surto da varíola com intensidade de que não há exemplo no Império, cumpre que V.m. mandando fazer pelos médicos um minucioso exame nos corpos e praças, não faça seguir para esta Capital senão aqueles que já tiverem sido vacinados, ou tiverem tido bexigas.¹⁸⁸

Ou então, quando foi comunicado que:

conseqüência do que foram separados perto de 300 a 350 praças que ficaram no Coxipó formando um destacamento nas terras do Comendador Henrique. O vírus daquela enfermidade varias vezes foi mandado para ali não só em laminas como em tubos; porem não (sic) da vacina provavelmente por já ter se decorrido alguns meses depois de sua extração. Ai que foram mandados 2 soldados com boas vacinas (20 de dezembro) que se transmitiu com bom êxito às 276 praças que lá existindo se vacinassem e cerca de 40 paisanos. Então o destacamento teve ordem de recolher-se à cidade o que sucedeu na noite de 8 de janeiro. E assim escaparam da terrível enfermidade grande número de soldados,....¹⁸⁹

A mudança de postura é explicável dentro de uma nova opção assumida pela administração provincial, ou seja isolar o soldado da cidade epidêmica o que não ocorreu no primeiro momento, quando a opção foi receber o soldado feito herói que voltava da Retomada de Corumbá. Na realidade, as opções tem uma mesma origem: a possível prioridade para o soldado em um tempo de guerra.

A questão colocada, a partir de então, é entender porque no momento em que o perigo se fez presente, o saber conhecido e difundido não embasou a prática proposta, ou seja, o isolamento em lazareto.

À autoridade instituída, o presidente da Província, cabia uma opção, mas, comprometido com uma guerra em curso, e possivelmente não podendo prever a extensão da epidemia que se avizinhava, ele assumiu uma postura de aparente contradição ao que o saber médico propunha e defendia. Atender o saber médico e decretar o isolamento implicaria, naquele momento, em isolar o herói, o soldado, que naquele momento regressava, não como emissário da peste, mas como filho da Pátria.

A localização de Mato Grosso em uma área de fronteira está relacionada à predominância do caráter militar da administração que, somada ao fato da ameaça da epidemia ter ocorrido durante uma guerra, contribuiu para esta fosse tratada como um problema militar e não como um problema médico.

¹⁸⁸ Ofício do Presidente da Província ao Comandante das Forças em Operação Sul da Província, Cuiabá 23/09/1867. Livros da Secretaria do Governo da Província de Mato Grosso, n 235, manuscrito, APMT.

A Junta Médica agiu como consultora, expressando uma autoridade que lhe era conferida pela competência oriunda do saber, mas, no entanto, ao produzir o parecer, não o fez com a pretensão de transformá-lo em uma norma. Certamente, na Província de Mato Grosso, não havia, naquele momento a presença efetiva de uma medicina social em que a presença do médico estaria garantida no aparelho do Estado, e sua proposta de interferência na sociedade faria parte de uma política científica.

Dessa forma, possivelmente, a opção adotada permaneceu em um limiar entre o que o discurso médico defendia como necessário para evitar uma epidemia e o que foi considerado possível estabelecer como práticas em um tempo de guerra.

A oportunidade de apresentar e discutir alguns números da varíola tem como proposta apontar tendências e não chegar a totais determinantes que possam se explicar por si, sem perder de vista que por trás desses números existem os ocultos, aqueles das mortes não declaradas.

Para Jean-Yves Grenier, trata-se de perceber o número como uma *referencia ou um indício, que tal como um fragmento de texto, ou de um caco de ânfora, ele orienta a intuição*¹⁹⁰.

Esses são os parâmetros que norteiam a apresentação dos números que serão apresentados e discutidos e que tem como fontes mapas e relatórios policiais, militares e principalmente o levantamento dos registros paroquiais¹⁹¹ de óbitos do período 1865/1874, além de atestados e correspondência do acervo do ACMC.

Os óbitos declarados e registrados dão conta dos fregueses da paróquia da Sé, e, entre eles, os que tiveram condições financeiras para pagar a taxa possivelmente cobrada; aqueles que reconheciam a Igreja como autoridade, e que eram por ela reconhecidos;

¹⁸⁹ Correspondência de C. Oliveira Quintana, 14/01/1868, Cuiabá Documento Avulso, Lata 1868-A, manuscrito, APMT.

¹⁹⁰ A História Quantitativa ainda é Necessária? In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (org.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*, p.183:192

¹⁹¹ A presença européia na América desde o início da Conquista firmou-se paralelamente à preocupação de estabelecer um sistema de administração civil e religiosa. A Igreja, desde então, organizou um sistema de registro de seus fiéis e o Concílio de Trento, em meados do séc. XVI, oficializou o controle ao estabelecer uma legislação, prática e normas obrigatórias para o registro dos batismos, casamentos e óbitos. A partir de então, cada região buscou reunir suas autoridades eclesiásticas para estabelecer e normalizar as novas orientações conciliares. No Brasil colonial, a primeira tentativa de reunião de bispos com essa finalidade ocorreu em 1707, na Bahia, quando foram elaboradas as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, que, adotadas em toda Colônia, vigoraram até final do século XIX, regulando a vida dos católicos. Cf. MARCILIO, Maria Luiza. *Os registros*

aqueles que tiveram um pároco disponível para realizar os sacramentos. E ainda, aqueles cujos registros possivelmente foram feitos em papéis avulsos pelos párocos e, posteriormente, passados a limpo em livro próprio. Todas essas limitações demonstram por que os números apontam tendências e não informam a exatidão de mortos.

Na Tabela número 1, a seguir, é apresentado um universo definido, mas representativo, que compreende, especificamente, na Freguesia da Sé, em Cuiabá, aqueles que tiveram sua morte declarada e registrada entre os anos de 1865 a 1874:

Tabela nº 1
ÓBITOS NA PARÓQUIA
DO SENHOR BOM JESUS DE CUIABÁ
(1865 a 1874)

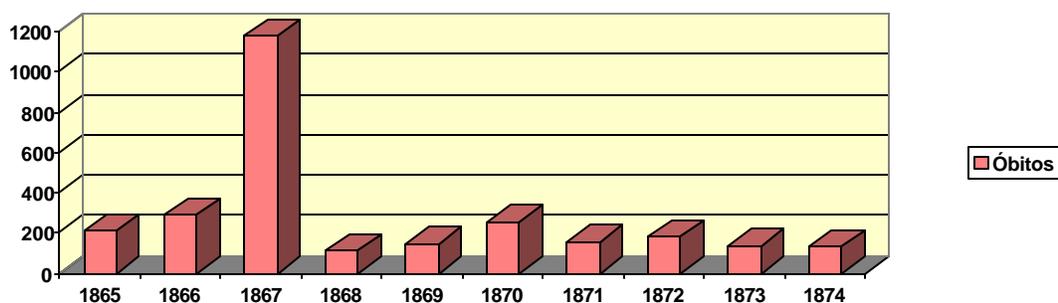
Ano	Quantidade	%
1865	211	7.60%
1866	287	10.34%
1867	1176	42.37%
1868	109	3.92%
1869	148	5.33%
1870	252	9.08%
1871	152	5.47%
1872	180	6.48%
1873	131	4.72%
1874	129	4.64%
Total	2.775	100.00%

Fonte: Livro de Registro de Óbitos, APMC -MT-,
Caixa 97

Nessa tabela, chama a atenção a quantidade significativamente maior dos óbitos ocorridos no ano de 1867 em relação aos demais anos, qual seja, 42,37%, dentre os 2775 registros ocorridos. O Gráfico número 1 a seguir possibilita uma projeção da representatividade dos óbitos no ano da epidemia de varíola, mas chama também a atenção a menor quantidade de óbitos, no ano seguinte ao surto, 1868, ou seja apenas 3.92%. Não haveria pároco para o registro? Ou, apontando uma tendência, teria ocorrido um número significativamente menor de óbitos? E se isso ocorreu, seria coincidência ser justamente no ano seguinte à epidemia de varíola?

Gráfico N° 1

ÓBITOS NA PARÓQUIA SENHOR BOM JESUS DE CUIABÁ



Fonte: Tabela n° 1.

Do total de 1776 óbitos registrados no ano de 1867 na Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, conforme levantamento, 971 tiveram como causa da morte a varíola e os demais, 205, não tiveram a causa declarada. A tabela n° 2 abaixo, demonstra os óbitos por varíola abrangendo de julho a dezembro de 1867 e evidenciando a alta concentração em um período delimitado, ou seja, durante os meses de julho, agosto e setembro, o que deu ao surto um caráter epidêmico, qual seja, elevação de óbitos em curto espaço de tempo.

Maria Adenir Peraro informa que no ano de 1862 a população de Cuiabá era de 37.538 habitantes, distribuídos em todas freguesias, as duas urbanas, da Sé e São Gonçalo, e as rurais¹⁹². Moutinho apresentando a população da Província e de Cuiabá utiliza *um mapa comunicado à presidência pelo exmo. Bispo diocesano, compreendendo todas freguesias....*, onde destacam-se as duas freguesias urbanas: Sé (4.500 habitantes livres e 3.000 escravos), e a de São Gonçalo (com 2.400 habitantes livres e 1.108 escravos) somando 11.008 habitantes ao que ele acrescenta 1.200 militares provenientes de outras províncias, concluindo que a população de Cuiabá às vésperas da epidemia de varíola seria de 13.000 habitantes¹⁹³. A projeção feita pelo cronista comparada com os números apresentados pela historiadora Maria Adenir Peraro, parecem significativos. Partindo desse pressuposto e estabelecendo uma relação entre as informações do Tabela número

¹⁹² PERARO, Maria Adenir, op. cit., p. 44.

¹⁹³ MOUTINHO, Joaquim F., op. cit., p. 115-121.

2, e a população apontada por Moutinho¹⁹⁴, seria possível afirmar que 12% aproximadamente representaria o percentual das mortes registradas na Paróquia da Sé por varíola.

Tabela N° 2
ÓBITOS POR MÊS NA OCASIÃO DA VARÍOLA
Paróquia do Senhor Bom Jesus de Cuiabá
(1867-1868)

Mês/Ano	Causa morte varíola	Porcentagem
Jun/67	20	2,05%
Jul/67	184	18,94%
Ago/67	476	49,02%
Set/67	287	29,55%
Out/67	3	0,30%
Nov/67	1	0,10%
Dez/67	0	0,00%
TOTAL	971	100,00

Fonte: Livro de Registro de Óbitos, APMC - Caixa nº 97.

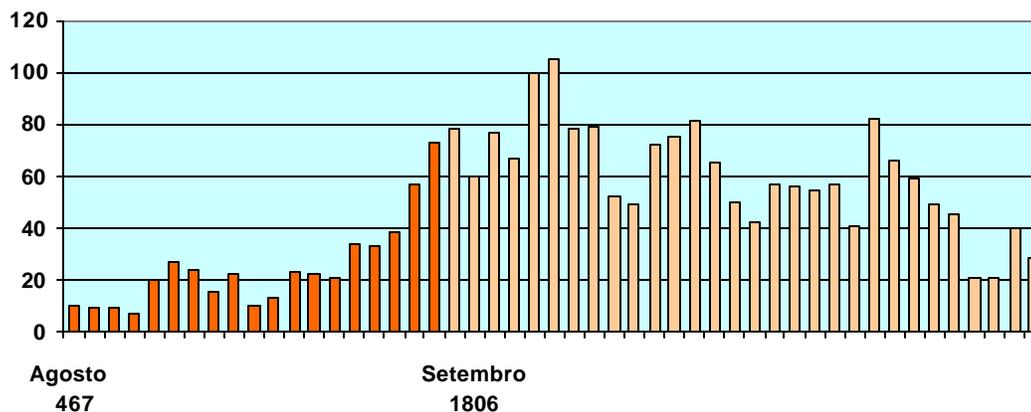
Chama a atenção na tabela em análise a queda nos óbitos que tornou-se brusca a partir de outubro. Seria o fim da epidemia na Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá?

Comparando a tabela de número 2 e o gráfico número 2 é visível uma diferença numérica cujos dados isolados poderiam oferecer informações conflitantes em relação ao apogeu do período epidêmico e mesmo sua abrangência. A tabela número 2 cujos dados referem-se apenas à Paróquia da Sé, a partir de setembro de 1867, os registros paroquiais ficaram possivelmente comprometidos¹⁹⁵.

O gráfico de número 2 tem como fonte documental o mapa mensal do Cemitério Nossa Senhora do Carmo, elaborado pelo Chefe de Polícia, cujas atribuições, entre outras, em tempo de epidemia, incluía os enterramentos de variolosos da cidade e de áreas mais próximas além do preenchimento do referido mapa. Este mapa indicando o número oficial dos mortos era encaminhado ao presidente da Província informando-o sobre a epidemia.

¹⁹⁴ À população da Paróquia da Sé foram também somados os 1200 militares uma vez que os óbitos militares foram registrados no 1º Distrito.

Gráfico nº 2
SEPULTAMENTOS REGISTRADOS NO CEMITÉRIO DE NOSSA SENHORA
DO CARMO
 (agosto/setembro 1867)



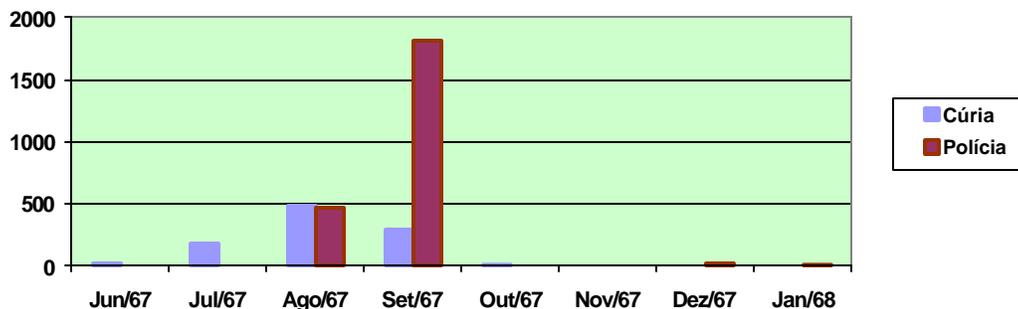
Fonte: Relação dos enterramentos havidos no Cemitério Nossa Senhora do Carmo desde sua criação a 8 de agosto de 1867 até 30 de setembro de 1867, assinado pelo Chefe de Polícia, Firmo José de Mattos, Cuiabá, s/d. Documento avulso, Lata 1867-A, manuscrito, APMT.

As razões já expostas relacionadas ao falecimento do Cura e o assoberbamento dos demais clérigos possivelmente explicariam a diferença discrepante nas informações contidas no gráfico número 3 a seguir. Seria possível apontar a partir destes dados como auge da epidemia o mês de setembro e o declínio a partir de outubro, assumindo assim que os dados elaborados pela Polícia, a partir de setembro, poderiam estar evidenciando com mais nitidez uma tendência¹⁹⁶.

¹⁹⁵ O falecimento do Cura José Jacinto da Costa e Silva responsável até então pelos registros de óbitos e os demais clérigos assoberbados com a assistência à população epidêmica, além de vários terem falecidos com a varíola, seriam fatores e teriam prejudicado a integridade dos registros.

¹⁹⁶ Os mapas policiais relativos aos meses de outubro e novembro não foram localizados, o que, contudo, não chega a prejudicar a conclusão, com base em outros documentos, de que a partir de outubro a epidemia começa a diminuir em novembro a mortalidade já é perceptivelmente menor. Dão suporte a essa afirmação entre outros documentos: Ofício do Coletor André Gaudie Ley para o contador da estação das rendas Provinciais, Cuiabá, 15/05/1868, Cuiabá. Documento avulso, Lata 1868-A, Manuscrito, APMT.

Gráfico nº 3
ÓBITOS NA OCASIÃO DA VARÍOLA : COMPARANDO FONTES



Fonte: Livro de Registro de Óbitos, Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá, Caixa 97 e Relação dos enterramentos havidos no Cemitério Nossa Senhora do Carmo desde sua criação a 8 de agosto de 1867 até 30 de setembro de 1867, Cuiabá, s/d. Documento avulso, Lata 1867-A, manuscrito, APMT.

Ressaltando que os registros do Cemitério do Carmo referem-se às duas freguesias urbanas de Cuiabá, as quais Moutinho aponta uma população de 13.000 habitantes antes da epidemia, seria possível apontar, somando todos os registros dos Mapas localizados¹⁹⁷, 2307 óbitos, um índice de mortalidade de 17,75%.

E mais, somando os registros feitos na Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, de sepultamentos realizados no campo, 390, com a mortalidade registrada no Cemitério de Nossa Senhora do Carmo, seria possível chegar a índice de mortalidade de 20,75%.

Mesmo considerando a ausência de registros dos meses de setembro e outubro quando a mortalidade estava em queda e as mortes possivelmente não declaradas e ocorrida nas freguesias urbanas de Cuiabá, dificilmente seria possível chegar a 50% de mortalidade como afirmou Moutinho: *o que é certo é que de uma população de 12.000 almas mais da metade sucumbiu e parte levantou-se disforme*¹⁹⁸ ou em outra passagem: *....temos um total de 13.200 almas. É inegável que a mortalidade causada pela bexiga não foi menor de 6.500 almas, dentro da cidade e pelos pantanaes no regresso da infausta expedição a Corumbá...*¹⁹⁹. Mesmo porque a varíola não atinge 100% da população e entre os

¹⁹⁷ A fundação do Cemitério do Carmo ocorreu no dia 8 de agosto e a não localização dos registros de outubro e novembro possivelmente não traria alteração estrutural pois tratam-se de meses em que a mortalidade estava em queda como já exposto.

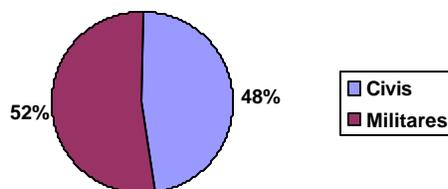
¹⁹⁸ MOUTINHO, op.cit., p. 104.

¹⁹⁹ MOUTINHO, op.cit., p. 118.

contagiados também a mortalidade não é de 100%. Em Cuiabá os indigentes hospitalizados e com morte registrada (Gráfico 8) chegaram a 60% e as praças falecidas e registradas no Hospital Militar Provisório (Gráfico 9) chegaram a 50%.

Na gráfico número 4 abaixo, elaborado a partir do levantamento realizado no Livro de Registro de Óbitos do APMC em que foram computados durante a *ocasião da varíola*, 971 óbitos sendo 466 de civis e 505 de militares, evidenciando o ônus pago pelos militares os quais, em Cuiabá, região de fronteira, enfrentaram o estado de guerra, apontaram armas, *conviveram* e esperaram o inimigo paraguaio que não chegou a Cuiabá e, geralmente, quando, morreram foi em situação adversa, de varíola. A mortalidade militar alta por doença em tempo de guerra aponta a epidemia como um problema militar.

Gráfico nº 4
MORTALIDADE CIVIL E MILITAR NA OCASIÃO DA VARÍOLA
Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá



Fonte: Livro de Registro de Óbitos, APMC-MT, Caixa 97.

A Tabela número 3 abaixo, pode ser uma pista para discutir o *caráter democrático* da epidemia, segundo a expressão utilizada por Moutinho. A evidência dos números permite observar a varíola atingindo livres e escravos com 74,46% e 24,03% respectivamente. Resta no entanto analisá-los dentro de um critério que considere o caráter escravista da sociedade e também as dificuldades de abastecimento de todos gêneros em uma época de guerra minando desta forma com mais intensidade a possibilidade de resistência dos mais pobres e sem recursos.

Tabela nº 3

MORTALIDADE CIVIL NA OCASIÃO DA VARÍOLA**Paróquia do Senhor Bom Jesus de Cuiabá**

Condição	Quantidade	%
Escravos	112	24,03%
Libertos	7	1,50%
Livres	347	74,46%
Total	466	100,00%

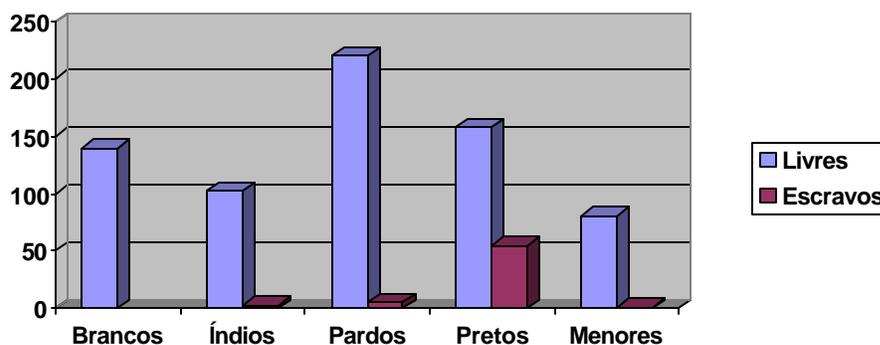
Fonte: Livro de Registro de Óbitos, ACMC -MT-, Caixa nº 97.

Na busca de respostas para as indagações suscitadas pela tabela acima pode ser interessante os dados apresentados pelos mapas semanais dos sepultamentos no Cemitério Nossa Senhora do Carmo referente a 3 semanas dos meses de agosto e setembro, justamente o período de auge da epidemia podendo por esta razão ser representativos embora sejam os únicos encontrados até o momento. A importância desses mapas também reside no fato dele apresentar uma classificação minuciosa do cadáver sepultado, quanto ao sexo, condição de livre ou escravo, cor, separando ainda os índios e menores. Do total apurado no período, os escravos sepultados representam 8,23%, enquanto os livres, 91,74%. Entre os livres os brancos representam 18,32%, os índios 13,35%, os pardos 28,79%, os pretos 20,68% e os menores 10,60%, assim, do total exceto, onde possivelmente estavam os mais abastados, mas não todos, dificilmente seria possível sustentar o *caráter democrático* da epidemia.

Gráfico nº 5

LEVANTAMENTO PARCIAL DE SEPULTAMENTOS POR CONDIÇÃO SOCIAL

**Cemitério Nossa Senhora do Carmo
(19/08 a 01/09/1867 e 23/09 a 30/09/1867)**



Fonte: Mapas semanais dos cadáveres sepultados no Cemitério de Nossa Senhora do Carmo, 19/08/1867 a 25/08/1867, 26/08/ a 01/09/1867 e 23/09/1867 a 30/09/1867. Cuiabá, s/d. Documento avulso, Lata 1867-C, manuscrito, APMT

Contudo, estudos demográficos a serem realizados poderão buscar respostas para questões como a formulada a partir da análise de Maria Adenir Peraro, ao afirmar que em 1872, após portanto a Guerra e a epidemia de varíola, *a população da paróquia em estudo perfazia um total de 11.053 habitantes, sendo 1.139 escravos e 9.659 livres*²⁰⁰, sugerindo que poderia ter ocorrido um aumento da população da Paróquia da Sé. O que teria ocorrido? É inegável a perda de um contingente considerável com a epidemia. Para Maria Adenir Peraro, vários fatores se somaram ao crescimento vegetativo ocorrido a partir de 1870: militares de outras províncias após a guerra teriam permanecido em Mato Grosso, teria ocorrido tanto uma migração interna deslocando pessoas de outras áreas da Província e de outras Províncias, e também a imigração estrangeira, principalmente de mulheres paraguaias em direção a Cuiabá²⁰¹.

²⁰⁰ PERARO, Maria Adenir, op. cit., p. 133.

²⁰¹ Peraro, Maria Adenir, op.cit., p. 88.

2.2.1. A varíola: o Diretório para tratamento

Entre as providências tomadas pelo governo provincial no atendimento da população epidêmica estava a elaboração em 31 de julho de 1867 do *Diretório para guia do povo no tratamento das bexigas, feito pelo Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, por ordem do Ilm^o e Exm^o Dr. Presidente da Província*²⁰². Com o título: *Noções Gerais sobre bexigas e seu tratamento*, esse documento apresenta, com detalhes, a classificação da varíola, os primeiros sintomas da varíola, como surgem as erupções, suas fases, quando desaparecem as pústulas, além de prescrever o tratamento e dieta alimentar.

Trata-se de um documento de fundamental importância para o estudo da varíola, especialmente da epidemia de 1867. Escrito por um médico, o Dr. Dormevil²⁰³, expressa o conhecimento que o saber médico possuía naquele momento, além de evidenciar as práticas médicas, alimentares, higiênicas e outras. O autor também possuía a experiência no tratamento da varíola, pois, no momento em que escreveu o Diretório, estava trabalhando no Hospital Militar justamente no atendimento de variolosos.

Finalmente, a importância de usar esse documento para caracterizar a varíola, o tratamento, a dieta alimentar esta relacionada ao fato de a partir de um texto escrito no momento da epidemia, *tentar chegar* à cama do doente e *visualizar* alguns dos aspectos do que foi para ele e para os que o acompanhavam, vivenciar a varíola.

Classificando os tipos de varíola, o Dr. Dormevil descreve:

Quando as pústulas são separadas umas das outras, a bexiga chama-se benigna ou discreta; porem quando são tão unidas que mal se distingue separação denomina-se bexigas confluentes ou pele de lixa, a qual é bastante grave, e ainda mais se torna, se a depressão ou umbigo do centro toma a cor parda, escura, ou negra.

²⁰² Documentos Avulsos, Lata 1867-A, impresso, APMT.

²⁰³ Dr. Dormevil José dos Santos Malhado: médico formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, onde defendeu a tese: "*Hemorragia uterina durante o trabalho do parto e seu tratamento*", Oficial do Exército Brasileiro participou da retomada de Corumbá. Dados biográficos retirados de CORREA FILHO, Virgílio. *Baianos em Mato Grosso*.

Figura nº 3²⁰⁴

Varíola benigna ou discreta

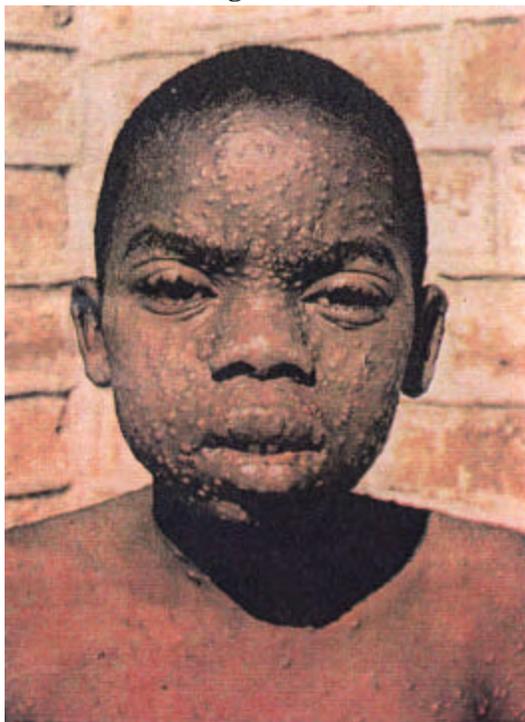


Figura nº 4

Varíola confluenta ou grave



Fonte: VERONESI, Ricardo. *Doenças infecciosas e parasitárias*, p. 88-89

Os sintomas da varíola são assim apresentados:

Um frio mais ou menos intenso seguido logo de calor vivo e ocre da pele, de freqüência do pulso, de delírio, de dores agudas no estômago, náuseas e algumas vezes vômitos, sede insaciável, perda do apetite, vermelhidão dos bordos da língua, dores fortes na cabeça, tosse, lacrimejamento, ardor na garganta, quebramento de forças, dores vagas por todo corpo, localizando-se porem nas cadeiras e coxas, perturbações nos intestinos, pulmões e pleuras e grande tendência à hemorragias: estes sintomas são mais ou menos pronunciados, segundo a intensidade da moléstia que vai desenvolver-se

Continuando, o *Diretório...* informa que estes sintomas podem aparecer isolados ou combinados e que precedem os

..primeiros sinais de erupção, a qual se manifesta sob a forma de pequenas manchas vermelhas, que começando pela face, vai-se estendendo pelo pescoço, braços, peitos e membros inferiores. A proporção que a erupção se faz, vão-se acalmando os sintomas de

²⁰⁴ As figuras de número 3 a 9 ilustram os vários estágios da varíola e são de doentes do século XX, contudo o critério para sua seleção foi a coincidência entre a descrição feita pelo Dr. Dormevil no *Diretório...* e as imagens.

irritação de estômago e intestinos, (...) Pequenos botões avermelhados principiam a aparecer nas manchas acima ditas e á elevar-se ao nível da pele, que em seus intervalos fica distendida: estes botões crescem, a pele inflama-se e torna-se dolorida, a face incha-se e assim as pálpebras, que algumas vezes ficam fechadas por muitos dias, os pés e as mãos tornam-se de uma extrema sensibilidade.

Após esta fase, que é a da erupção,

Os botões chegados ao termo de seu desenvolvimento, contendo um liquido aquoso, principiam à embranquecer em seu cume, à partir da face, a rodear-se em sua base de uma aureola avermelhada, tomando o liquido o caracter de pus: eles então tomam também a forma esférica com uma depressão no seu centro, em tudo semelhante a uma pústula vacinica, depois vão ficando rugosas, adquirindo a cor purulenta, e artificial, ou naturalmente deixam escapar o pus contido O mesmo fenômeno dá-se nas mais partes do corpo....

A descrição acima corresponderia a terceira fase da doença e a quarta ocorreria quando

As pústulas, à medida que vão dando saída ao pus, secam e reduzem-se á crostas que caem ordinariamente do fim do vigésimo dia do aparecimento das bexigas em diante; ficando em seu lugar pequenas cavidades bastantes aparentes na pele; algumas vezes sucedem às crostas escamas furfuraceas, que também sucessivamente se despegam.

Figura nº 5

Figura nº 6

Pústulas variólicas em processo de secamento



Fonte: VERONESI, Ricardo. *Doenças infecciosas e parasitárias*, p. 86.

E ainda as crostas remanescentes podem ser vislumbradas nas figuras que seguem:

Figura nº 7

Figura nº 8

Crostas remanescentes nas palmas das mãos e plantas dos pés

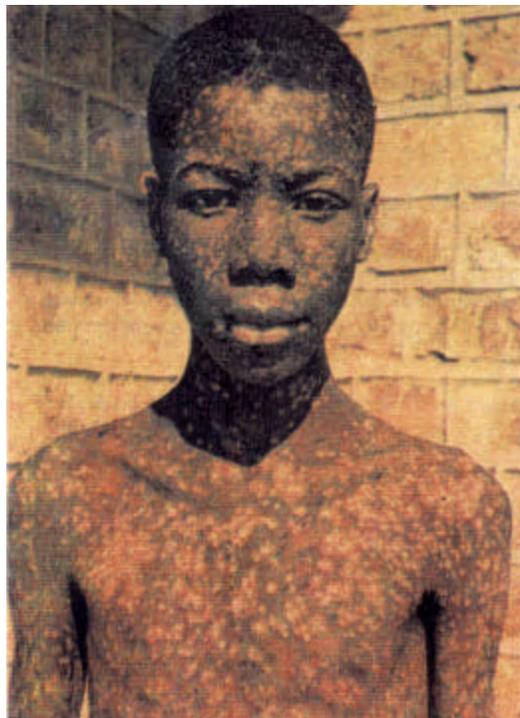


Fonte: VERONESI, Ricardo. *Doenças infecciosas e parasitárias*, p. 87.

Analisando os sintomas e a evolução descritos, é possível entender porque a varíola foi uma das doenças, entre as tidas como pestilencial, mais temida. O sofrimento era grande, e estendia-se por muitos dias. Debitando-se numa cama ou rede, o doente ia morrendo e se decompondo aos poucos, e não é sem motivo que o mesmo *Directorio.....*, quando previne sobre possíveis complicações, orienta: *Se por acaso aparecerem bichos de mosca em alguma ferida de pústulas, combatesse-a logo com mercúrio doce*. Também o fato das cicatrizes marcarem para sempre, principalmente o rosto do varioloso, era uma forma de estigma, e de carregar para sempre o sofrimento da doença, prevenido no *Diretorio..... não convém de forma alguma que os doentes arranquem as crostas antes de secarem completamente, pois ficarão na face cicatrizes profunda que a desfigurariam.....*

Figura nº 9

Seqüelas da varíola



Fonte: VERONESI, Ricardo. *Doenças infecciosas e parasitárias*, p.90.

Em seguida, o *Directorio...* descreve o tratamento para a bexiga benigna ou discretas, propondo:

Tomar bebidas ligeiramente sudoríficas, assim como chá de flores de sabugueiro, de borragem, de casquinha de limão, de folha de laranja, de flores de tilia ou malvas com oito a vinte gotas de tintura de acônito; ter uma temperatura agradável e uniforme ao redor do doente, renovar o ar do quarto em que ele se acha, aplicar alguns sinapismo nas pernas, braços e &, se houver dor de cabeça intensa, no período de invasão. Quando começa a fazer-se a erupção, para facilitá-la em todo corpo, convém dar alguns escaldapés de água quente simples ou com decolada de cinzas, administrando-se conjuntamente algumas xícaras de caldos brandos de frango e canjas simples, que serão tomados quentes. No período da supuração cortar as pústulas com uma tesourinha fina, afim de dar livre saída ao pus e impedir sua absorção; conservar o maior asseio nas roupas do doente, ter sempre o ventre desembaraçado por meio de cristeis purgativos, compostos de linhaça ou malvas cosidas e uma ou duas onças de óleo de rícino, ou por meio de purgativos brandos, como sal de glauber, óleo de rícino, citrato de magnesia, sal cathartico, maná, na dose de uma a duas onça, conforme a natureza e idade dos doentes. No período do dessecamento aconselhamos um banho diário e no fim alguns purgantes dos acima indicados no número de dois a três.

Para o tratamento das bexigas confluentes ou pelle de lixa,

Tendo o doente um pulso cheio e duro, sendo forte e robusto, não se deve temer fazer uma sangria no braço, e é esta umas das primeiras indicações. Se manifestarem-se dores muito intensas no estômago e houver sinal de irritação deste órgão, aplicar-se há sanguessugas na região do estômago e logo depois cataplasmas de linhaça ludanisadas. Quando for do lado dos pulmões e pleuras que se receia o ataque, trate-se logo de combater-lo com sangrias no braço, ventosas sarjadas nos pontos dolorosos e finalmente a poção de Laennee, dando-se ao enfermo duas colheres da poção de 2 em 2 horas.

A seguir o texto descreve possíveis complicações e prescreve tratamento para elas: *Havendo grande tendência ao sono, febre ardente, dores na nuca e outros sinais de corrupção (...) é preciso combater-la por meio de supositórios ou buchas compostas...*

.... pode complicar-se com alguma afecção cerebral; assim como havendo grande inflamação da pele em geral, pode haver uma reação sobre o tubo digestivo e declarar-se alguma inflamação grave: nestes casos deve-se combater as inflamações como se não houvesse pústulas, aplicando, no primeiro caso, sanguessugas atrás das orelhas e no pescoço e no segundo banhos gerais de malvas, mavaisco ou linhaça cosidas, tintar a pele na maior parte de sua extensão com nata de leite, óleo de amendoas doces ou ceroto simples

Alonga-se em outras complicações e tratamentos e encerra orientando a dieta alimentar.

Entre as tantas perguntas que podem ser feitas ao texto, seria interessante indagar a quem se destinavam as regras por ele colocadas, e com quem seu autor dialogava. A linguagem utilizada não é de alguém que buscava como interlocutores a população cuiabana como um todo, como poderia fazer crer o título documento: *para guia do povo no tratamento das bexigas*. Afinal, o texto constitucional de 1824 estabelecia a diferença entre cidadãos e não cidadãos, tendo como parâmetros os atributos de

liberdade e propriedade e, dessa forma, o escravo que não possuía nem uma nem a outra, era um não cidadão. Por sua vez, os cidadãos eram divididos em ativos e não ativos com base na sua capacidade eleitoral censitária, de acordo com a renda²⁰⁵ Portanto, o universo abrangido pelo termo povo não incluía escravos, indígenas e considerando o código utilizado, também conclui-se que seguramente não se destinava aos livres pobres.

A criação e funcionamento de um lazareto para indigentes, assim como um Hospital Militar para atendimento de praças e excepcionalmente também de indigentes, pressupõe que a maioria desses dois segmentos não precisassem da orientação do *Directorio*.... pois seriam atendidos nos locais próprios.

Ou seja, os escravos e índios porque não eram cidadãos, livre pobres, indigentes e praças militares, porque tinham locais próprios de atendimento, não faziam parte do universo a quem se destinava a orientação do *Directorio*..., que deve ter sido composto por um limitado grupo que teve a possibilidade de ser tratado em sua residência quando adquiriu a doença, e não pode contar com o atendimento médico, uma vez que os existentes eram militares e estavam destacados para o atendimento das várias unidades militares. De qualquer forma, a demanda epidêmica superaria qualquer oferta de médicos que em época tida como normal, pudesse ser satisfatória.

Considerando o fato de que além de não poder contar com a experiência e saber médico e também o fato de que a Província não tinha até então vivenciado uma epidemia na proporção da que estava em curso, embora conhecendo-a através de notícias de outras partes do Império e casos esporádicos em algumas localidades de Mato Grosso, a orientação emanada do texto seria uma necessidade, o que justificaria a sua impressão, possivelmente com várias cópias.

Se, por um lado, o texto representou um apoio no reconhecimento da varíola e no tratamento a ser seguido, por outro, cotidianamente, for difícil atendê-lo.

Em 1856, quando consultado sobre os cuidados e tratamento que deveriam ser dispensados caso chegasse em Diamantino a epidemia de cólera morbus que ocorria em várias partes do Império, o médico Medardo Rivani redige um ofício onde faz todas as

²⁰⁵ Cf. MATTOS, Ilmar R. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*, pp.116:117.

prescrições para o tratamento, considerando que *outros medicamentos mais seriam necessários*, mas não os cita por não existirem na Província.

Comparando o tratamento proposto pelo Diretório e o utilizado na Província do Paraná²⁰⁶, é possível perceber semelhanças, basicamente é o mesmo, sendo que o do *Diretório....* seria mais complexo e com a prescrição de um número maior de remédios. Possivelmente, baseando-se em um manual o Dr. Dormevil não considerou, como o seu colega Dr. Rivani, em 1856, as possibilidades de oferta naquele momento em que a guerra em curso impunha uma situação de extrema dificuldade de abastecimento não, só de remédios, mas também de gêneros alimentícios.

Também a aplicação de sanguessugas, sangrias, clisteres, sinapismos e outros procedimentos médicos exigia a utilização de pessoas treinadas e acostumadas, médicos, cirurgiões, barbeiros, farmacêuticos, sangradores, entretanto, em função da quantidade de pessoas doentes, com certeza não conseguiam atender a todos.

A dificuldade de abastecimento de água em Cuiabá era denunciada desde o século XVIII, e constituiu um problema cotidiano para a população²⁰⁷. O aumento da demanda de água para os cuidados com o varioloso deve ter aumentado consideravelmente este problema, e possibilita entender porque o presidente da Província, em ofício ao Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Guerra, afirma que *A epidemia que tem lavrado com nunca vista intensidade nesta Capital, obrigou-me a empregar a força exclusivamente em auxilio a população, já prestando enfermeiros, já conduzindo agua, lenha, boiadas, já curando do asseio das ruas,...*²⁰⁸

A partir do texto *Diretório....*, é possível chegar também ao doente e perceber problemas que já atingiam a sociedade, ou foram aguçados na *ocasião da varíola*, tornando-a um tempo de sofrimento.

Em relação ao saber médico, a prescrição de supositório, sangria, sanguessugas e ventosas, recursos utilizados e característicos da medicina desde a Antigüidade, atesta a permanência de procedimentos da medicina hipocrática na Província de Mato Grosso,

²⁰⁶ Cf. SIQUEIRA, Marcia T. A.D. op. cit., p. 248-267.

²⁰⁷ VOLPATO, Luiza. R. R. *Cativos do Sertão.....*, p.31

²⁰⁸ Livros da Secretaria do Governo da Província de Mato Grosso, Livro 228, manuscrito, APMT.

mas também no restante do Império, considerando a formação acadêmica do autor do texto, na segunda metade do século XIX, de princípios que a nortearam²⁰⁹.

O *Directorio...* serviu como uma fonte de informação elaborada por uma autoridade médica, o Dr. Dormevil, que assumiu naquele momento o papel de consultor, cuja autoridade, embora respaldada no saber médico, foi-lhe outorgada pela autoridade política, representada pelo presidente da Província.

Para analisar a relação estabelecida entre o poder político e médico, um caminho seria acompanhar a leitura proposta por Roger Chartier no que concerne ao núcleo central da obra de Norbert Elias, quando propõe que a disputa interna entre os vários saberes, durante o século XIX, garantiria um equilíbrio de tensões imprescindível para a formação de uma configuração social.

Seria possível pensar que nesse momento histórico estaria o ocorrendo uma transferência de poder, ou seja, o político delegando poder ao saber médico enquanto autoridade científica e instaurando assim uma correlação de forças²¹⁰? Esta seria a resposta para entender por que o presidente da província não atendeu o parecer da junta médica militar, que propôs a instalação de um lazareto quando apareceram os primeiros casos de varíola²¹¹?

Para Roberto Machado, no processo de transformação política e econômica que o Brasil vive no século XIX, a disputa entre saber e poder agudiza-se, abarcando várias ciências que se constituíam enquanto espaço de poder. Essa disputa atinge também a medicina, originando duas situações que, além de vigorar até os dias atuais, hoje tem se intensificado cada vez mais: *a penetração da medicina na sociedade, que incorpora o*

²⁰⁹ A medicina clássica tem suas bases em Hipócrates (460-377a.C.) na Grécia antiga, cuja preocupação eram os sintomas e não as enfermidades, por defender que a doença era resultado de um desequilíbrio no corpo. A premissa fundamental era a crença no poder curativo da *physis, a natureza* fonte de todas as coisas era formada de elementos irreduzíveis: água, ar, terra e o fogo. A esses elementos Aristóteles associou quatro qualidades: quente, frio, úmido e seco que, em múltiplas combinações, compunham tudo que é visível no cosmos.. A esses quatro elementos primários foram vinculados os *humores*, que resultavam da mistura em proporções diversas, formando os elementos secundários e eram em número de quatro: sangue, pituita (ou fleuma ou catarro), bile amarela e bile negra (ou melancolia). Surgiu então a teoria humoral que defendia que a pessoa desfrutaria de saúde quando os humores estivessem equilibrados. Essas noções e conceitos marcaram a medicina grega até o século II, quando Galeno, (129-201d.C.), aperfeiçoando-a, acrescentou que os humores sofriam a ação de quatro forças naturais: atrativa, retentiva, alternativa e expulsiva, cabendo ao médico interferir na última utilizando purgantes, sangrias e evacuantes. Cf. ANDRADE LIMA, T. *Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX.*, pp. 44-96.

²¹⁰ CHARTIER, Roger. *A Historia Cultural* - entre práticas e representações. p. 91-121

*meio urbano como alvo da reflexão e da prática médica, e a situação da medicina como apoio científico indispensável ao exercício do poder do Estado*²¹²

Ao fazer a afirmação acima, o autor tem em vista o Rio de Janeiro, no entanto, a distância entre a província de Mato Grosso e Corte não impede que as idéias circulem; o Dr. Dormevil e os demais que clinicam são todos formados nas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e Salvador, comprometidas com uma medicina que se transformava em política, e, embora sejam militares, após a guerra vão fixar residência definitivamente em Cuiabá e exercer muitas vezes funções públicas de destaque.

2.2.2. Um corpo na rede: o enterro epidêmico

A localização de uma crônica, *Fragmentos*²¹³, publicada onze anos após a epidemia, se tornou, neste estudo, parafraseando a historiadora Maria Stela Bresciane²¹⁴, a porta de entrada na cidade da varíola, possibilitando visualizar como a ficção, ao pretender expressar as angústias de um tempo de dor e sofrimento coletivos, evidenciou pistas, que trilhadas, evidenciam a multiplicidade de formas como cada homem inventa a sua forma de morrer e sobreviver à dor.

A planta da cidade de Cuiabá apresentada a seguir evidencia espaços de fé, de doença, de alegria, de dor, de desejo, assim como em cada esquina é possível encontrar um homem ou uma mulher que, de forma única, sobreviveram ao sofrimento daquele momento.

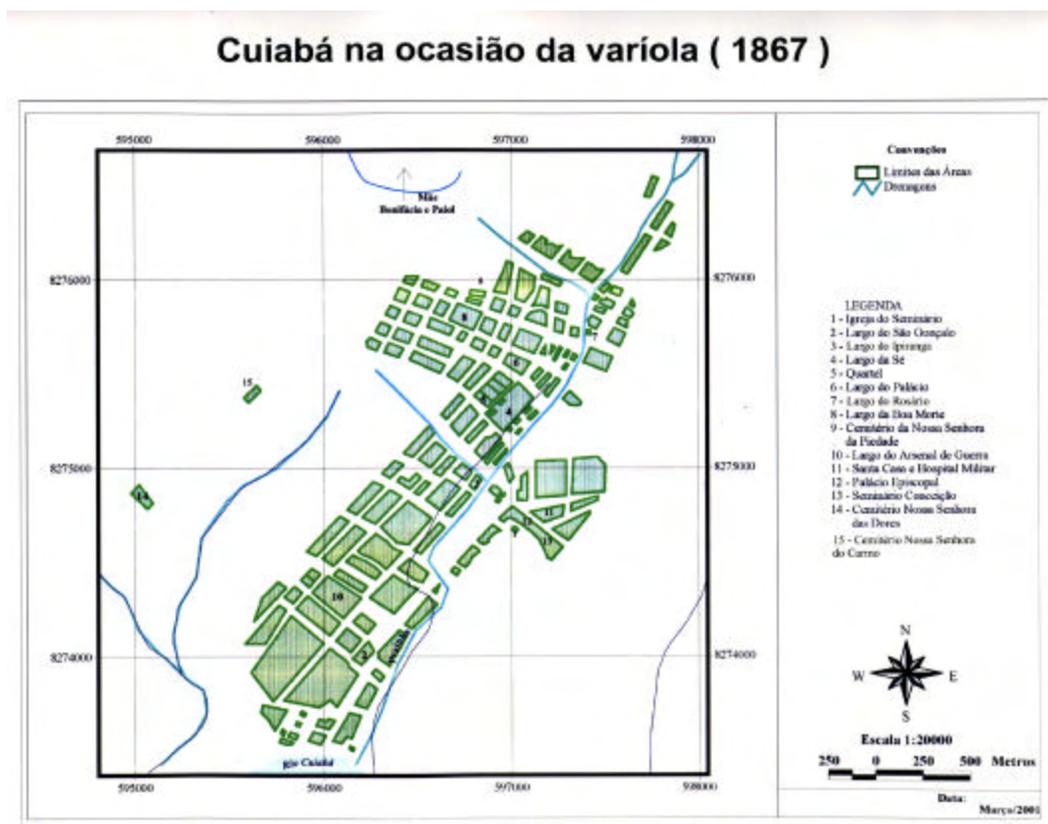
²¹¹ Ata da Junta Militar de Saúde, Cuiabá, 6/julho/1867. Documento avulso, Lata 1867-D, manuscrito, APMT.

²¹² MACHADO, Roberto et. al. *Danação da Norma: Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil*, p. 155.

²¹³ O Porvir, Cuiabá, 1º de janeiro de 1878, microfilme, NDIHR.

²¹⁴ A referência é utilizada no texto *Cidades: espaço e memória*, quando BRESCIANI, Maria Stella, usa o termo porta de entrada conceitual para se orientar e estudar as cidades européias no século XIX.

Planta nº 2



Fonte: MOUTINHO, Joaquim F., *Notícia sobre a Província de Mato Grosso seguida de um roteiro da viagem da sua capital à São Paulo* p. 36, e Documentos Avulsos, Latas 1867-A,B,C, e D. manuscritos, APMT. Adaptação de: Salatiel Alves de Araújo.

A crônica, ao relatar um fato verídico ocorrido no mês de setembro de 1867, cria um cenário da cidade epidêmica, onde surgem práticas da epidemia coordenadas pelo *anjo do extermínio* ao lado de outras coordenadas por Deus, de tempos de não- peste.

[...].

Era uma noite de setembro de 1867. Mês e meio se contava que o anjo do extermínio andava de porta em porta ferindo aos incircuncisos da vacina; as vítimas se contavam aos milhares; já se não ouvia tocar o viático e dobrar pelos mortos; os cinco campanarios que dominam a cidade, tinham-se emudecido; tão intensa era a dor que pareciam suplantados por ela! Honras, riquezas, distinções, tudo estava nivelado! A peste é eminentemente democrata. E o que mais vimos? As afeições naturais – que faz que o pai se sacrifique pelo filho, o filho pelo pai, o esposo pela esposa, o irmão pelo irmão... tinham-se afrouxado... Imenso era o terror!

Entre os meses de agosto e setembro aconteceram os maiores índices de mortalidade, sendo o auge da epidemia. Ao afirmar que os incircuncisos da vacina eram os variolosos, o texto responde à pergunta de quem é a culpa²¹⁵, utilizando a resposta formulada pela ciência. A vacina proposta e defendida como uma forma de prevenção da varíola, conta com a resistência ou descaso das pessoas, postura observada não só na província de Mato Grosso.

E o anjo do extermínio? Certamente ele é o emissário de um Deus que, em tempo de epidemia, é um Deus vingador. A atribuição da culpa a um Deus vingador que concede o castigo ao crime praticado ainda em vida é localizada por Delumeau ao analisar os comportamentos coletivos em tempo de peste nas sociedades européias dos séculos XIV a XVIII, afirmando que a idéia da Divindade punindo os homens culpados é tão velha quanto a civilização²¹⁶.

Também Chalhoub, ao estudar as epidemias no Rio de Janeiro imperial, localiza, nas colunas de jornais diários, ou mesmo no Parlamento, a idéia de que o vômito preto era “o anjo da morte que Deus enviou a esta cidade, é o enviado da justiça de Deus”²¹⁷

Em Cuiabá, Moutinho que viveu e escreveu sobre a epidemia de varíola ao procurar a resposta para a culpa, oscilava entre as várias possibilidades, mas parece predominar em várias oportunidades a explicação da epidemia como castigo que atinge inocentes e pecadores²¹⁸

A presença de um Deus vingador na Europa Medieval, na Corte Imperial e na Província de Mato Grosso esta ligada por uma idéia comum: Deus, pecado, castigo, epidemia. No entanto, a sua apropriação em épocas e lugares diferentes foi produzindo nuances diferentes. Que pecados a população cuiabana acreditava ter cometido para merecer o castigo? Ao colocar o anjo do extermínio voando sobre Cuiabá e escolhendo inocentes e pecadores em que exatamente o autor da Crônica estava pensando?

[...]

Era como disse, uma noite de setembro de 1867.

A cidade estava envolta em um crepe mortuário! O silencio profundo e imponente. Ouvem-se passos ao longe... É o zigue-zague de uma rede. Atras segue-a um indivíduo que se mostra interessado em determinar-lhes a direção. Entram pela rua 1º de Março...

²¹⁵ DELUMEAU, Jean, op. cit., p.138

²¹⁶ Idem, p.226

²¹⁷ CHALHOUB, Sidney. op. cit., p.62

²¹⁸ MOUTINHO, op. cit. p., 101

Quinze minutos mais, ouve-se o choque de um corpo pesado sobre a terra... É o cadáver de um varioloso; estão no largo da Sé.

Precisam descansar: assentam sobre a relva, puxam cada um pela sua garrafa, embocam-na... e acendem depois os cigarros.

Encostado à esquina, transido pela dor e já quase insensível, está o vulto que os acompanha: é um parente do morto.

Uma cidade onde à noite, pelas ruas vazias, redes balançam carregando mortos e a carroça de defuntos range ao peso de inúmeros corpos. Definitivamente, uma cidade epidêmica com cenas difíceis de serem imaginadas em outros tempos. É à noite que devem acontecer os enterros de epidêmicos, quando acredita-se é mais difícil a exalação pútrida e portanto o contágio. Também para evitar a proliferação da doença, os cortejos fúnebres são proibidos, assim como a passagem pela igreja.

Os dois gatos pingados, assentados em frente um do outro, tendo tomado um bom trago do desinfetante (condição sine qua non) encetam o seguinte dialogo à meia voz, parecendo não querer comprometer o silencio do imenso túmulo - a cidade!

- É a 1ª vez que vou ao Cai-Cai.

- Também eu.

- Se não fora a amizade que tenho aquele senhor (apontando para a esquina) não tomava tal massada²¹⁹.

- Que! Pois é a amizade que te leva ao Cai-Cai²²⁰, ou os 30\$000 que recebeste?

- Meu caro, se não fosse a gratidão e a amizade, duvido que houvesse dinheiro que me abalasse agora do meu canto.

- E os 30\$000?

- Ora isso não vale a pena.

- Então mais obrigado há de estar a mim aquele senhor: pois é a primeira vez que o trato, e ele paga-me tanto quanto a ti.

- La isso não sei: o que é verdade é que se não fosse a amizade, eu não estaria suportando essa massada. E tu não ignoras que se eu fosse faminto por dinheiro, ter-me-ia, como certos, associado ao Pedro Giorda²²¹ para...

- Para que?

- Pois não sabes? As pessoas abastadas que mesmo nesta quadra não dispensam caixões para os seus parentes mortos, pagam ao Pedro Giorda, por cada um, sem luxo, forrado de

²¹⁹ Massada é um termo genérico que como charope de bosque, que a tudo se aplica, exprime todos os nossos sentimentos de despraz er.. *A Imprensa de Cuiaba*. Cuiabá.10/11/1864, microfilme, NDIHR.

²²⁰ Nome do local onde foi criado o Cemitério Nossa Senhora do Carmo para sepultamento dos variolosos.

²²¹ Pedro Giorda anunciou no jornal *A Imprensa de Cuiabá* de 17/12/63 que mudara sua residência mas continuava a oferecer os trabalhos de sua profissão; em 14/7/64 no mesmo jornal, seu negócio torna a ser notícia ao anunciar: "*Marcenaria Italiana: Pedro Giorda continua a ter sua oficina montada com grande escala e pronta para receber qualquer encomenda, relativamente a marcenaria, carpintaria e tornearia. Encontra-se também em seu estabelecimento um sortimento completo de obras feitas e por preço minimamente cômodo* "

paninho preto e guarnecido de cadarço branco de algodão, cem mil reis, quantia esta que ele apura cinco e mais vezes e num só caixão; pois os seus agentes, mediante a quantia de dez mil reis, lhe trazem a noite os mesmos caixões, despejando deles os corpos que entregam às chamas.

- Que barbaridade? E a policia?

- Que policia homem! Aqui só Deus!

A crônica continua a explorar o que talvez tenha sido o maior sofrimento para seu autor: a quebra da liturgia da morte²²². A passagem da morte personalizada para a morte coletiva.

Pedro Giorda mereceria a acusação? Mais do que a possibilidade da resposta ser positiva, a acusação ilustra um dos comportamentos possíveis, ou seja ganhar dinheiro com a epidemia. E aqui uma contradição com a afirmação inicial de que a *peste é eminentemente democrata*. Alguns tem o caixão pago, outros seguem em uma rede carregada por *dois gatos pingados* que foram pagos para tanto. O dinheiro de alguns possibilitou também a aquisição dos remédios, da alimentação e dos cuidados enfim disponíveis em época de dificuldade de abastecimento. Na varíola, as possibilidades de complicações, como já exposto são inúmeras e as condições de resistência à doença muitas vezes depende de fatores que estão ligados à condição econômica, o que também dificulta pensar a *peste como eminentemente democrata*.

Outros contemporâneos, como Moutinho, também afirmaram a *democracia* da epidemia, possivelmente porque na representação vivida como realidade tenha sido forte e predominante a idéia de que o anjo da morte, enviado por Deus, escolheu inocentes e pecadores e todos pagaram *democraticamente*.

Talvez a idéia da força da presença de Deus tenha inspirado no diálogo a afirmação - *Que policia homem! Aqui só Deus!* A documentação demonstra que a desordem não foi absoluta e que ao mesmo tempo em que providências relativas ao surto eram tomadas, outras relativas à guerra ou mesmo à manutenção da ordem e dos costumes eram tomadas.

²²² As práticas de enterramento em Cuiabá na segunda metade do século XIX, constitutivas da liturgia da morte, são objeto de estudo de ROCHA, Maria Aparecida B. de Barros, *Igrejas e Cemitérios: as transformações nas práticas de enterramentos na cidade de Cuiabá – 1850 a 1889*.

- Dize-me, porque é que chamam Cai-Cai aquele lugar?
 - Eu vou dizer: o nosso povo a tudo alcunha.
 - Isso é verdade: no meu batalhão quase todas as suas praças tem uma alcunha.
 - Há muitos anos e quando os enterramentos eram feitos nas Igrejas, tendo-se de dar sepultura a um cadáver, encontrou-se no consistório do Sacramento na igreja matriz um esqueleto com a mortalha em farrapos, a pele seca e unida aos ossos. O povo fez seus comentários; e não sei porque disposição canonica o pobre finado foi mandado tomar ares no campo, deixando a morada ao novo inquilino. Conduziram-no ao tal lugar hoje Cai-Cai, e foi colocado em pé junto a uma lixeira. Lenheiros e diversos transeuntes que passavam pela estrada próxima, começaram dali a tempos a contar que dâquele lugar, `a noite e as vezes alto dia, um grito se fazia ouvir como que dizendo "Cai-Cai". Aquelas paragens ninguém mais queria ir; e de então ficou se chamando Cai-Cai.
 - Parece que o povo vaticinava a própria.
 - É verdade: para ali vemos hoje cair toda a cidade.
 - Escuta !
 - Eim !
 - Silencio.
- Interpelados como por uma voz d'alem-túmulo, que parecia cita-los ao Juízo final, os dois interlocutores levantam-se maquinalmente, sobem a carga, e se encaminham para o... Che-Cai.
- Era meia noite, e o anunciavam com os seus zigue-zagues, doze fortes rouquenhas, graves e compassadas badaladas...Cami....nha; cami...nha. cami...nha...
- Era o relógio da Sé.

Na cidade epidêmica há lugares *mal assombrados* e justamente em um desses foi designado o terreno onde seria construído o cemitério dos bexiguentos. Seria coincidência?

Também pessoas conversam, contam casos, trocam informações, como fariam em outros tempos, ao lado de outras que choram a perda de um parente.

Na explicação da origem do termo *Cai-Cai*, o retorno a um tempo em que os sepultamentos ocorriam inclusive dentro das igrejas. Em Cuiabá quando a epidemia iniciou, era recente a transferencia dos enterramentos das igrejas para os cemitérios. Esta crônica demonstra o que significou, para aqueles que viveram a epidemia, a mudança nas práticas de enterramento durante a epidemia.

Delumeau estudando o significado deste momento em um contexto europeu, afirma que:

Quando a morte é a esse ponto desmascarada, “indecente“, dessacralizada, a esse ponto coletiva, anônima e repulsiva, uma população inteira corre o risco do desespero ou da loucura, sendo subitamente privada das liturgias seculares que até ali lhe conferiam nas provações, dignidade, segurança e identidade. Daí a alegria dos marselhenses quando, no final da epidemia de 1720, viram novamente carros fúnebres nas ruas²²³

²²³ DELUMEAU, op. cit. p. 125

Para o cronista que olha para o passado de onze anos atrás, é inegável a cicatriz deixada pelos enterros epidêmicos, mas quando é publicado seu texto, as práticas voltaram ao tempo de não epidemia, e ele possivelmente, a exemplo dos marseheses, tenha aplaudido a volta aos Cemitérios de Nossa Senhora da Piedade e Nossa Senhora das Dores.

Os sepultamentos dos primeiros mortos variolosos em Cuiabá, quando ainda não havia a perspectiva de uma epidemia, foram realizados distantes da cidade, e os assentamentos referem-se à localização genericamente como campo. O avolumamento de mortes possivelmente originou a determinação presidencial ao Chefe de Polícia de designar *um terreno em que sejam enterrados os mortos de varíola que sucumbirem dentro da povoação desta Capital, e providencie de modo que haja pessoal encarregado do serviço do enterramento e transporte desses cadáveres ficando autorizado para fazer as despesas necessárias*²²⁴.

O Chefe de Polícia imediatamente atendeu a determinação e comunicou ao Presidente

... foi designado um terreno que fica nos arredores desta cidade, entre as vertentes denominadas caicai e a olaria do falecido Capitão Bueno para servir de cemitério as pessoas que falecerem da varíola, a qual foi hoje as 8 horas da manhã bento e ficou denominado - Cemitério de Nossa Senhora do Carmo. Contratei a duas pessoas para servirem de coveiros nesse cemitério pela quantia mensal de sessenta mil reis a cada uma, e, diligencia mais contratar outras, que se incumbam da condução dos cadáveres para o cemitério. Já tenho feito algumas despesas com a aquisição de 2 alavancas, 2 enxadas e dois soquetes para o serviço de enterramento²²⁵,

Ficava dessa forma oficializada a criação de um cemitério para variolosos, afastado da cidade e separado dos demais cemitérios públicos, o que evidenciava, seguindo os preceitos sanitários da época, que aqueles que falecessem de doenças pestilenciais não poderiam ser sepultados nos cemitérios públicos ditos normais. Bonifácia, solteira de sessenta anos faleceu em 13 de outubro de 1867 em Santo Antonio e seu cadáver foi sepultado *fora do Cemitério por moléstia contagiosa*, conforme atestou o Coadjutor, Jacintho Ferreira de Carvalho²²⁶.

²²⁴ Correspondência do Palácio da Presidência ao Chefe de Polícia da Província, Cuiabá, 06/08/1867, Livros da Secretaria do Governo da Província de Mato Grosso, Livro nº 225, manuscrito, APMT.

²²⁵ Ofício da Secretaria de Polícia de Cuiabá à Presidência da Província, Cuiabá, 8 de agosto de 1867. Documento avulso, Lata 1867-D, manuscrito, APMT.

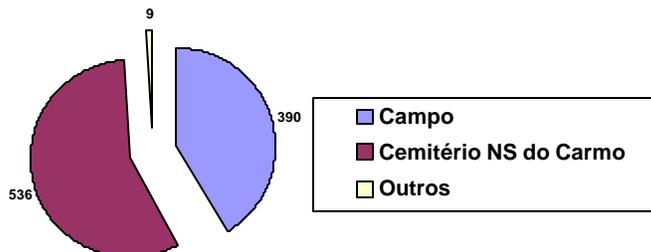
²²⁶ Atestados expedidos, Caixa 107, Paróquia de Santo Antonio, manuscrito, ACMC-MT.

Em Cuiabá também vigorou a proibição de enterrar os mortos por varíola nos Cemitérios de Nossa Senhora da Piedade e Nossa Senhora das Dores, e os que faleceram na volta de Corumbá ou na cidade antes da criação do Cemitério de Nossa Senhora do Carmo foram sepultados no campo, conforme levantamento no APMC que permitiu elaborar o gráfico número 6 que segue:

Gráfico nº 6

LOCAIS DE SEPULTAMENTO NA OCASIÃO DA VARÍOLA

Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá



Fonte: Livro de Registro de Óbito, Caixa 97, APMC.

Nas épocas de doenças pestilenciais como a varíola, não só o Cemitério era específico como a liturgia da morte que incluía o sepultamento era quebrada e os enterramentos seguiam regras de tempo de epidemia.

Contudo, parece mesmo que o Cemitério do Carmo não conseguiu atender a demanda chegando a ser preocupação do Dr. Francisco Antonio de Azevedo ao manifestar-se sobre às exalações pútridas oriundas da epidemia o grande número de cadáveres mal enterrados fora do recinto do Cemitério do Cai cai²²⁷, o que significa que parte dos que morreram com a varíola não tiveram o sepultamento indicado pelas normas que os regiam em tempo de epidemia.

²²⁷ Ofício da Delegacia do Corpo de Saúde do Exército ao Presidente da Câmara, Cuiabá. 22 de abril de 1868. Documento avulsos, Lata 1868-A, APMT.

2.2.3. O cotidiano na *ocasião da varíola*: práticas epidêmicas e não epidêmicas.

As alterações no cotidiano, durante a epidemia de varíola, foram registradas em várias instâncias, demonstrando que o surto marcou sua presença. Os exames nas escolas públicas não puderam realizar-se devido ao *desfalque de alumnos em que ellas ficarão em consequencia da epidemia das bexigas*²²⁸. As reuniões da Assembléia Legislativa, por várias vezes adiada, também não puderam ser realizadas, antes devido à Guerra e agora porque *há informação certa de não concorrerem mais Membros, uns por enfermos, outros por impedidos e outros finalmente por ausentes, acrescentando a tudo isto a epidemia de variola que atualmente grassa com intensidade*²²⁹

A cidade epidêmica tem uma dinâmica própria, é regida por regras e padrões de exceção, contudo é possível identificar práticas de tempo de não-epidemia mescladas com práticas de tempo de epidemia, e parece que mais forte que o sentido da doença pestilencial e a da própria proximidade com a morte, era o sentido dado pela vida que compelia a múltiplos comportamentos, impossíveis de serem classificados mas que anunciavam que nem tudo se voltava para a morte.

Na mesma época, atendendo à determinação do presidente da Província, foi realizada uma inspeção para verificar a quantidade de sal²³⁰ conduzida para o Arsenal da Marinha de Mato Grosso por João Anastácio Monteiro, que desapareceu, tendo sido realizada perante testemunhas, tendo sido abertos *vinte embrulhos de couro, contendo cada um cinco pedras de sal e mostrando que ainda não haviam sido abertas, e passando-se a quebrar o sal para ser medido se achou que dara 432 medidas, pois todo o sal pesou 1.836 libras e se achou que 17 quartas de peso corresponde exactamente a uma medida. havia apenas 432, e não 500 medidas como deveria conter*²³¹.

Em outra circunstância, em setembro de 1868, no auge da epidemia, Joaquim Timóteo Ribeiro, que ocupava o cargo de Contador interino da Fazenda Provincial, escreveu um

²²⁸ Ofício da Inspetoria Geral dos Estudos ao Presidente da Província de Mato Grosso, Cuiabá, 07/12/1867. Livros da Secretaria da Província, nº 227, manuscrito, APMT.

²²⁹ Ofício do Presidência da Província. Documento avulso, Lata 1867-A, manuscrito, APMT.

²³⁰ O sal durante a guerra atingiu preço exorbitante, tendo inclusive sua venda regulada pelo governo provincial; *seu alqueire, que antes da invasão paraguaia era vendido em Corumbá a 4 ou 5 mil réis, em julho de 1865 chegou a custar 80 mil réis em Cuiabá*. Cf. VOLPATO, Luiza R. R. *Qativos do Sertão...*, p. 68.

²³¹ Ofício do Arsenal da Marinha de Mato Grosso ao Presidente da Província de Mato Grosso, Cuiabá, 12/11/1867. Documento Avulso, Lata 1867-D, manuscrito, APMT.

ofício ao presidente²³², relatando faltas e abusos praticados pelo Coletor do Mercado do 1º Distrito Antonio José Guimarães e Silva, e também pelo do 2º Distrito, Ricardo Franco de Almeida Serra, ao mesmo tempo que solicitava que ambos fossem demitidos. A falta do Coletor do 1º Distrito consistiu em ter se retirado no mês de agosto para sua casa sem ter providenciado substituto para ele e demais funcionários que encontravam-se doentes de varíola. Não participando essa ocorrência à Contadoria, teria sido responsável pelo desvio de rendas provinciais, até que no dia 27 de agosto o relator, dirigindo-se ao Mercado, descobriu um agente que cobrava ilegalmente os impostos e imediatamente o substituiu por um funcionário provisório. As acusações continuavam ao alegar que o referido coletor estava se negando a entregar os Livros de escrituração e o dinheiro arrecadado até o dia que retirou-se para sua casa, contudo afirma o relator: *mas hei de providenciar a este respeito, logo que me achar restabelecido das bexigas de que fui ultimamente atacado.*

O ofício continua detalhando as irregularidades que estariam sendo desencadeadas no Mercado do 2º Distrito., as providências tomadas e as necessárias de maneira que traça um panorama completo da situação.

Chama a atenção, nessa correspondência primeiro o fato de que ela presta conta de uma situação exatamente ocorrida no auge da epidemia, quando as autoridades poderiam ter perdido o controle o que fica claro que não aconteceu. A momentânea desorganização causada pela epidemia oportunizou que homens doentes ou não se aproveitassem da ocasião para tirar vantagem e desviar arrecadação, ou seja, a epidemia não trouxe prejuízo para todos. Por último, que em alguns casos, possivelmente de varíola mais branda, os doentes não foram impedidos de continuar na frente de suas funções.

Em oportunidades anteriores, desvios e irregularidades eram apontadas na administração provincial, e agora, em tempo de epidemia, elas continuavam existindo e demonstrando que a epidemia não transformou a sociedade, mas desnudou as tensões e contradições que compunham sua dinâmica.

Reforça essa proposta da administração ter conservado o controle o ofício do Coletor André Gaudie Ley, ao prestar contas, no ano seguinte à epidemia, da arrecadação da décima urbana, ao explicar que havia preparado o recibo de 36 contribuintes quando

²³² Correspondência da Contadoria Provincial ao Presidente da Província de Mato Grosso, Cuiabá, 30/09/1867. Documento avulso, Lata 1867-B, manuscrito, APMT.

esta Cidade surpreendida pelo flagelo das bexigas que horrivelmente a população assolou, reduzindo-a ao estado mais lastimoso, ainda nos mezes de Setembro e Outubro. Só em dias de Novembro que começando a desaparecer o terror que se ostentava nos referidos trez mezes continuei na diligencia de concluir a arrecadação, que se tornara difficil pela razão de haver falecido 13 contribuintes, resultando por isso mais alguma demora por ter de haver dos inventariantes e testamenteiros das mesmas heranças.²³³

A correspondência do Coletor oportuniza evidenciar a desorganização causada na arrecadação de impostos e taxas, mas também a manutenção do controle por parte das autoridades, mesmo quando a taxa de mortalidade atingiu, entre proprietários urbanos, por volta de um terço do universo delimitado.

Durante a epidemia, a necessidade de atendimento da população ultrapassou qualquer estrutura de tempos ditos normais, e as autoridades procuraram fazer uso dos meios disponíveis, inclusive a utilização de soldados paraguaios, como explica Couto Magalhães:

a epidemia que tem lavrado com nunca vista intensidade nesta Capital, obrigou-me a empregar a força exclusivamente em auxilio a população, já prestando enfermeiros, já conduzindo agoa, lenha, boiadas, já curando do asseio das ruas, visto que os medicos receavam que o tifo epidêmico succedesse a variola, se não tratasse de conservar as mais severas limpeza nesta Cidade. Os paraguaios prisioneiros foram empregados no serviço da condução de cadáveres, e em seu enterramento ficando adidos ao 1º Corpo provisório, com seus sargentos e seo oficial, a quem eu permiti que usassem dos uniformes do seu país, menos de espada²³⁴.

Contudo, todo o esforço deve ter sido apenas paliativo, porque no ano seguinte ao referir-se às condições sanitárias de Cuiabá, o médico Francisco Antonio de Azevedo alegou que existem.....*imundos depósitos de lixo e charcos em putrefacção em várias travessas, e sobre tudo n'estensão da prainha, sua continuação ou valla até o beco sujo, e o horrivel paul-da-rua do porto geral,.....* para acrescentar em seguida que *tudo ponderei nos meus relatórios dos ultimos meses do anno proximo passado*²³⁵, demonstrando que desde a *ocasião da varíola* para os padrões sanitários vigentes as condições eram precárias e as emanações miasmáticas consideradas perniciosas.

²³³ Ofício do Coletor André Gaudie Ley ao Contador da Estação das Rendas Provinciais, Cuiabá, 15/05/1868. Documento avulso, Lata 1868 -B, manuscrito, APMT.

²³⁴ Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso ao Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios da Guerra. Livros da Secretaria da Província, nº 228, manuscrito, APMT.

²³⁵ Ofício da Delegacia do Corpo de Saúde do Exército ao Presidente da Câmara Municipal, Cuiabá, 22/04/1868. Documento Avulso, Lata 1868-A, manuscrito, APMT.

Outras medidas com o objetivo controlar as emanações miasmáticas foram tomadas a exemplo da informada por Moutinho: *O commandante das armas, nos dias mais luctuosos, mandou colocar peças de artilharia em diversas ruas da cidade, e dar fogo de manhã e à tarde*²³⁶. E confirmada pelo ofício que comunicava que *teve alta do hospital o operario praça desta Comp^a José Eugenio da Silva, que em tres de setembro deste ano, perdeu o braço direito por ocasião das salvas, que por ordem superior se mandaram dar por causa da epidemia da varíola que tanto flagelou esta cidade*²³⁷. Essa medida tinha fundamento, no saber da época, de que o fogo queimava as emanações e diminuía a possibilidade de contágio.

2.2.4. Locais de tratamento: às praças militares o Hospital e aos indigentes o Lazareto.

À medida que os casos de varíola foram aumentando, possivelmente tornando difícil o atendimento no Hospital Militar, que ocupava uma dependência da Santa Casa, o governo provincial criou outros dois locais de atendimento: um hospital militar provisório e um lazareto para indigentes.

Medida ao que parece comum em tempos de epidemia, e também tomada na Província do Paraná, onde os hospitais provisórios e lazaretos *funcionavam em precárias condições, nas casas e chácaras afastadas da população. Neles, mantinha-se uma assistência médica mais constante, com medicamentos, pessoas treinadas para o atendimento e, sobretudo, observava-se rigorosamente o isolamento*²³⁸.

A utilização das expressões, *hospital para militares e lazareto para indigentes*, abre a oportunidade de seguir as reflexões de Simona Cerutti ao defender a inconveniência de se pensar uma sociedade a partir de categorias sociais. Para a autora, esta premissa poderia levar, entre outros riscos, a reduzir a uma forma homogênea a disparidade de comportamentos das relações sociais que criam solidariedades e alianças²³⁹.

²³⁶ MOUTINHO, op. cit. p. 14.

²³⁷ Ofício do Quartel da Companhia de Operários militares do Arsenal de Guerra de Mato Grosso ao Major Luis Francisco Henriques, diretor do Arsenal de Guerra, Cuiabá, 30/12/1867. Documento avulso, Lata 1867-C, manuscrito, APMT.

²³⁸ SIQUEIRA, Marcia Terezinha A.D. op. cit., p. 72.

²³⁹ CERRUTTI, Simona. A Construção das categorias sociais, In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (org.), *Passados Recompuestos: campos e canteiros da história*.

Para Chartier²⁴⁰, a história passa a ter novas perspectivas ao abrir mão do primado dado ao recorte social e, a partir das práticas culturais, é possível perceber a pluralidade das partilhas e das clivagens e a diversidade das relações, o que evidentemente não seria possível segundo divisões que atendessem a diferenças baseadas no estado social e na fortuna.

Essas reflexões oportunizam *entrar* nos hospitais e encontrar não apenas militares e indigentes, mas sobretudo o doente que, independente da sua condição social ou profissional, poderá também ser encontrado em outros locais, como suas próprias residências²⁴¹, ou de seus amos ou senhores²⁴².

Para os variolosos sem recursos, o presidente da Província informa que *na calamitosa quadra das bexigas, por que aqui passamos, á vista da intensidade com que grassava a enfermidade e do abandono em que se achava a pobreza desvalida, mandei crear um Hospital para os bexigentos que não tinham recursos*²⁴³.

Esse mesmo hospital é citado por Zacarias de Goes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ao destinar uma verba a título de Socorro Público para *organisar na Capital da mesma Província um lazareto onde se tratem os indigentes accommettidos da epidemia de bexigas*²⁴⁴. Posteriormente, ao enviar outra verba, a ordem é que ela seja entregue *ao Capitão Tenente Balduino José Ferreira para occorrer as despezas que se tem de fazer com os individuos de igual condicção, atacados do mesmo mal, recolhidos ao hospital do S. Gonçalo*²⁴⁵

Ainda se referindo ao indigente, o presidente da província, Couto Magalhães, em outro ofício, manda que seja colocada à disposição

do reverendo Cura da Sé a quantia de um conto de reis (R\$.1:000\$000), sob minha responsabilidade, pela verba – Socorros Públicos – do Ministério do Império para serem socorridos os pobres atacados de bexigas, que por qualquer motivo não forem tratados no Hospital dos bexigosos.²⁴⁶

²⁴⁰ CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*.

²⁴¹ Certidões de óbitos, 1866/1919, Caixa 97, manuscrito, APMC.

²⁴² MOUTINHO, op. cit., p. 102-103.

²⁴³ Livros da Secretaria de Governo da Província de Mato Grosso, Livro n.º 235, manuscrito, APMT.

²⁴⁴ Livros da Secretaria de Governo da Província de Mato Grosso, Livro n.º 202, manuscrito, APMT.

²⁴⁵ Livros da Secretaria de Governo da Província de Mato Grosso, Livro n.º 202, manuscrito, APMT.

²⁴⁶ Livros da Secretaria de Governo da Província de Mato Grosso, Livro n.º 222, manuscrito, APMT.

A documentação é esclarecedora para demonstrar, por um lado, que para o homem, na época classificado como indigente, havia uma diversidade de locais de tratamento: um lazareto, excepcionalmente o hospital militar e ainda a possibilidade de ser socorrido pelo Cura da Sé, mas, por outro, oportuniza perceber que o indigente tinha locais definidos de atendimento, e geralmente os documentos referem-se a ele como lazareto, dando a idéia de exclusão. Os lazaretos europeus, especialmente o português no século XIX, ao serem estudados por Jorge Crespo²⁴⁷, são definidos como *autenticas prisões que tinham por objectivo fundamental separar por completo os corpos suspeitos de serem portadores do temeroso mal*²⁴⁸. As autoridades portuguesas, segundo o autor, acreditavam que para assegurar este objetivo era necessária a aplicação de uma legislação repressiva, garantida pela polícia, e que isolava o doente, para enterrar a doença, destacando ainda que...*Não obstante o evidente carácter repressivo dos lazaretos, a sua implantação era considerada para os responsáveis como um trofeo da Civilização e Philantropia Europeia*²⁴⁹

Em relação ao lazareto dos indigentes da varíola, as referências documentais são poucas, mas possibilitam afirmar que o termo nessa época era usado no sentido de nomear um local de isolamento, e não de cura, o que pode dar uma pista do seu sentido, ou seja, o da exclusão.

Ao encaminhar para a administração Imperial o relatório das atividades do Hospital dos Indigentes, Couto Magalhães expõe:

Na calamitosa quadra das bexigas, por que aqui passamos, á vista da intensidade com que grassava a enfermidade e do abandono em que se achava a pobreza desvalida, mandei crear um Hospital para os bexigentos que não tinham recursos e nomeei para dirigi-lo uma comissão composta do Inspector da Thesouraria de fazenda Raymundo João dos Reis, do Dr. Chefe de Policia Firmo José de Matos e do Provedor da Sta. Casa de Misericórdia Victoriano Ferreira Mendes. Esta comissão servio com muito zêlo, dedicação e humanidade durante tão Incestuosa crise²⁵⁰

Este é um dos raros documentos entre os pesquisados que se refere ao local de atendimento dos indigentes como Hospital, e chama atenção na formação da comissão

²⁴⁷ CRESPO, Jorge. *A história do corpo*, p. 158:67.

²⁴⁸ *Ib.*, p. 158.

²⁴⁹ *Ib.*, p. 162

²⁵⁰ Ofício do Presidente da Província ao Conselheiro José Joaquim Fernandes Torres, Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios do Império, Cuiabá, 28/11/1867. Livros da Secretaria da Província de Mato Grosso, nº 235,manuscrito, APMT.

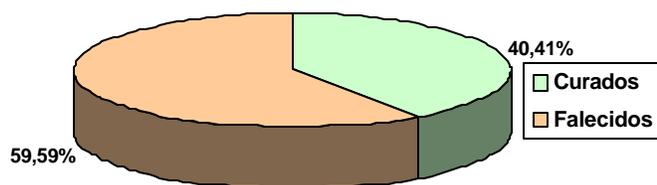
que o dirigiu, a presença do Chefe de Polícia, encarregado no momento de manter a ordem na cidade epidêmica, e o Provedor da Santa Casa, instituição de filantropia e atendimento à pobreza. A composição da Comissão sugere que os indigentes ou desvalidos que representarem uma ameaça de contágio, por não terem condições de tratamento, contarão com a força do Chefe de Polícia, a experiência no atendimento dos desvalidos do Provedor e talvez ainda com o encaminhamento de recursos facilitado pelo Inspetor da Tesouraria da Fazenda. Abre-se então a possibilidade de pensar que além de um local de isolamento e não de cura, funcionando como Lazareto, a exemplo dos portugueses teve seu caráter escamoteado pela filantropia.

No mesmo ofício em que relata à administração imperial as providências tomadas em relação aos desvalidos variolosos, o presidente Couto Magalhães afirma que em 1867: *Entrarão para o Hospital no curto espaço de pouco mais de três meses 532 bexiguentos, dos quais foram curados 215 e faleceram 317.*²⁵¹

Esta é uma informação numérica importante, porque é a única até o momento localizada que permite estabelecer uma tendência para o índice de mortalidade entre indigentes que adquiriram a doença e foram atendidos no Lazareto, como pode ser observado no gráfico número 7 seguinte:

Gráfico n° 7

Movimento do Lazareto dos Indigentes: Cuiabá -1867



Fonte: Ofício do Presidente da Província ao Conselheiro José Joaquim Fernandes Torres, Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios do Império, Cuiabá, 28/11/1867. Livros da Secretaria da Província de Mato Grosso, n° 235, manuscrito, APMT.

²⁵¹ Ofício do Presidente da Província ao Conselheiro José Joaquim Fernandes Torres, Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios do Império, Cuiabá, 28/11/1867. Livros da Secretaria da Província de Mato Grosso, n° 235, manuscrito, APMT.

Este índice de mortalidade de aproximadamente 60% é bastante elevado se comparado ao referido na imprensa local em 1873: *quando reina epidemicamente a mortalidade pode elevar-se a quarta e até a terça parte*²⁵², ou seja, entre 25 e 33%. Possivelmente a discrepância entre o nível esperado e o apresentado acima estivesse relacionada com as condições de debilidade dos indigentes assistidos no Lazareto.

Ao analisar o momento em que na Europa do século XVIII os hospitais passaram a ser um instrumento terapêutico que acolhia o doente para curá-lo, Foucault coloca os hospitais militares como o ponto de partida para esta transformação, que teria sido possível com a introdução da técnica disciplinar. Os investimentos feitos na formação do soldado teriam elevado seu preço e tornado interessante, por um lado, tirar o máximo proveito do que ele poderia produzir e, por outro, impedir que ele morresse doente²⁵³.

Em relação ao Brasil, Roberto Machado, ao analisar a criação dos hospitais militares no fim do período colonial, procura captar o sentido destes estabelecimentos dentro dos preceitos de uma medicina social que dava seus primeiros passos. Já ao analisar o esquadramento urbano projetado e executado pela medicina durante o século XIX, o mesmo autor afirma que os chamados grandes estabelecimentos são percebidos como indispensáveis ao funcionamento das cidades mas, contraditoriamente, são focos de doença²⁵⁴. Para resolver o impasse, segundo o autor, eles passam a ser alvo de um processo de transformação, *disciplinado assim em sua estrutura e em seu funcionamento, revestido de uma operacionalidade que percorre e classifica o corpo do doente até sua redução a peça científica, nasce, com a medicina social, o hospital como instrumento de cura e conhecimento*²⁵⁵

Em Cuiabá, no início da epidemia de varíola, o Coronel Hermenegildo Portocarrero comunicou ao presidente da província que o Major Engenheiro Pedro Dias Paes Leme cedeu a *chácara de sua propriedade para nella se estabelecer o Hospital Provisório que V.Ex^a mandou crear para tratamento das praças affectadas de varíola*²⁵⁶.

²⁵² A Situação, nº 207, 20/03/1873, Cuiabá, microfilme, NDIHR.

²⁵³ FOUCAULT, Michel. O nascimento do hospital. In: *Microfísica do poder*, p. 99:112.

²⁵⁴ MACHADO, Roberto et. al., op. cit., p.122-33 e p. 288:295.

²⁵⁵ Id. ib., p. 288.

²⁵⁶ Ofício do Comandante das Armas de Mato Grosso ao Presidente da Província, Cuiabá, 23/07/1867. Documento avulso, Lata 1867-D, manuscrito, APMT.

Até então, o Hospital Militar alugava e funcionava nas dependências da Santa Casa de Misericórdia, sendo que entre 17 de julho de 1867 e 28 de outubro do mesmo ano²⁵⁷, apogeu da epidemia de varíola, funcionou também uma unidade para tratamento dos militares que aparece na documentação com nomes variados: Hospital Militar do Coxipó, Hospital do Coxipó, Hospital do São Gonçalo, Hospital Provisório ou ainda Hospital Provisório Militar.

A designação Coxipó faz pressupor que sua localização fosse nas imediações da desembocadura no rio Coxipó, na margem esquerda do rio Cuiabá, e nas proximidades do Acampamento Couto Magalhães, Quartel da Armas de Mato Grosso, localizado na mesma margem do rio Cuiabá.

Com a evolução da epidemia, possivelmente o Hospital Militar Provisório do Coxipó se tornou insuficiente para o atendimento dos praças doentes, e o Hospital Militar, anexo à Santa Casa, também transformou-se em local de atendimento para variolosos, sendo criada uma *enfermaria anexa ao Hospital Militar e em tudo d'ele dependente estabelecida no Quartel da Sé, para tratamento das praças que adoecerem, menos de bexigas*.

A abrangência da epidemia, pelo menos durante o apogeu nos meses de agosto e setembro, superou as possibilidades de atendimento de uma estrutura precária montada para tal, e medidas emergenciais foram sendo tomadas, como a citada acima, e também a utilização de dependências do Seminário da Conceição transformadas em enfermaria para tratamento das praças variolosas.²⁵⁸

O próprio Hospital Militar Provisório, constituído inicialmente de um galpão construído na chácara do Major Pedro Dias Paes Leme, com capacidade para atendimento entre 40 e 50 variolosos²⁵⁹, possivelmente também não atendeu à demanda, pois, ao desativá-lo, a ordem presidencial foi para que fossem tomadas providências para *desinfectar as casas do acampamento, onde esteve o Hospital dos bexigentos, e pinta-las convenientemente*. Provavelmente tenham sido usadas as instalações da chácara, e agora na devolução estavam sendo desinfectadas e pintadas, orientação sanitária comumente

²⁵⁷ Ofício do Comandante das Armas de Mato Grosso ao Presidente da Província, Cuiabá, 5/11/1867. Documento avulso, Lata 1867-D, manuscrito, APMT.

²⁵⁸ Relatório da Vigararia Capitular de Mato Grosso, *A Situação*, 13/7/1877, microfilme, NDHIR.

²⁵⁹ Ofício do Quartel do Comando das Armas interino de Mato Grosso ao Presidente da Província, Cuiabá, 17/julho/1867. Documento avulso, Lata 1867-D, manuscrito, APMT.

utilizada em locais epidêmicos. Se a utilização tivesse se circunscrito ao galpão construído para tal, possivelmente ele tivesse sido queimado quando da desativação das instalações.

Todas essas providências demonstram que o avolumamento da epidemia, que foi imprevisível foi exigindo soluções que, muitas vezes, não estavam ao alcance de uma pequena cidade em tempo de guerra mas que houve um esforço no sentido oferecê-las. Escapam ao historiador de hoje qualquer possibilidade de construção, cuja pretensão incluía descrever as providências e medidas, mesmo porque elas devem ter escapado a qualquer parâmetro da época.

A criação do Hospital Provisório tem uma característica diferenciadora fundamental em relação ao dos indigentes, sua direção é composta por dois cargos: um oficial como Diretor e um Médico para os *serviços sanitários*²⁶⁰, pressupondo que ele destinou-se ao tratamento, à cura dos praças, portanto ele não se destinava aos oficiais. E foi esta a razão do Tenente Coronel Portocarrero enviar no dia 9 de agosto de 1867, com a epidemia já alastrada, um ofício reservado ao presidente da Província comunicando que,

Existindo nesta guarnição grande número de oficiais que se achão com parte de doente em casa, sobre os quaes não posso tomar medida alguma repressiva, a vista das ordens que há, entretanto que fazem falta esses oficiais ao serviço dos corpos, rogo por isso a V.Exa. haja de ordenar que sejam tratados no Hospital militar, todos os oficiais que derem parte de doente em quaes quer condição, inclusive aquelles que ora se achão considerados doentes em suas casas, por ser o unico meio pelo qual se poderá reprimir o uso abusivo dessas partes de doentes.²⁶¹

A análise deste texto permite a dedução de que alguns oficiais estariam *usando* uma doença inexistente como artifício para evitar o contato com bexigosos, e também que o hospital militar, além de local de atendimento ao doente, constituía-se também em instrumento de repressão e controle. Reforça essa hipótese outros documentos, como o termo da conferência realizada no dia 4 de dezembro de 1867 sobre três militares que necessitariam, segundo o laudo, de convalescência fora da capital²⁶², o que remeteria à idéia de que a cidade é o lugar da doença e o campo, o da saúde, além de informar sobre

²⁶⁰ Quartel do Comando das Armas interino de Mato Grosso ao Presidente da Província, 17 de julho de 1867, APMT, Lata 1867-D, manuscrito.

²⁶¹ Ofício reservado do Comandante das Armas de Mato Grosso ao Presidente da Província, Cuiabá, 9/08/1867. Documento avulso, Lata 1867-D, manuscrito, APMT.

²⁶² Ofício do Comandante interino das Armas em Mato Grosso ao Presidente da Província, Cuiabá, 04/12/1867. Documento avulso, Lata 1867-C, manuscrito, APMT.

o Corpo, Companhia e Posto a que o soldado pertence, nome completo, idade, naturalidade, moléstia ou defeitos físicos que tem ou teve, além do parecer dos três facultativos que assinam o referido laudo.

A documentação referente ao Hospital Militar durante a epidemia, que é quantitativamente significativa, informa sobre providências e evidencia práticas que caracterizaram a estrutura, funcionamento e sentido desse estabelecimento, como demonstram os ofícios do Comandante interino das Armas da Província de Mato Grosso ao presidente da Província durante a época da varíola: a designação do Dr. Dormevil José dos Santos Malhado para tratar dos praças com bexiga; *criação de uma enfermaria anexa ao Hospital Militar e em tudo dele dependente estabelecida no Quartel do largo da Sé para tratamento das praças que adoecerem, menos de bexiga*; informação do conserto e aluguel de uma igarité para transportar praças para tratamento no hospital; construção de um galpão para tratamento de 40 a 50 praças na chácara cedida pelo Major Pedro Dias Paes Leme; gratificação ao ajudante de farmácia João Paulino de Araújo devido ao excesso de trabalho; a nomeação do paisano Silvestre Pinheiro Paes Leme para o cargo de Amanuense; *ordem para desinfectar e pintar as casas onde funcionou o hospital dos bexiguentos*; remuneração dobrada para o enfermeiro-mor e enfermeiros; autorização de ampliação do hospital Militar que funcionava nas dependências da Santa Casa; encaminhamento ao Ministro Secretário d'Estado dos Negócios do Império do Balancete da receita e despesa do Hospital Provisório²⁶³.

Os recursos aplicados permitem propor que o Hospital Militar foi um local de cura e controle, na expectativa de que, recuperando a saúde do soldado, ele voltasse para seu posto. Pensar a disciplina enquanto uma técnica de exercício do poder, que passa inclusive pela distribuição espacial, vigilância perpétua e registro contínuo, com apoio em Foucault²⁶⁴, talvez possa revelar a especificidade do funcionamento deste hospital em época de epidemia.

O Mapa do movimento de entradas e saídas do Hospital Militar Provisório²⁶⁵ encaminhado ao Presidente da Província, relatando o movimento desse hospital,

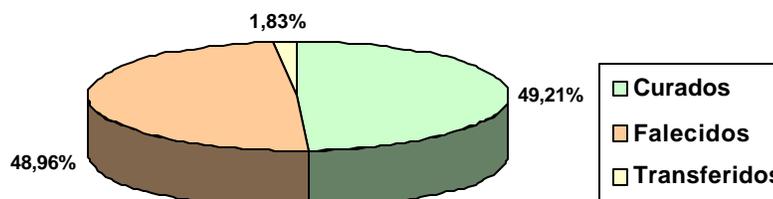
²⁶³ Tais providências podem ser localizadas nos Ofícios expedidos pelo Comandante interino das Armas em Mato Grosso ao Presidente da Província, Cuiabá, durante os meses de julho/novembro de 1867. Documento avulso, Lata 1867-D, manuscrito, APMT.

²⁶⁴ FOUCAULT, Michel. O nascimento do hospital. In: *Microfísica do poder*, op. cit., pp.105 - 107.

²⁶⁵ Mapa do movimento de entrada e saídas do Hospital Militar Provisório, Acampamento Couto Magalhães, Cuiabá, 01/11/1867. Documento avulso, Lata 1867-D, manuscrito, APMT.

informa que no período de funcionamento, entre 17 de julho e 28 de outubro de 1867, o Hospital atendeu um total de 828 pacientes, sendo que 403 foram curados, 410 faleceram e no fechamento 15 foram transferidos para o Hospital Militar. Estes dados numéricos são importantes, tais como os referentes aos indigentes, por indicarem a possível mortalidade entre os praças que foram atendidos no Hospital. As informações possibilitaram a elaboração do gráfico número 8 apresentado a seguir:

Gráfico nº 8
Movimento do Hospital Militar Provisório
(17/julho a 28/outubro/1867)



Fonte: Mapa do movimento de entrada e saídas do Hospital Militar Provisório, Cuiabá, 01/11/1867. Documento avulso, Lata 1867-D, manuscrito, APMT.

Embora a mortalidade também seja alta, usando-se o mesmo parâmetro da análise da mortalidade dos indigentes, possivelmente a proximidade da vida em caserna tenha aumentado o número de soldados contagiados, e, ainda assim, um Hospital preparado com as condições da época em tempo de epidemia tenha contribuído para que a mortalidade, embora alta, 50%, fosse menor que a do Lazareto, de 60%, cujos indícios não apontam para um local de cura, mas sim de isolamento.

2.2.5. A família na cidade epidêmica

Como os homens viveram a *ocasião da varíola*?

A expressividade da utilização de expressões para designar o momento, como *quadra morbosa*, *flagelo*, *horrível epidemia*, *medonha epidemia* e outras, dão conta de um período que, certamente, foi uma experiência apavorante, momento de dor e de medo.

A afirmação feita por Jacques Revel e Jean-Pierre Peter, ao considerar que, *tudo aquilo que emana da vida e do sofrimento do corpo questiona uma inteligibilidade da ordem do mundo marcado por Deus ou pelo destino*²⁶⁶ não pode ser descartada, e com certeza contribui para encontrar respostas, desde que também seja considerada a multiplicidade de formas como cada um viveu a dor.

Ao passar pela *quadra* da bexiga, o passado se faz presente e dá conta da especificidade desta cidade, onde a presença militar é marcante. Apesar da característica *marcadamente heterogênea da população, composta de homens e mulheres brancos, negros, indígenas e mestiços*²⁶⁷, a proximidade dos segmentos sociais evidencia características diferenciadoras.

Tudo isso está presente em uma conjuntura marcada pela Guerra contra o Paraguai (1864/70), com dificuldade de abastecimento, devido à enchente do Rio Cuiabá (1865) que destruiu uma parte do bairro do Porto, e também à dificuldade de comunicação com outros centros abastecedores.

Contudo, Cuiabá não é a cidade do caos, é a cidade que muda as regras e passa por um reordenamento para viver/morrer a varíola. Para analisar o que foi vivenciar a epidemia, a família epidêmica torna-se uma instância privilegiada.

Pensar como a família enfrentou a epidemia, implica em situá-la no contexto de dificuldades daquele momento agora aguçado pela varíola que, conhecida e temida como uma doença pestilencial que dizimava e causava grandes sofrimentos, colocava a cidade em estado de pânico.

Possivelmente teria ocorrido, durante o surto, uma certa tendência a reforçar a convivência no espaço privado, sendo a família o centro privilegiado deste espaço. Essa afirmação apoia-se no fato de que o atendimento nos Hospitais e Lazareto destinava-se a uma faixa específica da população, militares e indigentes; também em indícios que informam ter havido por parte de alguns militares tentativas de forjar doenças para não comparecer ao quartel, provavelmente querendo afastar-se da possibilidade de contágio, e finalmente em informações de que funcionários públicos abandonaram seus postos, ausentando-se da cidade com suas famílias.

²⁶⁶ REVEL, Jacques, PETER, Jean-Pierre. op. cit. p. 145.

²⁶⁷ PERARO, Maria Adenir, op. cit., p. 131.

O próprio atendimento de alguns variolosos teria reforçado a convivência familiar. Dona Antônia Rodrigues das Neves na noite anterior ao seu falecimento, *por encontrar-se em perigo de morte e quase sem sentidos proveniente da epidemia de varíola que então reinava*, recebeu em sua casa, situada na rua da Mandioca, o sacramento da extrema unção, ministrado pelo padre José Joaquim dos Santos Ferreira, a convite do seu marido, o Capitão José Pinto Gomes²⁶⁸. Portanto, um exemplo de alguém que, ao ficar doente, contou com a proximidade da família.

Moutinho contribui para reforçar essa possibilidade de viver em família a doença e a morte, ao afirmar que, em sua casa, 20 pessoas ficaram doentes e apenas duas, não infectadas, cuidaram das demais, e que até para pessoas abastadas estava difícil cuidar dos enfermos em casa... *Éramos forçados a fazer toda a sorte de serviços, e tanto o rico como o pobre gemiam sob o peso da mesma miséria...[...] Em poucos dias perdemos um cunhado, duas escravas, duas agregadas, e finalmente um filho...*²⁶⁹

Portanto, uma parcela da população constituída de pessoas livres independente da condição econômica e jurídica viveram/morreram contando com a estrutura familiar que, embora abalada, via-se na contingência de dar conta de seus doentes assumindo as providências e tomando as decisões necessárias, o que implicou em assimilar as alterações das práticas cotidianas, a exemplo das de enterramento.

Em Cuiabá, quando a epidemia de varíola surgiu, havia dois cemitérios onde se efetuavam os sepultamentos: o Cemitério de Nossa Senhora da Piedade que pertencia à Freguesia da Sé ou 1º Distrito, e o de Cemitério de Nossa Senhora das Dores onde eram enterrados os fregueses do 2º Distrito ou São Gonçalo de Pedro II. A prática de enterramento cristã

obedece a uma liturgia em que se sucedem toaletes fúnebres, velório em torno do defunto, colocação de ataúde e enterro. As lágrimas, as palavras em voz baixa, a lembrança das recordações e arrumação da câmara mortuária, as orações, o cortejo final, a presença dos parentes e dos amigos: elementos constitutivos de um rito de passagem que se deve desenrolar na ordem e na decência²⁷⁰

Delumeau se refere a costumes e valores presentes no inconsciente coletivo e que, por isso, também tinham sentido em Cuiabá. Acontece que a partir do momento que o

²⁶⁸ Certidões de óbitos, 1866/1919, Caixa 97, manuscrito, ACMC

²⁶⁹ MOUTINHO, op. cit., p. 102:103.

²⁷⁰ DELUMEAU, Jean. op. cit. p. 123

primeiro varioloso morreu, tudo isso foi interrompido, e os enterramentos passaram a ser feitos inicialmente no campo²⁷¹, e depois no Cemitério Nossa Senhora do Carmo, entrando em vigor as regras de enterramento de tempo de epidemia. A crença na exalação dos miasmas mórbidos e a possibilidade de contágio faziam com que os enterros fossem realizados à noite, sem acompanhamento, às vezes em covas coletivas, nem sempre com a profundidade indicada, não havendo clérigos para ministrar os sacramentos para todos.

A família entregava o parente varioloso morto à polícia, seguindo as exigências regulamentares de época de epidemia, e talvez sentisse um certo alívio, uma vez que o morto continuava sendo um perigo de contágio, além de possivelmente existirem outros doentes que continuavam exigindo os cuidados dos demais familiares.

O papel assumido pelos familiares ao tomar atitudes e providências talvez contribua para entender afirmações como a de que *as afeições naturais – que faz que o pai se sacrifique pelo filho, o filho pelo pai, o esposo pela esposa, o irmão pelo irmão... tinham-se afrouxado... Imenso era o terror!*²⁷²

No relato de Moutinho, em várias passagens, ele revela culpa e arrependimento por não ter acompanhado até o cemitério o corpo de seu filho que morreu de varíola, embora tendo pago para que o filho tivesse uma cova individual. Moutinho não a localizou posteriormente, e diante das informações das condições em que ocorriam os sepultamentos no Cemitério de Nossa Senhora do Carmo, o cronista culpa a si e também às autoridades por seu filho não ter tido um enterro cristão.

A epidemia trouxe um desordenamento na medida em que práticas e padrões de comportamento foram abandonados e substituídos por um reordenamento que implicou na adoção de novos padrões, ou seja de regras de tempos de epidemia. Esse tempo de exceção forçado pela epidemia deixa marcas profundas, pois os padrões substituídos são os que dão identidade e sentido à vida da sociedade epidêmica.

E nesse sentido, a instância familiar é o local privilegiado para ilustrar o impacto dessas transformações. Em um primeiro momento, foi a família que tomou as atitudes, e depois de passado o impacto, ela, portanto pai, a mãe, os irmãos que sobreviveram, choraram,

²⁷¹ Expressão genérica que localiza o sepultamento fora da cidade e do cemitério de doenças não contagiosas.

²⁷² O Porvir, Cuiabá, 1º de janeiro de 1878, microfilme, NDIHR.

se arrependeram, mas sobretudo tiveram que conviver com a lembrança do momento epidêmico em que as relações foram alteradas.

Contudo, parece que vivenciar a varíola em família não foi só dor, mas também inventar formas de superar esta dor. Uma pista é fornecida pelo ofício que a Tesouraria da Fazenda encaminhou em novembro de 1867, comunicando ao presidente da Província que *as mulheres para as quais V.Ex.^a incumbiu-me de alugar uma casa, têm-se tornado indignas da proteção de V.Ex.^a, visto levarem uma vida publicamente depravada, imoral, passando inteiras noites em completa orgia resultando brigas e escandalosas controvérsias, que muito incomodam aos moradores vizinhos.*²⁷³.

Estas mulheres de vida *depravada e imoral* tinham sua casa freqüentada por homens solteiros ou casados em época de epidemia, desmontando a idéia que a varíola pudesse ter trancado cada família dentro de suas casas. Mesmo tendo havido uma possível intensificação do convívio familiar, as possibilidades de superar este momento de dor são múltiplas e escapam a qualquer tentativa de generalização.

Procurando outras possibilidades de superação da dor, podem oferecer outra pista as reflexões feitas por Maria Adenir Peraro em tese já citada, ao demonstrar os batizados de filhos legítimos e ilegítimos na Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, no período de 1853 a 1890. Chama a atenção o fato de que os batizados registrados em 1868, e portanto a princípio, mas não necessariamente, de crianças concebidas durante a varíola, apresenta uma diminuição que passa quase despercebida, ou seja, de 199 batismos em 1867, para 185 em 1868²⁷⁴. Em função da mortalidade alcançada, e mesmo questionando a informação de Moutinho, para quem ela foi de 50%, era de esperar uma diferença maior. Fica assim constatado um provável indício de que teria ocorrido uma intensificação das relações e um aumento dos nascimentos por família e, como registrado pela autora, a partir desse ano o nascimento de crianças ilegítimas supera o das legítimas, o que possibilita pensar que a epidemia de varíola não alterou um padrão de comportamento já observado e que possivelmente foi solidificado posteriormente à sua ocorrência.

²⁷³ Ofício da Tesouraria da Fazenda à Presidência da Província, Cuiabá, 17/11/1867. Documento avulso, Lata 1867-B, manuscrito, APMT.

²⁷⁴ PERARO, Maria Adenir, op. cit., p. 182

Ou seja, a epidemia de varíola não impediu que os homens e mulheres, durante sua vigência, continuassem se relacionando através de uniões sacramentadas pela Igreja, dando origem a filhos legítimos ou, em uniões consensuais, propiciando o nascimento de filhos ilegítimos.

Capítulo III

Cuiabá coberta com o manto da misericórdia: sobreviver após a epidemia

Moutinho, ao descrever a epidemia de varíola presenciada por ele e, profundamente consternado pelas perdas e sofrimento que vivenciou, apresentou a explicação que para os homens e mulheres daquele momento parecia convincente: as pessoas haviam perdido a fé na ciência e nos efeitos da vacina, restava recorrer a Deus²⁷⁵. Essa atitude perante a doença apontada pelo cronista revela desde a antiguidade e até mesmo hoje a dificuldade em se estabelecer a fronteira entre o saber científico e a crença no sobrenatural, no divino. O corpo doente é um espaço mediatizado hoje cada vez mais pelo Estado,²⁷⁶ mas no século XIX, no mundo cristão e, portanto, também em Cuiabá, um peso considerável foi atribuído às explicações com base na interpretação bíblica.

Giovanni Berlinguer, avançando na análise da explicação cristã para as doenças, ressalta que no Antigo Testamento a doença estava sempre associada à presença de um Deus vingador que agia através do anjo exterminador ou mesmo pelos demônios como também no Novo Testamento, Jesus às vezes ligava a doença à presença do pecado mas que

no Evangelho de João (9:1-3) ao ver, por exemplo, um homem cego de nascença, e aos discípulos que lhe perguntava “Mestre, quem teria o pecado, ele ou seus pais, para que tenha nascido cego?. responde: “Nem ele pecou, nem os seus pais; ele será assim até que lhe sejam manifestadas as obras de Deus “. E o curou.

Destas concepções cristãs derivam por um lado o convite para suportar a doença como sacrifício e purificação, por outro o estímulo para cuidar dos doentes²⁷⁷.

Portanto Berlinguer reafirma a presença de um deus vingador, tantas vezes citado por Moutinho e analisado por estudiosos, mas acrescenta que também na religião cristã encontra-se a base da resignação e paciência para cuidar dos doentes e aceitar a doença como caminho para purificação.

²⁷⁵ MOUTINHO, op. cit. p. 101

²⁷⁶ Le Goff, Jaques. Uma História dramática. In: *As doenças têm doenças*, p. 7.

²⁷⁷ BERLINGUER, Giovanni. *A doença*, p. 31-32.

Possivelmente esta análise tenha ressonância no imaginário dos homens da *ocasião da varíola* como evidencia a fala do cronista:

E na verdade, tão grandes sofrimentos só podiam encontrar paradeiro se o Ente Supremo, suspendendo a sua cólera, quisesse cobrir com o manto de sua misericórdia essa cidade, sobre a qual pairava o anjo do extermínio como para experimentar a paciência dos homens, ou talvez aplicar-lhes um castigo cruel por passados crimes!²⁷⁸

E assim, quando a misericórdia divina estendeu seu manto sobre a cidade, nos primeiros meses de 1868, o anjo do extermínio retirou-se e os casos de varíola já em decréscimo desde outubro de 1867, foram se tornando cada vez mais raros, até a epidemia extinguir-se. A resignação e paciência da época da epidemia deveria agora ser aplicada na reorganização das vidas.

Concordando com Jacques Revel²⁷⁹ quando afirma que a doença causa desorganização e reorganização social, objetiva-se aqui neste capítulo procurar descobrir evidências de, como, passada a epidemia, aconteceu a reorganização social. A utilização desse termo, *evidências*, traça os limites do objetivo deste capítulo, uma vez que a reorganização pode implicar em alterações profundas que demandem uma análise de médio ou longo prazo, e considere que parte das alterações provocadas pela guerra contra o Paraguai e pela epidemia de varíola possivelmente estariam relacionadas.

A administração provincial, diante dos efeitos da varíola, preocupou-se com a possibilidade de ocorrer uma outra epidemia em seguida, como acreditavam que era costume acontecer. Em função dessa preocupação, o Presidente da Câmara Municipal fez uma consulta à Delegacia do Corpo de Saúde do Exército e o Dr. Francisco Antônio de Azevedo como Delegado Interino, respondeu elaborando um relatório sobre o tifo e a relação da febre tifóide com as doenças pestilenciais e sugerindo as medidas preventivas. Também considerando que chegara *a quadra das febre paludosas*, o Dr. Dormevil José dos Santos Malhado também médico militar, foi destacado para estabelecer quarentena no Ponto do Cassange, localizado na margem direita do rio Cuiabá, impedindo, dessa forma, a passagem de pessoas que fossem suspeitas de serem portadores da cólera asiática.

²⁷⁸ Moutinho, op. cit., p. 101

²⁷⁹ REVEL, Jacques e PETER, Jean-Pierre. *O corpo: o homem doente e sua história*. In: Le Goff, Jacques e Nora, Pierre (orgs.) *História: novos objetos*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976, p.144.

Embora em outros momentos, na eminência da província ser atingida por doenças que existiam em outros lugares do Império, também tenham sido elaborados regulamentos prevendo medidas profiláticas e de controle²⁸⁰, nesse momento de reorganização houve uma efetivação das medidas, a exemplo da quarentena. Os pontos militares que eram originalmente locais de defesa militar agora, como *portões de entrada*, continuavam com esta função, mas o aparato - força repressiva, e os recursos humanos, como médicos, enfermeiros e soldados - passou a servir também na defesa contra outro inimigo, o homem doente.

Ao encerrar o ofício, usando *cautela*, o Dr. Francisco Antonio de Azevedo deu sua opinião sobre *as exalações pútridas* que existiam na cidade de Cuiabá e sugeriu que fossem tomadas providências,

ao menos essa asquerosa Prainha, de certo mui insalubre, tornar-se-a oportunamente na rua pitoresca e agradável pela plantação de arvores frondosas convenientemente alinhadas aos lados desse córrego, que bem canalizado entre dois formosos cais, e pequenas pontes tornar-se-á a rua de recreio, contanto que vigilantes sentinelas impeçam dia e noite a lançar-se nesse humilde deposito tanto lixo pútrido²⁸¹.

Portanto, continuava existindo uma distância considerável entre o discurso de higiene pública e a prática e alterações não puderam ser percebidas no momento subsequente à epidemia.

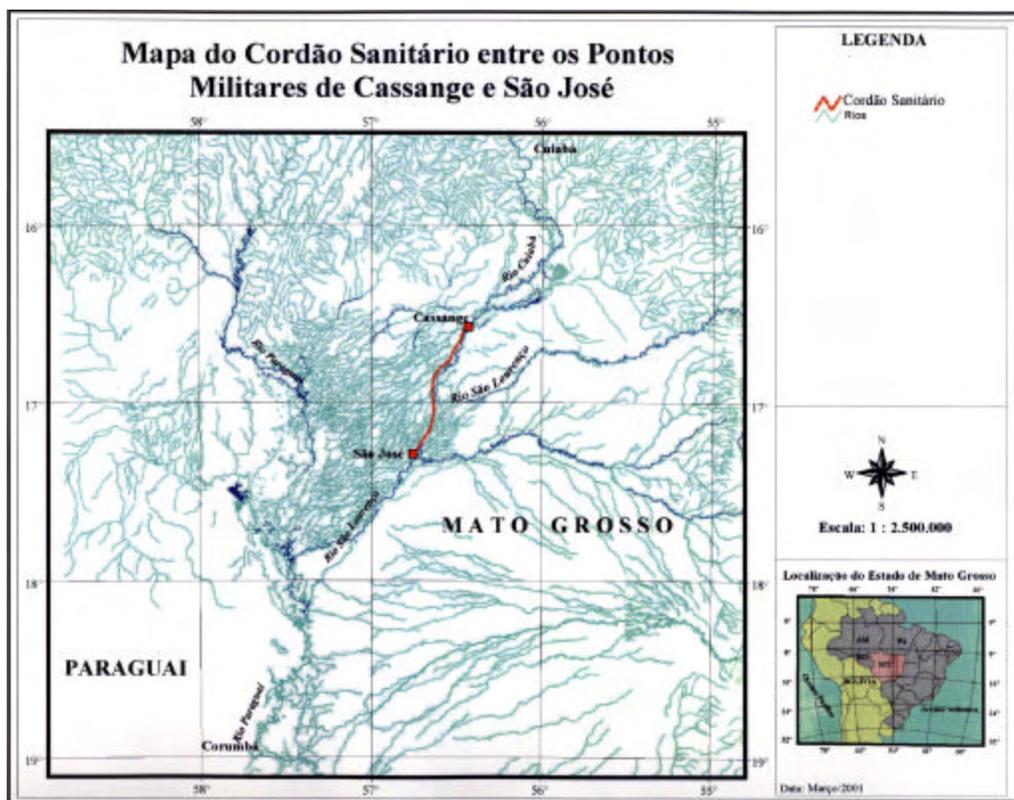
Além do estabelecimento no Cassange da quarentena, que objetivou impedir a entrada em Cuiabá de doentes de cólera asiática, outra medida tomada após a epidemia foi o estabelecimento de um cordão sanitário²⁸² entre os pontos militares de Cassange e São José, localizados na margem direita do rio Cuiabá e na esquerda do São Lourenço respectivamente, locais importantes do ponto de vista estratégico na comunicação com a capital.

²⁸⁰ A exemplo das *Instruções para a quarentena, que se vai estabelecer no Salto Augusto, ou regimen sanitário para preservar esta Província da invasão da chólera morbus, pelo lado do Pará e Amasonas, acompanhada da discripção dos symptomas da moléstia, do seo methodo curativo, e dos meios de desinfecção das pessoas e cousas*, elaborado pelo Dr. José Antonio Murinho, Provedor de Saúde Publica. Avulsos, Lata 1856-A, APMT, manuscrito.

²⁸¹ *Ofício da Delegacia do Corpo de Saúde do Exército*, 22 de abril de 1868 ao Presidente da Câmara Municipal desta Província, Lata 1868-A

²⁸² Conforme descrição elaborada pelo Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, encarregado do Serviço Sanitário dos Pontos de Cassange e São José no *Relatório do que diz respeito ao Ponto do Cassange*,

Mapa nº 2



Fonte: IBGE, DSG e *Relatório do que diz respeito ao Ponto do Cassange, do acampamento da Força em observação no mesmo Ponto, a sua enfermaria e finalmente ao cordão sanitário*. Documento avulso, Lata 1868-A, manuscrito, APMT.

Os cordões sanitários consistiam em um recurso bastante utilizado, sendo assim definidos por Marcia T.A.D. Siqueira: *Os cordões sanitários consistiam no isolamento da população afetada, em relação à população sã. Assim, tratava-se de colocar uma linha mais ou menos reforçada e considerável de homens vigilantes, dia e noite, quase sempre soldados, para evitar o contágio*²⁸³.

O cordão estabelecido na Província de Mato Grosso em 1868, parte da mesma idéia básica - separar, ou melhor, isolar o doente do não doente. No entanto, no Paraná e outros locais, os cordões sanitários eram estabelecidos na eminência do surgimento, ou mesmo durante uma epidemia. Este contudo, foi criado após a epidemia, fez parte das medidas de reorganização sanitária e foi uma medida preventiva para outras epidemias.

do acampamento da Força em observação no mesmo Ponto, a sua enfermaria e finalmente ao cordão sanitário. Documento avulso, Lata 1868-A, manuscrito, APMT.

²⁸³ SIQUEIRA, Marcia T.A.D. op. cit. p. 69.

No Relatório em pauta, o Ponto Militar do Cassange é descrito como insalubre, por ser pantanoso e local onde as febres eram endêmicas sendo preocupante que,

estragassem os bravos soldados que vieram defender um ponto ameaçado [...], e assegurar assim o sossego da população da capital. No entanto, os briosos defensores da honra Nacional, que mais de uma vez deram provas de sua coragem risonhos e cheios de vida ainda aguardam o momento feliz de dar uma lição de bravura aos encarniçados inimigos da causa Brasileira.

Quando descreve o acampamento, o Relatório começa pela localização de todas construções, tamanho de cada um, finalidade, em seguida demonstra como a área foi drenada e como foram aplicados os princípios sanitários. Lembrando as observações do médico militar, Dr. Francisco Azevedo, já citadas quanto à necessidade de tornar salubre a cidade de Cuiabá, é evidente que os princípios norteadores haviam sido colocados em prática no ponto do Cassange. Ou seja, quando o saber médico é consultado, mas não tem o poder de decisão, é diferente de quando o saber lhe possibilita a ocupação de um cargo que lhe dá o poder. O investimento feito na preservação da saúde do soldado que enfrentaria os *encarniçados inimigos da causa Brasileira* foi eficiente, embora tardio, uma vez que não foi colocado em prática antes da epidemia de varíola.

Na descrição sobre a enfermaria, os detalhes são impressionantes, desde o tamanho da enfermaria até a estrutura de toda construção, o material da rede dos doentes, a existência de mosquiteiro, a distancias entre uma e outra, as doenças mais comuns, febres intermitentes, sífilis primitiva, até a descrição das dietas alimentares.

A citação no Relatório do ponto de São José é breve, apenas com indicativo da localização e oficialização do cordão sanitário entre os dois pontos.

A análise de todo Relatório permite entender e também concordar com Foucault quando afirma que na Europa, no final do século XVII, as transformações técnicas nos armamentos passaram a exigir investimentos na formação do soldado, de tal forma que *Quando se formou um soldado não se pode deixa-lo morrer. Se ele morrer deve ser em plena forma, como soldado, na batalha, e não de doença.*²⁸⁴ Para que este objetivo fosse alcançado, o reordenamento do Hospital Militar se fez a partir de uma da tecnologia política de exercício do poder, a disciplina.

²⁸⁴ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*, p. 104.

No século XVIII, a criação de hospitais militares para atender o soldado doente foi parte da orientação administrativa portuguesa para sua Colônia americana²⁸⁵, e no século XIX, antes da epidemia, os documentos militares analisados evidenciam uma organização onde o poder disciplinar foi aperfeiçoado *como uma nova técnica de gestão dos homens*²⁸⁶. A diferença está no fato de que agora esta estrutura militar, com o Cordão Sanitário, e estabelecimento de quarentena, passou a assumir o papel de vigilância sanitária, com poder de ação, enquanto que até o momento do surgimento da epidemia lhe era reservada apenas o papel de consultor.

Mas para perceber a reorganização é preciso visualizar a desorganização causada pela epidemia. Em 1872, o relatório presidencial ainda se reportava à epidemia de varíola como a responsável pela diminuição da população que residia nas margens do rio Cuiabá e, embora *não sendo pescadores, propriamente ditos*, praticavam a pesca em época oportuna e vendiam o excedente. Contudo, *os pescadores de hoje estão, talvez, reduzidos à metade dos pescadores de então. Pouco mais ou menos calcule-se em 40 o seu número.*²⁸⁷

A Guerra contra o Paraguai e, especialmente, a epidemia de varíola, foram utilizadas no Relatório da Vigararia Capitular de Mato Grosso²⁸⁸, enviado ao Presidente da Província em 1877, como as razões das dificuldades vividas pelo Seminário da Conceição, ao ter *reduzido este florente viveiro de esperança para a Província, em um medroso e pavoroso antro*, quando além de ter causado a morte de professores também foi transformado em enfermaria para os soldados. A utilização desse argumento talvez tenha contribuído para convencer a administração imperial a destinar os recursos financeiros para finalizar a construção do Seminário, já paralisada há alguns anos, possibilitando algum tempo depois que um jornal cuiabano estampasse a notícia: *Estão terminadas as obras do Seminário Episcopal, por sem duvida o primeiro entre os muitos edifícios públicos desta Capital...*²⁸⁹

Enquanto alguns acusavam a epidemia de trazer prejuízos e a utilizavam para recuperar as perdas, para outros ela proporcionou distinções e honrarias pela sua atuação durante o

²⁸⁵ MACHADO, Roberto et. al. op.cit.p.122-123.

²⁸⁶ Id. ib., p. 105

²⁸⁷ Relatório do Presidente Francisco José Cardoso Júnior apresentado á Assembléia Legislativa Provincial na abertura da Sessão Ordinária em 3 de Maio de 1872. Acervo *Relatórios Falas e Mensagens Presidenciais*, LIVRO – 06, manuscrito ANO: 1873, APMT.

²⁸⁸ A Situação,13/7/1877, microfilme, NDIHR..

surto. O Ministro dos Negócios da Guerra em 6 de novembro de 1867 recomendava ao presidente da província,

*louvar e agradecer em nome do Governo Imperial ao Major do Corpo de Engenheiros Pedro Dias Paes Leme o ato de patriotismo e humanidade de que praticou cedendo gratuitamente a chácara que possui nas imediações dessa Capital para ali estabelecer-se um Hospital provisório destinado ao tratamento das praças afetadas de varíola....*²⁹⁰

Outros se sentiram merecedores de títulos e os requereram a exemplo do disposto nesse ofício:

*Levo às mãos de V.Ex^a o presente requerimento do Tambor do 2º Batalhão de artilharia a pé celestino Francisco Alves que pede ser condecorado com uma das Ordens do Império pelos serviços que prestou nesta Cidade na epidemia das bexigas. A vista dos documentos com que o suplicante instrui sua petição Sua Majestade o Imperador lhe deferirá como julgar conveniente*²⁹¹.

Embora no primeiro exemplo o louvor esteja sendo concedido a um homem de posses, no segundo, a condecoração foi requerida por um homem de origem simples, a julgar pela patente militar, assim como inúmeros requerimentos localizados reafirmam que muitos homens que sobreviveram à varíola almejavam o reconhecimento imperial e se sentiram merecedores de títulos e honras.

Na esfera pública, em todas instâncias, a epidemia de varíola também causou vazios que podem ter desencadeado alterações na tensão de forças que disputavam o poder provincial e, dessa forma, o reconhecimento imperial, uma medalha ou um título poderia fazer diferença.

Na esfera do privado, a família é o espaço privilegiado para perceber o comportamento das pessoas após o surto epidêmico. O espaço vazio deixado pela morte dos pais deu origem a uma grande quantidade de viúvos, viuvas e órfãos da varíola.

Uma parte desses órfãos, possivelmente, foi conduzida para alguém do círculo familiar, de acordo com uma prática já assumida em tempos anteriores, quando crianças

²⁸⁹ A Situação, 4/junho/1882, microfilme, NDIHR.

²⁹⁰ Ofício do Ministro dos Negócios da Guerra ao Presidente da Província de Mato Grosso, Rio de Janeiro, 06/11/1867. Documento Avulso, Lata 1867-A, manuscrito, APMT.

²⁹¹ Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso ao Conselheiro José Joaquim Fernandes Torres, Ministro e Secretario d'Estado, dos Negócios do Império. Cuiabá, 25/11/1867. Acervo: Livros da Secretaria do Governo da Província de Mato Grosso, nº 235, manuscrito, APMT.

ilegítimas eram encaminhadas para pessoas da própria família para serem criadas e educadas²⁹².

Contudo as crianças pobres foram alvos da preocupação do governo provincial, e no dia 5 de novembro, Joaquim Alves Ferreira Sobrinho respondia ao presidente da província:

Na posse do ofício que V.Ex^a se dignou expedir-me ontem., convidando minha fraca filantropia indagar e obter órfãos que a epidemia produziu afim de serem remetidos aos Arsenais de Guerra e Marinha, para ali depois de convenientemente educados se poderem tornar cidadãos úteis a si e ao pais, tenho a honra de responder a V.Ex^a que mui grata me é a confiança que V.Ex^a se dignou em me depositar²⁹³

As crianças pobres, desde a primeira metade do século XIX, eram encaminhadas para a Escola de Aprendizes do Arsenal da Guerra²⁹⁴, sendo portanto uma prática anterior à epidemia a disciplinarização da mão de obra através também da educação dessas crianças.

O fato dessa providência estar sendo tomada com a epidemia em curso evidencia que as autoridades tinham o controle da situação e que padrões e valores de outros tempos não foram abandonados, mas reforçados, a exemplo de quando o olhar da autoridade voltou-se para o maior contingente de órfãos já produzido em um período tão curto quanto o da epidemia. Também evidencia que essa era uma sociedade baseada na exclusão, em que os direitos de cidadão, aqueles a que o documento citado deveria estar se referindo, eram atribuídos a um grupo de pessoas privilegiadas, ou seja, o que tinha liberdade e propriedade. Excluídos, portanto, não só os escravos, mas também os pobres livres entre os quais possivelmente, localizavam-se os órfãos da varíola, em pauta.

Em relação aos viúvos e viúvas da epidemia, parece existir um comportamento coletivo semelhante entre aqueles que a teriam superado, evidenciado em outros momentos e locais, e também em Cuiabá. Delumeau chega a afirmar que, após o fim das epidemias, *surgia a alegria ruidosa e se manifestava, antes mesmo que fosse sensato, o frenesi dos casamentos que todos os cronistas da peste anotaram, uns após outros*²⁹⁵

²⁹² Sobre esta questão ver PERARO, Maria Adenir., op. cit., especialmente o Capítulo: O princípio da fronteira e a fronteira de princípios.

²⁹³ Correspondência de Joaquim Alves Ferreira Sobrinho ao Presidente da Província de Mato Grosso, Cuiabá, 05/11/1867. Documentos Avulsos, Lata 1867-C, manuscrito, APMT.

²⁹⁴ A disciplinarização da mão de obra da criança pobre através dessa escola é o objeto de estudo de CRUDO, Matilde Araki. *Os aprendizes do Arsenal de guerra de Mato Grosso: trabalho infantil e educação (1842-1899)*. Cuiabá: 1999. Tese (Doutorado em Educação) Instituto de Educação, UFMT.

²⁹⁵ DELUMEAU, Jean. op. cit., p. 150

Nesse mesmo sentido, em um outro contexto, ao analisar as epidemias na Europa medieval, George Duby afirma que entre um surto e outro, [...] *a vida recomeçava ainda com mais intensidade. Durante os anos de peste, os arquivos dos notários ficam repletos de testamentos e, logo que a doença entra em remissão, de contratos de casamentos.*²⁹⁶

A respeito, em Cuiabá, Moutinho observa admirado:

Ainda vertiam sangue as chagas abertas pelos tristes acontecimentos que narramos, ainda era pesado o luto - quando Cuiabá apresentava um aspecto, a nosso ver, mais doloroso que o do passado.

[...]

As vítimas da epidemia foram logo esquecidas, e sobre suas sepulturas ainda revoltas - erguião os banquetes de bódas.

A cidade estrondeava ao estampido de bombas e foguetes, levantados ao ar em festejos de dezenas de casamentos...²⁹⁷.

O universo observado por Moutinho certamente é o limitado pelos casamentos oficiais, reconhecidos pela Igreja e que representavam, de acordo com as análises realizadas por Maria Adenir Peraro, as uniões que davam origem a aproximadamente metade dos nascimentos das 9820 crianças cujos batizados foram registrados na Paróquia do Senhor Bom Jesus de Cuiabá entre 1853 e 1890²⁹⁸

Mesmo considerando essa limitação, a informação de Moutinho tem ressonância quando confrontada com outra fonte, a tabela abaixo, cujas informações apontam dois possíveis indícios: aumento das uniões oficiais bem como das uniões consensuais e aumento da fertilidade da população sobrevivente, considerando que, apesar da mortalidade causada pela epidemia, no primeiro ano subsequente a ela houve diminuição pequena no número de batizados, para no ano seguinte ser registrado o segundo maior total anual da série.

²⁹⁶ DUBY, Georges. *Ano 1000 ano 2000*, p. 86

²⁹⁷ MOUTINHO. op. cit., p. 109

²⁹⁸ PERARO, Maria Adenir, op. cit. p.

Tabela N° 4

BATIZADOS DE LEGÍTIMOS E ILEGÍTIMOS: PARÓQUIA SENHOR BOM JESUS DE CUIABÁ: 1862-1872

ANO	LEGÍTIMOS		ILEGÍTIMOS		TOTAL
	absoluto	%	Absoluto	%	
1862	131	51,4	124	48,6	255
1863	119	51,5	112	48,5	231
1864	144	59,7	97	40,3	241
1865	195	61,1	124	38,9	319
1866	139	56,5	107	43,5	246
1867	110	55,3	89	44,7	199
1868	92	49,7	93	50,3	185
1869	127	42,5	172	57,5	299
1870	111	48,7	117	51,3	228
1871	113	46,3	131	53,7	244
1872	94	51,9	87	48,1	181

Fonte: PERARO, Maria Adenir. *Farda, saias e batina: a ilegitimidade na Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá (1853-1890)*. Curitiba: 1997. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, UFPR., p.

Considerando as evidências demonstradas, seria possível afirmar que a epidemia de varíola em Cuiabá, na esfera do privado, provocou vazios, devido à ausência provocada pelas perdas humanas, para, em seguida, oportunizar um reordenamento das relações familiares caracterizadas por um incremento de casamentos, de uniões consensuais, bem como de nascimentos.

Considerações Finais

Em 1867 a Província de Mato Grosso, mas especialmente Cuiabá, sua capital, foi atingida por um epidemia de varíola que ceifou milhares de vida em cidades *pequenas*, e as vezes ainda menores, *pacatas e pobres*. Os contágios que deram origem a um outro tempo, a *ocasião da varíola*, aconteceram durante a participação do contingente militar mato-grossense no episódio da Retomada de Corumbá, na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Na volta para Cuiabá já existiam variolosos e o caminho de ida que levou os soldados para o cumprimento do dever e a libertação da Pátria transformou-se em *caminho da varíola*. A epidemia aconteceu primeiro entre as forças militares, mas à medida que os *heróis da pátria* camuflando os *emissários da peste* foram chegando em casa, os homens e mulheres que os receberam, passaram a viver um tempo de guerra e de peste em uma cidade de fronteira. Era mesmo outro tempo....

Outro tempo, porque tinha mais dor, mais gemidos, mais saudade, e mais Deus. Parecia que Ele estava irado e seu emissário o anjo do extermínio, incansável na sua missão, recolhia inocentes e pecadores. Alguns entenderam, outros não. Alguns aceitaram, outros não. Alguns O sentiram, outros não. Mas todos viveram a epidemia, morrendo ou sobrevivendo, cada um como pode ou foi possível. Mas a epidemia, por Deus ou não, foi acrescentada à cidade e à vida das pessoas e assim a vida que era muito mais que a varíola continuou, não como antes, mas continuou.

Pelo *crepe mortuario*, que cobria a cidade, passava luz, vida, alegria, desejo, dor e também a morte. As razões que davam sentido à vida das pessoas continuaram presentes, às vezes abaladas, às vezes mais arraigadas, e a possibilidade da eminência da morte parece ter feito surgir com mais vigor a vontade de viver. Era um tempo de epidemia, em um tempo de guerra, marcado por múltiplas possibilidades e cada um fez ou não fez, ou fez parte do seu caminho e continuou por caminhos já feitos, ou descaminhos?

E a medida que o tempo passava, todos falavam e as vezes escreviam, uma versão da dor e da vida. Nenhuma se encaixava com o sentimento de todos, era como se cada um e apenas ele pudesse falar da *sua ocasião da varíola*. Quem os autorizou a falar,

escrever e contar em nome dos homens e mulheres que viviam a experiência única de passar pelo limiar do perigo?

A vida continuou, o anjo da morte, talvez satisfeito, retirou-se e Deus cobriu agora a cidade com o manto da misericórdia. Era preciso encerrar a *ocasião da varíola*. Como? À noite os pesadelos, de dia as cicatrizes nos rostos dos amigos, parentes e sempre, a saudade, o medo do retorno do anjo do extermínio, o arrependimento, sempre as cenas de dor...

Mas as forças compeliavam a continuar a vida, era preciso, havia razões....

Fontes

1. Fontes Manuscritas

1.1. Arquivo da Cúria Metropolitana da Cuiabá

A. Atestados

- Atestado assinado pelo Padre José Joaquim dos Santos Ferreira pela morte de D. Antonia Rodrigues das Neves. Cuiabá, 22/07/1878.
- Atestado assinado pelo Padre Luiz Ignácio Coelho pela morte de D. Maria Crescencia. Cuiabá, 02/09/1870.
- Atestado assinado pelo Cônego João Leocádio da Rocha pelo falecimento de D. Maria da Conceição Pereira da Matta. Cuiabá 01/03/1871.
- Atestado assinado pelo vigário, Cônego Antônio Henriques de Carvalho Ferraz da paróquia de São Gonçalo de Pedro 2º, pela morte de André Seixas Pereira dos Guimarães. Cuiabá, 30/04/1886.
- Atestado datado de 01/02/1870, assinado pelo Padre Antônio Henriques de Carvalho Ferraz pela morte da Srª Mariana Luísa Ferro. Cuiabá, 09/1867.
- Termo assinado pelo Coadjutor Jacintho Ferreira de Carvalho atestando sobre o sepultamento de Bonifácia. Cuiabá, 13/10/1867.
- Ofício enviado por Antônio Guedes ao Bispo avisando do restabelecimento do último enfermo acometido por bexigas e dos que faleceram e estão enterrados no campo. Forte de Coimbra, 02/09/1860.

B. Correspondência

- Padre Benedito d'Araujo Filgueira noticia a morte do negociante de 28 anos, Sebastião Ribeiro Galvão. Cuiabá, 13/04/1880.

C. Registros Paroquiais. Livros de Registro de Óbitos.

- Livro de Registro de Óbitos. Paróquia do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, s/n, 01/03/1865 a 31/08/1867.
- Livro de Registro de Óbitos. Paróquia do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, s/n, 01/09/1867 a 17/04/1873
- Livro de Registro de Óbitos. Paróquia do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, s/n, 19/04 a 28/08/1875

1.2. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso

A. Livros da Secretaria do Governo da Província de Mato Grosso.

- Livro 202. Ofício do Presidente do Tribunal do Tesouro Nacional, Zacarias de Goés e Vasconcelos em 04/11/1867 ao Inspetor da tesouraria da Província de Mato Grosso.
- Livro 202. Ofício do Presidente do Tribunal do Tesouro Nacional, Zacarias de Góes e Vasconcelos, ao Inspetor da Tesouraria da Província de Mato Grosso em 26/11/1867.
- Livro 209. Ofício enviado ao Comandante Interino da Flotilha da Província de Mato Grosso, Capitão de Fragata Antonio Claudio Soido pelo Doutor José Vieira Couto de Magalhães. Cuiabá, 08/06/1867.
- Livro 210. Ofício dirigido ao Inspetor Geral do Instituto Vacinico Doutor Jacinto Rodrigues Pereira Reis, pelo Doutor José Vieira Couto de Magalhães. Cuiabá, 16/07/1867.
- Livro 210. Ofício enviado ao Presidente da Província de São Paulo pelo Dr. José Couto de Magalhães. Cuiabá, 20/09/1867.
- Livro 211. Ofício do Doutor José Vieira Couto de Magalhães enviado ao Diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 28/10/1867.
- Livro 211. Ofício do Doutor José Viera Couto de Magalhães ao Diretor do Arsenal de Guerra. Cuiabá, 05/11/1867.

- Livro 213. Ofício da Tesouraria da Fazenda. Cuiabá, 21/09/1867.
- Livro 213. Ofício da Tesouraria da Fazenda. Cuiabá, 30/09/1867.
- Livro 222. Ofício do Doutor José Vieira Couto de Magalhães ao Inspetor da Tesouraria de Fazenda. Cuiabá, 23/07/1867.
- Livro 222. Ofício do Doutor José Vieira Couto de Magalhães ao Inspetor da Tesouraria da Fazenda. Cuiabá, 01/08/1867.
- Livro 222. Ofício do Dr. José Vieira Couto de Magalhães ao Inspetor da Tesouraria da Fazenda. Cuiabá, 06/08/1867.
- Livro 222. Ofício do Dr. José Vieira Couto de Magalhães ao Inspetor da Tesouraria de Fazenda. Cuiabá, 19/08/1867.
- Livro 222. Ofício do Dr. José Vieira Couto de Magalhães ao Inspetor da Tesouraria de Fazenda. Cuiabá, 20/08/1867.
- Livro 222. Ofício do Dr. José Vieira Couto de Magalhães ao Inspetor da Tesouraria de Fazenda. Cuiabá, 21/08/1867.
- Livro 222. Ofício do Dr. José Vieira Couto de Magalhães. Cuiabá, 18/08/1867.
- Livro 222. Ofício do Dr. José Vieira Couto de Magalhães ao Inspetor da Tesouraria da Fazenda. Cuiabá, 07/10/1867.
- Livro 222. Ofício do Dr. José V. Couto de Magalhães ao Inspetor da Tesouraria de Fazenda. Cuiabá, 11/10/1867.
- Livro 222. Ofício do Dr. José Vieira Couto de Magalhães ao Inspetor da Tesouraria de Fazenda. Cuiabá, 17/10/1867.
- Livro 222. Ofício do Dr. José Vieira Couto de Magalhães ao Inspetor da Tesouraria de Fazenda. Cuiabá, 21/10/1867.
- Livro 222. Ofício do Dr. José Vieira Couto de Magalhães ao Conselheiro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra. Cuiabá, 20/09/1867.
- Livro 266. Ofício do Dr. José Vieira Couto de Magalhães ao Inspetor da Tesouraria de Fazenda. Cuiabá, 04/11/1867.
- Livro 225. Ofício do Dr. José Vieira Couto de Magalhães ao Doutor Chefe de Polícia. Cuiabá, 06/08/1867.

- Livro 227. Ofício do Inspetor Geral dos Estudos Joaquim Gaudie Ley, ao Presidente da Província Dr. José Vieira Couto de Magalhães. Cuiabá, 07/12/1867.
- Livro 228. Ofício do Dr. José Vieira Couto de Magalhães ao Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra. Cuiabá, 25/07/1867.
- Livro 112. Ofício do Dr. José Vieira Couto de Magalhães ao Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra. Cuiabá, 06/11/1867.
- Livro 229. Ofício do Dr. José Vieira Couto de Magalhães ao Comandante das Forças em Operações no Sul da Província. Cuiabá, 23/09/1867.
- Livro 235. Ofício do Dr. José Vieira Couto de Magalhães ao Conselheiro José Joaquim Fernandes Torres, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império. Cuiabá, 25/11/1867.
- Livro 235. Ofício do Dr. José Vieira Couto de Magalhães ao Conselheiro José Joaquim Fernandes Torres, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. Cuiabá, 28/11/1867.
- Livro 235. Ofício do Dr. José Vieira Couto de Magalhães ao Conselheiro José Joaquim Ferreira Torres, Ministro Secretário de Estado dos Negócios do Império. Cuiabá, 28/11/1867.

B. Relatórios, Falas, Discursos

- Relatório da Inspetoria de Saúde Pública assinado pelo Inspetor de Saúde Publica Dr. José Antonio Murtinho ao Presidente da Província Conselheiro Herculano Ferreira Pennna, dando um panorama do estado sanitário da Província e defendendo a manutenção de um lazareto em Corumbá. Cuiabá, 14/1/1863. Caixa 1863-D
- Discurso recitado pelo Exmo. Presidente da Província de Mato Grosso, Cônego José da Silva Guimarães. Cuiabá, 01/03/1841.
- Fala presidencial apresentada na sessão extraordinária pelo Presidente, Cônego José da Silva Guimarães. Cuiabá, 06/05/1841

- Discurso com que o Exmo. Presidente desta Província, Cônego José da Silva Guimarães, abriu a Sessão da Assembléia Legislativa Provincial. Cuiabá, 01/03/1842.
- Discurso com que o Exmo. Presidente desta Província, Cel. Zeferino Pimentel Moreira Freire, abriu a sessão da Assembléia Legislativa Provincial. Cuiabá, 01/03/1844.
- Discurso recitado pelo Exmo. Presidente da Província de Mato Grosso Ricardo José Gomes Jardim, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial. Cuiabá, 01/03/1845.
- Discurso recitado pelo Exmo. Presidente da Província de Matto Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Provincial. Cuiabá, 10/06/1846.
- Discurso recitado pelo Exmo. Presidente da Província de Mato Grosso, Capitão de fragata Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial. Cuiabá, 10/05/1851.
- Relatório do Vice-Presidente da Província de Mato Grosso, Tenente Coronel Albano de Sousa Osório, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial. Cuiabá, 03/05/1857.
- Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, José de Miranda da Silva Reis, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na abertura da sessão ordinária. Cuiabá, 03/05/1873.
- Fala com que o Exmo Sr. Gen. Hermes Ernesto da Fonseca abriu a 1ª sessão da 21ª Legislatura da Assembléia Provincial de Mato Grosso. Cuiabá, 03/05/1876.
- Relatório com que o Exmo. Senhor Dr. João José Pedrosa, Presidente da Província de Mato Grosso abriu a 2ª Sessão da 22ª Legislatura. Cuiabá, 01/10/1879.

C. Documentos avulsos

Lata 1856-A

- Instruções para a quarentena, que se vai estabelecer no Salto Augusto, ou regime sanitário para preservar esta Província da invasão do cólera morbus, pelo lado do Pará e Amazonas, acompanhada da descrição dos sintomas da moléstia, do seu método curativo e dos meios de desinfecção das pessoas e coisas, elaborado pelo Provedor da Saúde Pública da Província de Mato Grosso, Dr. José Antonio Murtinho. Cuiabá, 18/02/1856.
- Correspondência do Delegado de Policia de Diamantino, João Batista Prudêncio ao Chefe de Polícia da Província. Diamantino, 25/02/1856.
- Correspondência de Benedito José da Silva ao Delegado de Policia de Diamantino. Diamantino, 24/02/1856.
- Correspondência do Dr. Medardo Rivani ao Delegado de Policia de Diamantino, José Batista Prudêncio, 24/02/1856.
- Correspondência do Chefe de Policia da Província de Mato Grosso ao Delegado de Diamantino, José Batista Prudêncio. Cuiabá, 04/03/1856.
- Correspondência do Chefe de Policia da Província de Mato Grosso ao Presidente da Província, Augusto Leverger. Cuiabá, 04/03/1856.
- Correspondência da Tesouraria da Fazenda da Província de Mato Grosso ao Chefe de Polícia da Província. Cuiabá, s.d.

Lata 1863-D

- Relatório da Inspeção de Saúde Pública do Inspetor de Saúde Publica Dr. José Antonio Murtinho ao Presidente da Província Conselheiro Herculano Ferreira Penna. Cuiabá, 14/1/1863.

Lata 1867-A

- Ofício do Ministério dos Negócios da Marinha, Rio de Janeiro, ao Presidente da Província de Mato Grosso. Cuiabá, 01/11/1867.
- Ofício do Ministério dos Negócios da Marinha, Rio de Janeiro, ao Presidente de

Mato Grosso. Cuiabá, MT.

- Ofício do Ministério dos Negócios da Marinha, Rio de Janeiro, ao Presidente da Província de Mato Grosso. Cuiabá, MT.
- Ofício do 1º Tenente Felipe Orlando Short ao Presidente da Província Sr. Albano de Souza Osório. Cuiabá 26/01/1867.
- Ofício do 1º Ten. Com. Felipe Orlando Short ao Presidente da Província Dr. José Vieira Couto de Magalhães. 05/02/1867, Cuiabá, MT.
- Ofício do Ministério dos Negócios do Império, ao Presidente da Província de Mato Grosso. 16/10/1867, Rio de Janeiro.
- Ofício do Ministério dos Negócios do Império ao Presidente da Província. 21/10/1867, Rio de Janeiro.
- Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, Cuiabá, MT.
- Fala com que o Imperador D. Pedro II, abriu a 1ª sessão da 13ª Legislatura da Assembléia Geral Legislativa no dia 22/05/1867.
- Carta do Instituto Vacínico do Rio de Janeiro, de 21/11/1867, Rio de Janeiro.
- Fala com que o Imperador encerrou a Primeira Sessão da Décima Terceira legislatura de Assembléia Geral na dia 23/09/1867.
- Relatório da Câmara Municipal de Mato Grosso datado de 01/04/1867..
- Ofício da Câmara encaminhando Relatório ao presidente da província. 01/04/1867, Diamantino- MT.
- Ofício do Presidente da Província Dr. José Vieira Couto de Magalhães. 17/08/1867, Cuiabá.
- Relatório da Câmara Municipal da Vila de Nossa Senhora do Rosário, do ano de 1866.
- Ofício do Chefe de Polícia de Mato Grosso, Firmo José de Matos, ao Presidente da Província, Dr. José Vieira Couto Magalhães. 09/10/ 1867, Cuiabá.
- Ofício do Ministério dos Negócios do Império ao Presidente da Província, Dr. José Vieira Couto de Magalhães. 22/11/1867, Rio de Janeiro.

- Ofício do Ministério dos Negócios da Guerra ao Presidente da Província, Dr. José Vieira Couto de Magalhães. Cuiabá, MT.
- Ofício do Ministério dos Negócios da Guerra de 04/10/1867 ao Presidente da Província, Dr. José Vieira Couto de Magalhães. Rio de Janeiro.
- Ofício do Ministério dos negócios do império ao Presidente da Província em Mato Grosso. 21/11/1867, Rio de Janeiro.
- Ofício do Ministério dos Negócios do Império, ao Presidente da Província. 18/10/1867 Rio de Janeiro.
- Circular do Ministério dos Negócios da Guerra, de 19/06/1867, Rio de Janeiro.
- Ofício do Ministério dos Negócios da Marinha ao Presidente da Província de Mato Grosso. 23/10/1867, Rio de Janeiro.
- Correspondência do promotor da Primeira Comarca, Luís Alves da Silva Carvalho, ao Dr. Francisco José Cardoso Júnior. 24/11/1871, Cuiabá, MT.
- Ofício dirigido ao Diretor do Hospital Militar em Cuiabá, Major Nunes Anastácio Monteiro de Mendonça, pelo Primeiro Médico e Cirurgião de Brigadas do referido hospital, Francisco Antônio d'Azevedo, em 21/02/1866, Cuiabá, MT.

Lata 1867-B

- Ofício do 1º Tenente Felipe Orlando Short ao Comandante Tenente Balduino José Ferreira de Aguiar. Cuiabá, MT.
- Atestado expedido pelo Dr. Francisco Antônio d'Azevedo, em 07/04/1867, Cuiabá, MT.
- Portaria de 08/06 determinando a substituição do 1º Ten. Felipe Orlando Short por motivo de doença. Cuiabá, MT.
- Ofício do Diretor Geral do Instituto Vacínico, Jacinto Rodrigues Pereira, ao Presidente da Província de Mato Grosso, 30/01/1867. Cuiabá, MT.
- Ofício do Diretor Geral do Instituto Vacínico Jacinto Rodrigues Pereira ao Presidente da Província Dr. José Vieira Couto de Magalhães. Cuiabá, MT.
- Ofício do diretor geral do Instituto Vacínico no Rio de Janeiro, Jacinto Rodrigues Pereira ao Presidente da Província em 21/11/1867, Cuiabá, MT.

- Correspondência enviada pelo contador interino em Cuiabá Joaquim Timóteo Ribeiro ao Presidente da Província, em 30/09/1867, denunciando os coletores do mercado por abusos praticados e várias irregularidades. Cuiabá, MT.
- Ofício de Miguel Dias d'Oliveira ao presidente da Província em 20/08/1867, Santo Antonio do Rio Abaixo.
- Ofício de Manoel Peixoto de Azevedo ao Presidente da Província em 16/12/1867., Cuiabá, MT.
- Ofício do Capitão de Fragata, Comandante interino Antônio Cláudio Soido, ao Presidente da Província, Dr. José Vieira Couto de Magalhães, Cuiabá, MT.
- Ofício do Instituto Vacínico do rio de Janeiro ao Presidente da Província de Mato Grosso. 07/11/1867, Rio de Janeiro.
- Instruções do Instituto Vacínico com a indicação para o uso das lâminas e tubos de vacina. 1867, Rio de Janeiro.
- Ofício do chefe de Polícia, Firmo José Vieira de Mattos, ao Presidente da Província, Dr. José Vieira Couto de Magalhães, de 20/08/1967, Cuiabá, MT.
- Correspondência de José Joaquim de Carvalho de 04/04/1867 ao Presidente de Província, Dr. José Vieira Couto de Magalhães. S. Rafael, Bolivia.
- Carta do cirurgião dentista Alexis Morel ao Presidente de Província, Dr. José Vieira Couto de Magalhães, datada de 12/08/1867, Cuiabá, MT.
- Ofício do Major diretor do arsenal de Guerra, Luís Francisco Enriques, ao Presidente de Província, Dr. José Vieira Couto de Magalhães, de 13/08/1867, Cuiabá, MT.
- Ofício dirigido ao Presidente da Província, Dr. José Vieira Couto de Magalhães, pelo Coronel Hermenegildo d'Albuquerque Portocarrero, em 13/03/1867, Cuiabá, MT.

Lata 1867- C

- Ofício do coronel Hermenegildo Portocarrero ao Presidente da Província, em 03/10/1867, Cuiabá, MT.
- Ofício do Pe. Antônio Marques Santarém ao presidente da província em 26 de

novembro de 1867 Cuiabá, MT.

- Relação dos enterramentos havidos no cemitério de Nossa Senhora do Carmo desde a sua criação a 08/08/1867. Cuiabá, MT.
- Mapa semanal dos cadáveres sepultados no Cemitério de Nossa Senhora do Carmo, elaborado pelo Chefe de Polícia, Firmo José de Mattos; entre 19 a 25/08/1867. Cuiabá, MT.
- Ofício dirigido ao cirurgião-mor de Divisão, Dr. José Antonio Murinho, pelo primeiro cirurgião interino, Dr. Dormevil José dos Santos Machado, em 01/06/1866, Cuiabá, MT.
- Relatório do Major comandante do contingente do 6º Batalhão de Guardas Nacionais destacados em Vila Maria, João Carlos Pereira Leite, ao Tenente Coronel Comandante do Distrito Militar, Luís Benedito Pereira Leite, em 02/08/1867, Vila Maria, MT.
- Correspondência do comandante do Cassange ao Presidente da Província, em 13/06/1867, Cuiabá, MT.
- Relatório do Comandante do Distrito de Vila Maria, Luiz Benedito Pereira Leite, ao Presidente da Província, em 01/09/1867, Vila Maria - MT
- Ofício do Quartel da Cia de operários Militares do arsenal de Guerra ao Diretor do Mesmo Arsenal, Major Luis Francisco Henriques, em 30/12/1867,. Cuiabá, MT.
- Ofício dirigido ao Presidente da Província em 09/07/1867, Cuiabá, MT.
- Ofício do comando da Flotilha de Mato Grosso, em 03/08/1867, ao Presidente da Província,Cuiabá, MT.
- Ofício de Joaquim Alves Ferreira Sobrinho ao Presidente da Província em 05/11/1867,. Cuiabá, MT.
- Ofício ao Presidente da Província, enviado pelo Ten. do Corpo de Imperiais Marinheiros, Joaquim Francisco Chaves, em 25/03/1867, Cuiabá, MT.
- Ofício ao Comando de Flotilha de Mato Grosso ao Presidente da Província, em 01/08/1867, Cuiabá, MT.
- Ofício do Chefe de Polícia, Firmo José de Matos, ao Presidente da Província, Dr.

José Vieira Couto Magalhães, em 26/08/1867, Cuiabá, MT.

- Ofício do Inspetor do Arsenal de Marinha de Mato Grosso, Capitão Tenente Joaquim Francisco Chaves, ao Presidente da Província, em 19/08/1867, Cuiabá, MT.
- Ofício do Capitão de Fragata Antônio Cláudio Soido ao Presidente da Província, em 11/11/1867, Cuiabá, MT.
- Termo de inspeção feito no Arsenal da Guerra, em 09/11/1867 Cuiabá, MT.
- Ofício do Comando da Flotilha em Mato Grosso ao Presidente da Província em 12/08/1867, Cuiabá, MT.
- Ofício do Comando da Flotilha em Mato Grosso ao Presidente da Província em 14/08/1867. Cuiabá, MT.
- Ofício do Comando da Flotilha em Mato Grosso enviado pelo Comandante Interino Balduino José Ferreira d'Aguiar ao Presidente da Província, Cuiabá, MT.
- Relatório relativo ao ano de 1867. Documento incompleto, s.d., Cuiabá, MT.
- Ofício do Coronel Hermenegildo d'Albuquerque Portocarrero ao Presidente da Província, Dr. José Vieira Couto de Magalhães em 13/12/1867, Cuiabá, MT.

Lata 1867- D

- Ofício do Coronel Hermenegildo d'Albuquerque Portocarrero ao Presidente da Província, Dr. José Viera Couto de Magalhães, 01/11/1867, Cuiabá, MT.
- Mapa do estado sanitário de três enfermos do hospital Militar, assinado pelos médicos do referido hospital, em 04/12/1867, Cuiabá, MT.
- Balanço provisório da receita e despesa da Província de Mato Grosso do exercício de 1867.
- Cópia da ordem do dia enviada pelo Coronel Hermenegildo d'Albuquerque Portocarrero ao Presidente da Província, Cuiabá, MT.
- Ofício do Coronel Hermanegildo d'Albuquerque Portocarrero ao Presidente da Província em 24/08/1867. Cuiabá, MT.
- Ofício do Quartel do Comando das Armas, em 14/08/1867, Cuiabá, MT.

- Ofício do Coronel Hermenegildo d'Albuquerque Portocarrero ao Presidente da Província, em 29/07/1867, Cuiabá, MT.
- Ordem do Presidente da Província, de 24/07/1867, dirigida aos comandantes: Antônio Maria Coelho e o Major João Carlos Pereira Leite, Cuiabá, MT.
- Ofício do Coronel Hermenegildo d'Albuquerque Portocarrero ao Presidente da Província, em 24/07/1867, Cuiabá, MT.
- Ofício do Coronel Hermenegildo d'Albuquerque Portocarrero ao Presidente da Província, em 29/07/1867, Cuiabá, MT.
- Ofício do Coronel Hermenegildo d'Albuquerque Portocarrero ao Presidente da Província, em 01/07/1867, Cuiabá, MT.
- Ofício do Chefe de Polícia Firmo José de Matos ao presidente da Província, em 04/07/1867, Cuiabá, MT.
- Ofício do Coronel Hermanegildo d'Albuquerque Portocarrero ao Presidente da Província, em 07/07/1867, Cuiabá, MT.
- Ata assinada pelo médico do Exército dirigida ao comandante das Armas da província Coronel Hermenegildo Portocarrero, em 06/07/1867, Cuiabá, MT.
- Ofício do Coronel Hermenegildo d'Albuquerque Portocarrero ao Presidente da Província, em 23/07/1867, Cuiabá, MT.
- Ofício do Coronel Hermenegildo d'Albuquerque Portocarrero ao Presidente da Província, em 24/07/1867, Cuiabá, MT.
- Ofício do Coronel Hermenegildo d'Albuquerque Portocarrero ao Presidente da Província, em 31/07/1867, Cuiabá, MT.
- Ofício do Coronel Hermenegildo d'Albuquerque Portocarrero ao Presidente da Província, em 17/07/1867, Cuiabá, MT.
- Ofício do Coronel Hermenegildo d'Albuquerque Portocarrero ao Presidente da Província, em 01/06/1867, Cuiabá, MT.
- Ofício do Coronel Hermenegildo d'Albuquerque Portocarrero ao Presidente da Província, em 30/07/1867 Cuiabá, MT.
- Ofício do Coronel Hermenegildo d'Albuquerque Portocarrero ao Presidente da

Província, em 19/07/1867, Cuiabá, MT.

- Ofício do Presidente da Câmara de Vila do Rosário, Carlos de Almeida Lara, ao Presidente coronel Albano de Souza Osório, em 21/01/1867, Vila do Rosário-MT
- Ofício dirigido ao Diretor do Hospital Militar em Cuiabá, Major Nuno Anastácio Monteiro de Mendonça, pelo Primeiro Médico e Cirurgião de Brigadas do mesmo hospital, Francisco Antonio d'Azevedo, em 28/02/1867, Cuiabá, MT.
- Ofício dirigido ao Diretor do Hospital Militar em Cuiabá, Major Nuno Anastácio Monteiro de Mendonça, pelo primeiro cirurgião interino do referido hospital, Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, em 28/02/1867, Cuiabá, MT.
- Relação das pessoas que contribuíram para festejos dirigidos ao Dr. José Vieira Couto Magalhães em 06/07/1867, Cuiabá, MT.
- Ofício do Comandante Luiz Benedito Pereira Leite ao Presidente da Província em 13/08/1867, Vila Maria - MT
- Relatório do Comandante Luiz Benedito Pereira Leite ao Presidente da Província, em 01/10/1867, Vila Maria, MT.
- Ofício do Coronel Hermenegildo d'Albuquerque Portocarrero ao Presidente da Província, em 06/08/1867, Cuiabá, MT.
- Relatório do Comandante Luiz Benedito Pereira Leite ao Presidente da Província, em 04/12/1867, Vila Maria, MT.
- Ofício do Comandante de Vila Maria, Luiz Benedito Pereira Leite, ao Presidente da Província em 25/07/186, Vila Maria, MT.
- Ofício do Subdelegado de Livramento, Agostinho Leite de Barros, ao Presidente da Província, Livramento, MT
- Ofício do Chefe de Polícia, Firmo José de Mattos, ao Presidente da Província, em 08/08/1867, Cuiabá, MT.
- Ofício do Coronel Hermenegildo Portocarrero ao Presidente da Província, em 09/08/1867, Cuiabá, MT.
- Ofício do Coronel Hermenegildo Portocarrero ao Presidente da Província, em 09/08/1867 Cuiabá, MT.

- Ofício reservado do Coronel Hermenegildo Portocarrero ao Presidente da Província, em 09/08/1867 Cuiabá, MT.

Lata 1868 A

- Ofício do interino Joaquim Timóteo Ribeiro ao Vice Presidente da Província, Barão de Aguapey, em 29/04/1868, Cuiabá, MT.
- Correspondência de C. Oliveira Quintana ao Comandante Interino das Armas da Província de Mato Grosso Coronel Hermenegildo Portocarrero, 14/01/1868.
- Cuiabá, MT, Ofício do Chefe de Polícia Interino, Firmo José de Matos, ao Presidente da Província, Dr. José Vieira Couto de Magalhães, em 26/03/1868, Cuiabá, MT.
- Ofício da Tesouraria da Fazenda do Vice Presidente da Província, Barão de Aguapey, em 19/06/1868, Cuiabá, MT.
- Ofício do Chefe de Polícia Interino, Firmo José de Mattos, ao Presidente da Província, Dr. José Vieira Couto de Magalhães, em 17/01/1868, Cuiabá, MT.
- Ofício do Chefe de Polícia ao Presidente da Província, em 15/02/1868, Cuiabá, MT.
- Ofício do coletor André Gaudie Ley ao contador da Estação das Rendas Provinciais, Joaquim Timóteo Ribeiro, em 15/05/1868. Cuiabá, MT.
- Relatório de 18/05/1868 do Dr. Dormevil José dos Santos Machado, encarregando do serviço Sanitário dos Pontos de Cassange e São José ao cirurgião mor do exercito, Dr. Francisco Antônio d´Azevedo, Cassange.
- Correspondência do delegado interino do cirurgião mór do Exército Dr. Francisco Antônio de Azevedo, ao presidente da Câmara Municipal da Província. Cuiabá, MT.

Lata 1870 A

- Relatório do Coronel Comandante Celestino Corrêa da Costa,, referente ao ano de 1870, 21/08/1870, Cuiabá, MT.

Impressas

A - Diretório para Guia do povo no tratamento das bexigas, feito pelo Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, por ordem do Ilmo. Sr. Presidente da Província. Cuiabá, 1867.

B - MOUTINHO, Joaquim F., *Noticia sobre a Província de Matto Grosso seguida d'um roteiro da viagem da sua capital a' S. Paulo*. São Paulo: Tipografia de Henrique Schoeder, 1869.

C. Relatórios, Falas, Discursos

- Discurso do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, na abertura da primeira sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 3/07/1835. Cuiabá, MT.
- Discurso do Presidente da Província de Mato Grosso, José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da terceira sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 01/03/1837. Cuiabá, MT.
- Discurso do Dr. Estevão Ribeiro de Rezende, presidente desta Província na ocasião da abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 01/03/1837. Cuiabá, MT.
- Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso, na abertura da sessão ordinária em 3/05/1850, pelo. Presidente da Província, Coronel João José da Costa Pimentel. Cuiabá, MT.
- Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, capitão de mar e guerra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Provincial em 03/05/1852. Cuiabá, MT.
- Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, capitão de mar e Guerra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial em 02/05/1853. Cuiabá, MT.
- Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, Chefe de Divisão Joaquim Raymundo de Lamare, na abertura da Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa Provincial em 3/05/1858. Cuiabá, MT.

- Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, Chefe de Divisão Joaquim Raimundo de Lamare, na abertura da Assembléia Legislativa em 03/05/1859. Cuiabá, MT.
- Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, Coronel do Corpo de Engenheiros Antonio Pedro de Alencastro, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial em 03/05/1861. Cuiabá, MT.
- Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, Brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho, apresentado á Assembléia Legislativa Provincial na abertura da Sessão ordinária de 03/05/1864. Cuiabá, MT.
- Relatório apresentado ao Chefe de Esquadra Augusto Leverger, Vice-Presidente da Província de Mato Grosso pelo Brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho ao entregar a Administração da mesma Província em agosto de 1865. Cuiabá, MT.
- Relatório do Vice Presidente da Província de Mato Grosso, Barão de Aguapehy, na abertura da sessão provincial da Assembléia Legislativa Provincial em 03/05/1868. Cuiabá, MT.
- Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, Chefe da Esquadra Barão de Melgaço, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial em 20/09/1869. Cuiabá, MT.
- Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso pelo Exmo. Sr. Tenente Coronel Francisco José Cardoso Júnior em 20/08/1871. Cuiabá, MT.
- Relatório do Presidente Francisco José Cardozo Júnior apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na abertura da sessão ordinária em 03/05/1872. Cuiabá, MT.
- Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso na 2ª Legislatura no dia 03/05/1873.
- Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso na 1ª sessão da 2ª Legislatura no dia 03/05/1874 pelo Presidente da Província o Exmo Sr. General Dr. José de Miranda da Silva Reis.

1.3. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR-

Periódicos da imprensa local

Microfilmes

- Eco Cuiabano. Fevereiro / agosto, 1850.
- A Gazeta Cuiabana. Cuiabá. Junho/julho, 1847.
- fevereiro/julho, 1848.
- A Imprensa de Cuiabá. Ano I, junho/agosto, 1859.
Ano II, junho / setembro, 1860.
Ano II/III, janeiro/março - dezembro, 1861.
Ano IV. dezembro, 1862
Ano IV/V. janeiro – março e julho / dezembro, 1863
Ano VI. Janeiro – dezembro, 1864
Ano VII. Janeiro / julho, 1865.
- Iniciador. Corumbá. Ano III. Janeiro, 1879.
- Liberal. Cuiabá. Dezembro, 1871.
Ano III. Dezembro, 1873
- Ano III/IV. Janeiro / dezembro, 1874.
- Ano V. Janeiro / setembro, 1875.
- Ano V. Janeiro, 1876.
- Ano V. Novembro, 1877.
- Ano VII / VIII. Março – dezembro, 1878
- Ano VIII / IX, Fevereiro – abril – novembro, 1879.
- Noticiador Cuiabano. Cuiabá. Ano I, junho – novembro / dezembro, 1857.
Ano II. Março / abril, 1859.
- A Opinião. Corumbá. Ano I. Janeiro / dezembro, 1879.
Ano II. Janeiro, 1879.
- Popular. Cuiabá. Ano I. outubro / novembro, 1868.
- Porvir. Cuiabá. Ano I. junho / julho – setembro / dezembro, 1877.

Ano I / II. Janeiro – março / junho, 1878.

- Povo. Cuiabá. Ano I. janeiro / agosto, 1879.
- A Província de Mato Grosso. Cuiabá. Ano I. Fevereiro/março/maio/outubro, 1879.
- A Situação. Cuiabá. Ano II. Agosto / Novembro, 1869.
 - Ano IV. Março, 1871.
 - Ano V. Julho / Agosto – novembro, 1872.
 - Ano VI. Janeiro – março / abril – agosto, 1873.
 - Ano VII. Janeiro – novembro, 1874.
 - Ano VIII. Janeiro – maio / dezembro, 1875.
 - Ano IX. Janeiro/fevereiro – maio - outubro -
dezembro,1876.
 - Ano X. Junho / setembro, 1877.
 - Ano XI. Fevereiro, 1878.

Referências Bibliográficas

- ALAMBERT, Francisco. Civilização e Barbárie, História e Cultura: representações literárias e projeções da Guerra do Paraguai nas crises do Segundo Reinado e da Primeira República. IN: *Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Marques, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.). Rio de Janeiro: Relume – Dumard, 1995.
- AMATO NETO, Vicente *Doenças transmissíveis*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan S.A, 1978.pp 597:608
- ANDRADE LIMA, Tânia. *Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. História, Ciências, Saúde- Manguinhos*, II (3): 44-96, nov. 1995-fev.1996.
- BARROSO, Gustavo. *História militar do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- BERLINGUER, Giovanni. *A doença*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1988.
- BERTOLLI FILHO, Cláudio. *Epidemia e sociedade: a gripe espanhola no município de São Paulo*. São Paulo, 1986. 484p. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- BETHEL, Leslie. A Guerra do Paraguai. In: *Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Marques, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.). Rio de Janeiro: Relume – Dumard, 1995.
- BIRABEN, Jean-Nöel. Epidemias na história da população. In: MARCILIO, Maria Luiza (org.). *População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (org.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Trad. Marcella Mortara e Anamaria Skinner, Rio de Janeiro, Editora UFRJ: Editora FGV, 1998.
- BRANDÃO, Jesus da Silva. *Cuiabá: desenvolvimento urbano e sócio-econômico (1825/1945)*.Cuiabá: Ed. Livro Matogrossense, 1991.

- BRESCIANE, Maria Stella. *Cidades: espaço e memória*. In: CONGRESSO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CIDADANIA, São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1991.
- BURGUIÈRE, André. A antropologia histórica. In: LE GOFF, Jacques (dir.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BURKE, Peter. (org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.
- CAMPOS, Eva Gonçalves. *Acampamento Couto Magalhães: espaço de conflitos e de abrigo (1867-1890)*. Cuiabá: 2001. Projeto (Graduação em História), Departamento de História, UFMT.
- CARULHA, Elina. *O Acampamento Couto Magalhães: das estratégias de uma guerra ao nascimento de uma cidade*. Cuiabá: 1998, Monografia (Especialização em História), Departamento de História, UFMT.
- CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Ed. Nacional, Brasília. INL, 1977.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL/ Bertrand Brasil: 1988.
- _____. *O mundo como representação*. São Paulo: EDUSP. Revista de Estudos Avançados da USP, 11 (5) 1991.
- CORREA FILHO, Virgílio. *Joaquim Murtinho*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Oficial, 1951.
- _____. *Baianos em Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT, Publicações Avulsas, 1998.
- _____. *História de Mato Grosso*. Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 1994.
- CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso*. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 1995.
- COSTA E SILVA, Paulo Pitaluga. *Governantes de Mato Grosso*. Cuiabá: Edição do APMT, 1993.

- _____. *Estudo bibliográfico da história, geografia e etnologia de Mato Grosso*. Cuiabá, MT: CCS, 1992.
- COSTA, Jurandir Freire Costa. *Ordem médica e norma familiar*, 3ª ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.
- COSTA, Maria de Fátima et DIENER, Pablo. *Cuiabá: rio, porto, cidade*. Cuiabá: Secretaria Municipal de Cultura, 2000.
- CRESPO, Jorge. *A história do corpo*. Lisboa: DIFEL, 1990.
- CRUDO, Matilde Araki. *Os aprendizes do Arsenal de guerra de Mato Grosso: trabalho infantil e educação (1842-1899)*. Cuiabá: 1999. Tese (Doutorado em Educação) Instituto de Educação, UFMT
- DAUMARD, Adeline; BALHANA, Altiva Pilotti et al. *História social do Brasil: teoria e metodologia*. Curitiba: UFPR, 1984.
- DEFOE, Daniel. *Um diário do ano da peste*. trad., Porto Alegre, L&PM, 1987.
- DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DUBY, Georges. *Ano 1000 ano 2000*. São Paulo, UNESP, 1998.
- FERNANDES, Tânia Maria. *Vacina antivariólica: ciência, técnica e poder dos homens (1808-1920)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.
- FOUCAULT. *O nascimento do hospital*. In: *Microfísica do poder*. (Org. e trad. de MACHADO, Machado). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 99:112
- _____. *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Forense - Universitária, Trad. de MACHADO, Roberto. 2. Ed. 1980.
- _____. *O nascimento da medicina social*. In: *Microfísica do poder*. (Org. e trad. de MACHADO, Roberto). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p.79:98
- _____. *História da Loucura na Idade Clássica, 5ª ed.*, trad., São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.
- GUEDES, Max Justo. *A Guerra: uma análise*. In: *Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Marques, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.). Rio de Janeiro: Relume – Dumard, 1995.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Brasil Monárquico. Do Império à República. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, 4º Vol., 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1974.
- KRAAY, Hendrik. *Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial*. Diálogos: Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR: V. 03, Nº 03, 1999.
- LE GOFF, Jacques et. al, *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar. 1997.
- LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso no ocidente medieval*. In: *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente europeu*. Lisboa: Edições 70, 1985.
- LEVERGER, Augusto. *Vias de comunicação em Mato Grosso*. Cuiabá: Estabelecimento Avelino de Siqueira, 1905.
- LUZ, Madel T. *Medicina e ordem política: políticas e instituições de saúde (1850-1930)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- MACHADO, Maria Helena P.T. (org.) *José Vieira Couto Magalhães: diário íntimo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MACHADO, Roberto et. al. *Danação da norma: medicina e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978
- MARCILIO, Maria Luiza. *Os registros eclesiásticos e a demografia histórica da América Latina*. Franca: Separata da Memória da I Semana da História, 1979.
- MARTINS, Roberto de Andrade. *Contágio: história da prevenção das doenças transmissíveis*. São Paulo: Moderna, 1997
- MASTERMAN, Frederick George. *Siete años de aventuras en el Paraguay*. Buenos Aires: [s.n.] 1871.
- MATTOS, Ilmar R. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.
- MELLO E SOUZA, Laura C. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 2ª ed., 1986.
- MESQUITA, José de. *Gente e coisas de antanho*. Cuiabá (MT): Prefeitura Municipal de Cuiabá, 1978.
- _____. *O Ano das Bexigas*. In: Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso, Anos 1951/52, Tomos LV a LVIII, Cuiabá: 1952, p. 17:23.

- MONTEIRO, Ubaldo. *Várzea Grande: passado, presente, confrontos*. Cuiabá: Policromos, 1997.
- MOREIRA, Cel. Reinaldo Correia. *O Batalhão Laguna*. [S.L.: s.n.]
- NOVAIS, Fernando. O significado da “Guerra do Paraguai” na História do Brasil. In: MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.). *Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume – Dumard, 1995.
- PATTO, M. Helena Souza. Teoremas e cataplasmas no Brasil monárquico: o caso da medicina social. In: *Novos Estudos*, nº 44, mar.1996, pp. 180-199.
- PERARO, Maria Adenir. *Farda, saias e batina: a ilegitimidade na Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá (1853-1890)*. Curitiba: 1997. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, UFPR.
- PORTER, Roy. *O corpo*. In: BURKE, Peter (org.), *A escrita da história: novas perspectivas*, trad. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. P. 291:326.
- REVEL, Jacques e PETER, Jean-Pierre. *O corpo: o homem doente e sua história*. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs.) *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- ROCHA, Maria Aparecida B. de B. *Igrejas e cemitérios: as transformações nas práticas de enterramento na cidade de Cuiabá – 1850-1889*. Cuiabá: 2001. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFMT.
- RODRIGUES, Dunga. *Lendas de Mato Grosso*. Cuiabá: Ed. da Autora, 1997.
- ROSA, Carlos. *O processo da independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana*. Cuiabá: Prefeitura Municipal de Cuiabá/Departamento de Cultura e Turismo, 1976.
- SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1947, 1º Tomo.
- _____. *Pequena história da medicina brasileira*. São Paulo: Desa, 1966.
- SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

- SILVA, Eduardo. *O Príncipe Obá, um Voluntário da Pátria* In: Guerra do Paraguai: 130 anos depois. Marques, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.). Rio de Janeiro: Relume – Dumard, 1995.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Luzes e sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870/1889)*. Cuiabá: 2000, Tese (Doutorado em Educação), Instituto de Educação, UFMT.
- SIQUEIRA, Marcia Terezinha A.D., *Saúde e doença na Província do Paraná*, Curitiba: 1989. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, UFP.
- SOUZA, Jorge Prata. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad: ADESA, 1996.
- SOUZA, Luiz Castro. A medicina na Guerra do Paraguai (Mato Grosso) (V) (Conclusão). In: Revista de História nº 85, Jan-Mar/1971, ANO XXII, Volume XLII, São Paulo: 1971.
- VERONESI, Ricardo. *Doenças infecciosas e parasitárias*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan S.A, 1978.
- VOLPATO, Luiza R. Ricci. *Cativos do Sertão: vida cotidiana em Cuiabá (1850 - 1888)*. São Paulo: Ed. Marco Zero; Cuiabá, MT: Ed. da UFMT, 1993.
- _____. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil (1719-1819)*. São Paulo: Hucitec; Brasília, DF: INL, 1987.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)